

**EXPLORAÇÃO SEXUAL E TRABALHO: UM ESTUDO DE FATORES DE RISCO E
PROTEÇÃO COM ADOLESCENTES E JOVENS**

Luciana Dutra Thomé

Dissertação apresentada como exigência parcial para a obtenção do grau de Mestre em
Psicologia sob orientação da Prof^a. Dr^a. Sílvia Helena Koller

Universidade Federal do Rio Grande do Sul
Instituto de Psicologia
Programa de Pós-Graduação em Psicologia
Maio, 2009

Dedico este trabalho à juventude brasileira

AGRADECIMENTOS

A minha família, em especial a meus pais, Tarsilo Thomé e Raquel Dutra Thomé. Meu afeto por vocês é do tamanho do infinito. Além do mais, são pessoas maravilhosas e modelos de trabalhadores para mim. Aprendi a amar com vocês.

A Alecsandro Almeida Ganzer, pelo companheirismo e amor. Aprendi a ser mais humana contigo.

As minhas amigas Ana Luísa e Michele Barbisan Pires, pela amizade e presença constante e verdadeira. Aprendi a confiar com vocês.

À Professora Silvia Helena Koller, pela credibilidade, afeto, ética, competência, entre tantas outras qualidades. Admiro-te muito como profissional e como pessoa. Aprendi que o trabalho e o sucesso só tem sentido quando caminham juntos com o afeto.

Ao Professor Lucas Neiva-Silva, pelos ensinamentos valiosíssimos, repletos de bom humor e divertimento. Contigo, aprendi brincando.

À Mayte Raya Amazarray, mais que uma colega, hoje és uma amiga especial. Contigo aprendi a mergulhar ainda mais no belíssimo universo da psicologia do trabalho e a valorizar o ser humano, que se constrói no cotidiano laboral.

À Ana Paula Lazzaretti de Souza, Camila Aquino Moraes e Eva Diniz, queridas amigas e colegas. Com vocês aprendi que é possível mudar o mundo com pequenos projetos megalomaniacos. É preciso ternura, meiguice, intensidade e assertividade.

Ao cepianos, equipe que integro com muito orgulho. Aprendi com vocês que um grande grupo de pesquisa se faz com união e fraternidade.

A todos os professores do Pós-graduação em Psicologia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, em especial aos Professores Jorge Sarriera, Maria Célia Lassance e Marco Teixeira.

À Alice Telmo, valiosa auxiliar de pesquisa.

Aos colegas de Mestrado, pelo convívio prazeroso dentro e fora da universidade. Guardarei belíssimas lembranças de tod@s.

Em especial, aos pesquisadores da área da Psicologia do Trabalho. Aprendi com vocês que estudar a esfera do trabalho na vida das pessoas é, em si, estudá-las da forma mais profunda possível.

A autora

Sumário

Lista de Tabelas: Estudo I.....	07
Lista de Tabelas: Estudo II.....	08
Lista de Figuras.....	10
Resumo.....	11
Abstract.....	12
Capítulo I - Introdução.....	13
Capítulo II - Estudo I: Exploração sexual e trabalho: um estudo de caso com uma adolescente e identificação de fatores de risco e proteção.....	15
2.1 Introdução.....	15
2.2 Exploração Sexual.....	17
2.3 Método.....	19
2.3.1 Delineamento.....	19
2.3.2 Relato de caso.....	21
2.3.3 Procedimentos e Instrumentos.....	22
2.4 Resultados e Discussão.....	23
2.5 Considerações Finais.....	33
Referências.....	35
Anexos.....	39
Anexo A. Termo de Concordância para a Instituição.....	39
Anexo B. Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.....	40
Anexo C. Entrevista Semi-Estruturada.....	42
Capítulo III - Estudo II: A juventude brasileira no mundo do trabalho: um estudo de fatores de risco e proteção com adolescentes e jovens.....	44
3.1 Trabalho e juventude.....	44
3.2 Abordagem Bioecológica do desenvolvimento humano e trabalho.....	45

3.3 Trabalho e juventude: proteção e vulnerabilidade social.....	48
3.4 Trabalho: definições e significados.....	54
3.5 Saúde e qualidade de vida no trabalho juvenil.....	58
3.6 Método.....	61
3.6.1 Delineamento.....	61
3.6.2 Participantes.....	61
3.6.3 Instrumentos.....	61
3.6.4 Procedimentos.....	64
3.7 Investigando a relação juventude e trabalho no Brasil: Resultados.....	65
3.7.1 Análises dados biosociodemográficos e econômicos.....	66
3.7.2 Análises saúde e qualidade de vida.....	71
3.7.3 Análises educação.....	75
3.7.4 Análises trabalho.....	80
3.7.5 Análises violência.....	89
3.8 Discussão.....	93
3.9 Considerações finais.....	109
Capítulo IV- Conclusões.....	113
Referências.....	115
Anexos.....	124
Anexo A. Questionário Biosociodemográfico.....	124
Anexo B. Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.....	145

Lista de Tabelas: Estudo I

Tabela 1. <i>Dados Biosociodemográficos, Visão sobre o Próprio Corpo e sobre o Gênero da Participante do Estudo</i>	24
Tabela 2. <i>Dados sobre a Família e a Infância e Adolescência da Participante do Estudo</i>	25
Tabela 3. <i>Percepção sobre Si Mesma e dos Outros sobre Si da Participante do Estudo</i>	26
Tabela 4. <i>Visão sobre a Exploração Sexual da Participante do Estudo</i>	27
Tabela 5. <i>Fatores Identificados como de Risco Presentes na Vida Pregressa e Atual da Adolescente Participante do Estudo</i>	28
Tabela 6. <i>Fatores Identificados como de Proteção Presentes na Vida Pregressa e Atual da Adolescente Participante do Estudo</i>	30

Lista de Tabelas: Estudo II

Tabela 1. <i>Estatísticas Descritivas das Variáveis Sexo, Estado Civil, Cor e Idade</i>	66
Tabela 2. <i>Percentuais (Frequências) de Grupos de Trabalhadores e Não Trabalhadores por Idade</i>	67
Tabela 3. <i>Percentuais (Frequências) do Grau de Instrução do Pai e Grau de Instrução da Mãe</i>	67
Tabela 4. <i>Percentuais (Frequências) de Adolescentes Trabalhando por Cidade</i>	69
Tabela 5. <i>Percentuais (Frequências) das Variáveis Sustento da Casa, Coabitação, Renda Mensal Familiar</i>	70
Tabela 6. <i>Auto-Avaliação sobre Saúde, Qualidade de Vida e Aparência Física</i>	71
Tabela 7. <i>Satisfação</i>	72
Tabela 8. <i>Percentuais (Frequências) de Episódios de Doença (Visitas ao Médico, Hospitalização e Faltas ao Trabalho ou Escola)</i>	72
Tabela 9. <i>Percentuais (Frequências) de Doença Crônica, Necessidade Diária de Remédios, Utilização Serviços Postos de Saúde</i>	74
Tabela 10. <i>Avaliação dos Serviços dos Postos de Saúde</i>	74
Tabela 11. <i>Percentuais (Frequências) da Variável Vida Escolar</i>	75
Tabela 12. <i>Série em que Estuda, Série até Onde Estudou, Vezes por Semana em Média que Vai para a Escola</i>	75
Tabela 13. <i>Percentuais (Frequências) da Variável Turno em que Frequenta a Escola</i>	76
Tabela 14. <i>Percentuais (Frequências) do Recebimento de Bolsa</i>	76
Tabela 15. <i>Percentuais (Frequências) do Histórico de Reprovação e Expulsão, Motivo que o/a Fez Parar de Estudar</i>	77
Tabela 16. <i>Opinião Sobre a Escola</i>	79
Tabela 17. <i>Percentuais (Frequências) da Variável Tipo de Trabalho</i>	80
Tabela 18. <i>Percentuais (Frequências) da Variável Tipo de Trabalho</i>	81
Tabela 19. <i>Percentuais (Frequências) Relativas ao Meio de Transporte Utilizado Para Ir ao Trabalho, Renda Mensal Média, Auxílio, Como Recebe o Pagamento, Periodicidade do Pagamento, Horas Diárias Dedicadas ao Trabalho</i>	82
Tabela 20. <i>Opinião Sobre Definições de Trabalho</i>	84
Tabela 21. <i>Opinião Sobre Influência de Características Para Conseguir Trabalho</i>	85

Tabela 22. <i>Percepção sobre o trabalho atual</i>	87
Tabela 23. <i>O Que Espera do Trabalho Atual</i>	88
Tabela 24. <i>Percentuais (Frequências) de Experimentação/Usos de Drogas na Vida</i>	89
Tabela 25. <i>Percentagens (Frequências) Sobre Como Conseguiu Drogas Ilícitas</i>	90
Tabela 26. <i>Percentagens (Frequências) de Tentativa de Suicídio, Como Tentou Se Matar, Motivo que o Levou a Tentar se Matar</i>	91
Tabela 27. <i>Violência Doméstica, Violência na Comunidade</i>	92

Lista de Figuras

Figura 1. *Percentual de adolescentes trabalhando de acordo com a escolaridade dos pais*..... 69

Resumo

A presente dissertação teve como objetivo investigar aspectos relacionados à juventude brasileira e trabalho através da identificação de fatores de proteção e de risco em dois estudos independentes. Os referenciais teóricos da Abordagem Bioecológica do Desenvolvimento Humano e da Psicologia do Trabalho embasaram estes estudos. O Estudo I teve como foco a exploração sexual como trabalho. O objetivo foi investigar o caso de uma menina de 14 anos, em situação de exploração sexual comercial, que informava ser esta a sua atividade laboral. Utilizou-se um delineamento de estudo de caso único. Constatou-se que a jovem percebia a atividade como um trabalho que lhe proporcionava autonomia, subsistência e sobrevivência. O Estudo II teve como foco a comparação das características de jovens trabalhadores e não trabalhadores. Seu objetivo foi investigar aspectos relacionados ao mundo do trabalho na vida de jovens brasileiros de nível sócio econômico baixo. Foi realizado um recorte transversal de uma pesquisa de caráter exploratório descritivo sobre Fatores de Risco e Proteção da Juventude Brasileira, realizada em sete cidades do país. Participam 7425 jovens, com idade entre 14 a 24 anos ($m = 16,19$; $SD = 1,821$), de ambos os sexos (masculino, $n = 3397$, 45,8%; feminino $n = 4014$, 54,2%) e nível sócio econômico baixo. Foi utilizado um questionário para levantamento de fatores de risco e proteção. Para análise dos dados, foram realizadas estatísticas descritivas, qui-quadrado e teste t de Student, comparando um grupo de jovens trabalhadores e um grupo de jovens não trabalhadores. Algumas constatações revelaram que, apesar de haver um número relativamente elevado de jovens trabalhando, a remuneração desta mão de obra foi considerada baixa, sendo que 47,9% trabalham entre cinco e oito horas diárias. Além disso, o fato de trabalhar na juventude mostrou-se relacionado ao número de reprovações. Os resultados indicaram que, quanto maior o nível educacional dos pais, menor o percentual de jovens trabalhando. Jovens não trabalhadores apresentaram média de escolaridade superior e estudam prioritariamente nos turnos da manhã e da tarde em relação aos jovens trabalhadores, cujo turno escolar concentra-se à noite. Jovens trabalhadores registraram auxiliar na renda doméstica, enquanto os jovens não trabalhadores registraram contar com o apoio financeiro familiar. Jovens trabalhadores apresentaram um percentual maior de uso de todas as drogas, maior risco de suicídio em relação aos jovens não trabalhadores. Além disso, a exposição à violência doméstica e na comunidade foi superior no caso dos jovens trabalhadores. O Estudo I e o Estudo II revelaram os efeitos negativos do trabalho sobre a saúde dos jovens trabalhadores, somado às dificuldades de administrar a competição que se estabeleceu entre o trabalho e outras tarefas. O trabalho juvenil pode ser considerado um fator de risco, principalmente quando as condições laborais não se dão de forma adequada e protegida.

Palavras-chave: juventude brasileira; trabalho; fatores de risco e proteção; exploração sexual

Abstract

The aim of the study was to investigate aspects related to Brazilian youth and work, identifying protective and risk factors through two independent studies. The Biological Human Development Approach and the Psychology of Work were used as frameworks. In the first study the focus was the sexual exploitation as a job. The objective was to investigate the case of a 14 years old girl, in the situation of commercial sexual exploitation, who considered this situation her labor activity. It was used a single case study delineation. The girl perceived the activity as a job that provided autonomy and her survival. The second study focused on the comparison of a group of youth workers and a group of youth non-workers. Its objective was to investigate aspects related to the world of work in the life of young Brazilians of low economic level. It was a cross-sectional study based on a national descriptive exploratory research about risk and protective factors in Brazilian youth, developed in seven different cities. There were 7425 participants, aged between 14 and 24 years old ($m = 16,19$; $SD = 1,821$), both genders (male, $n = 3397$, 45,8%; female $n = 4014$, 54,2%), of low economic level. The instrument was a questionnaire about risk and protective factors, containing 109 questions. The data analysis included descriptive statistics, chi-square and Student t test comparing a group of youth workers and a group of youth non-workers. Some results showed that although there is a relatively high number of youth workers, their income is low, considering that 47.9% work between five and eight a day. Concerning education, working during youth is related to a high failure rate at school. The results show that the higher the educational level of parents, the lower the percentage of youth workers. Non-workers group showed a greater average of educational level and with priority studies in the morning and the afternoon shifts in relation the young workers, whose scholar shift is at night. Young workers had registered to assist in the domestic income, while the non-workers group had registered to count on the familiar financial support. The youth workers' group had a greater percentage of use of all the investigated drugs and a higher risk of suicide in comparison to the youth non-workers group. Moreover, the exposition to domestic violence and community violence was superior in the case of youth workers. Study I and Study II revealed that the negative effects of working during youth period can bring consequences to youth health and generate difficulties in managing the competition between work and other tasks. Youth work can be defined as a risk factor, especially when the labour conditions are not adequate and protected.

Keywords: Brazilian youth; work; protective and risk factors; sexual exploitation

Capítulo I

Introdução

O contexto sócio-histórico em que os seres humanos estão inseridos os envolve de tal forma que suas atitudes e pensamentos não podem ser dissociados deste entorno. Os significados que permeiam o trabalho, por exemplo, modificam-se no decorrer da história e atravessam os contextos, o tempo, os processos de desenvolvimento e os próprios seres humanos. Torna-se, portanto, pertinente identificar como as experiências laborais são vivenciadas por adolescentes e jovens em seu cotidiano de trabalho nos tempos contemporâneos, especialmente em contextos de privação socioeconômica e de exigência de especialização. Os contextos culturais são permeados por práticas sociais historicamente construídas e têm reflexos no cotidiano de aprendizados, formação e significados na vida dos jovens que se deparam com a necessidade de se inserir no mercado de trabalho (Oliveira, 2002).

As relações de trabalho na sociedade em geral estão marcadas por significativa fragilidade. Há desemprego, escassas políticas de geração de renda, relações de trabalho precárias, políticas sociais com pouco investimento governamental, mecanismos insuficientes de inserção dos jovens no mercado de trabalho e maiores exigências do nível de escolaridade (Lima & Minayo-Gomes, 2003). Soma-se a isso o contexto marcado pela reestruturação produtiva e por novos discursos gerenciais, que supõe um ideal de trabalhador(a) como flexível e competitivo. A atual organização do trabalho é atravessada pela cultura do desempenho, da excelência, da competição exacerbada, da produtividade e da fidelidade aos objetivos e idéias do empresariado. As palavras de ordem das organizações consideradas modernas são qualidade, produtividade, autonomia, criatividade, versatilidade, polivalência e flexibilidade (Batista & Codo, 2002; Gonçalves, 2008; Nardi & Yates, 2005; Sato, 2002). A esse respeito, Nardi e Yates (2005) mencionaram uma nova ética, baseada no individualismo, que modifica a relação subjetividade e trabalho, explicitando novas exigências para a inserção laboral. Em tal panorama, jovens trabalhadores de classes populares, conforme salientaram Sarriera, Silva, Kabbas e Lopes (2001), consideram a inserção laboral como possibilidade de transformação de sua realidade social para uma perspectiva melhor de futuro. Contudo, também identificaram que, diante dos elevados índices de desemprego, o nível de sofrimento aumentava e diminuía a possibilidade de realizarem escolhas profissionais bem definidas. Por

vezes, ainda que existisse a inserção laboral, os empregos caracterizavam-se por precariedade e descumprimento de leis trabalhistas (Campos & Francischini, 2003; Oliveira & Robazzi, 2001). Frente a essa configuração do mundo laboral, os jovens correm o risco de se orientarem para uma opção profissional desvinculada de sentido e para formas de trabalho degradantes, alienadoras e desprovidas de reais oportunidades de aprendizagem – lamentavelmente no momento em que estão definindo sua identidade pessoal e ocupacional.

O quadro descrito expressa a necessidade de se investigar as trajetórias laborais dos jovens brasileiros. Para tal, foram desenvolvidos dois estudos independentes: o primeiro, qualitativo, contextualizou a exploração sexual como um trabalho que expõe o(a) adolescente a diversos fatores de risco, podendo ser caracterizado como uma forma de violência. Esta pesquisa faz parte de um estudo maior intitulado “Exploração sexual e prostituição: um estudo de fatores de risco e proteção com mulheres adultas e adolescentes”, aprovado pelo Comitê de Ética em pesquisa do Hospital Nossa Senhora da Conceição, sob protocolo número 200343. O segundo, quantitativo, contextualizou o mercado de trabalho no qual os jovens brasileiros estão iniciando suas experiências laborais, de forma a explicitar aspectos favoráveis e desfavoráveis a esta vivência. Além disso, foram descritos os significados da palavra trabalho no decorrer de diferentes momentos históricos e algumas definições de trabalho - que apontam a importância desta atividade para o público juvenil. Este estudo faz parte de uma pesquisa maior intitulada “A instituição, a escola e a rua como contextos ecológicos de promoção de resiliência para jovens em situação de risco”, aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, sob protocolo número 2006533. O Estudo I e o Estudo II, ainda que independentes, são complementares. Dados qualitativos e quantitativos foram aproximados, evidenciando diferentes perspectivas de um mesmo fenômeno.

Ademais, para o melhor entendimento do mundo do trabalho e da realidade dos jovens, a Psicologia pode lançar mão de abordagens teórico-metodológicas que privilegiem, além dos processos de desenvolvimento e inserção social, também as perspectivas contextuais e históricas. Nesse sentido, os referenciais teóricos utilizados na presente dissertação foram a Abordagem Bioecológica do Desenvolvimento Humano e a Psicologia do Trabalho.

Capítulo II

Exploração sexual e trabalho: um estudo de caso e identificação de fatores de risco e proteção¹

2.1 Introdução

Este estudo faz parte de uma pesquisa maior, aprovada pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq; Edital n.27/2007), intitulada “Exploração sexual e prostituição: um estudo de fatores de risco e proteção com mulheres adultas e adolescentes”. Para esta dissertação, dentro da pesquisa maior foi escolhida a realização de um estudo de caso único com uma adolescente de 14 anos, que se revelou em situação de exploração sexual. A realização privilegiada deste estudo de caso deu-se pela demanda de tempo e pelo interesse em aprofundar o relato desta adolescente, que reuniu uma série de fatores de risco e de proteção. No relato, a participante declara seu envolvimento com a exploração sexual e a descreve como uma atividade laboral. A história desta adolescente despertou interesse ao se investigar a situação laboral de jovens brasileiros, que está desenvolvida no segundo estudo desta dissertação. Portanto, além deste estudo de caso, é apresentado nesta dissertação um segundo estudo quantitativo sobre o trabalho e fatores de risco e proteção relacionados. Como a exploração sexual tem tido sua herança relacionada à violência familiar e comunitária, o estudo quantitativo aborda também esta questão, verificando-a em comparação com a atividade de trabalho ou não trabalho de adolescentes e jovens brasileiros. A interface destes estudos é a atividade laboral – seja ela definida como relacionada à exploração sexual ou outra – e os fatores de risco (violência e trauma) e proteção (rede de apoio social, empregabilidade, educação) associados ao desenvolvimento de adolescentes e jovens brasileiros em situação de vulnerabilidade social e pessoal.

Violência sexual é um tema de saúde e segurança pública. Exploração sexual tem sido identificada como uma violência sexual. Este estudo visou a identificar fatores de risco e proteção na vida de uma adolescente em situação de exploração sexual. A idéia da pesquisa maior consiste em avaliar adolescentes exploradas sexualmente e mulheres trabalhadoras do sexo e seus contextos de família, escola, trabalho, redes de proteção social, assim como concepções sobre si mesmas, seu corpo, ser mulher, a atividade de exploração sexual, lazer,

¹ Este estudo está submetido para publicação pela revista *Universitas Psychologica* e foi escrito em co-autoria entre a mestranda, sua orientadora e o Dr. Elder Cerqueira-Santos da Universidade Federal de Sergipe. Recebeu apoio do CNPq e da *Childhood Foundation* para sua realização

infância, adolescência e afetividade. No entanto, a entrevista com a adolescente participante, por sua densidade, levou a um novo caminho para a realização deste estudo em específico, uma vez que salientou a sua condição de vida como um trabalho.

Em relação ao papel do trabalho na vida dos indivíduos, cabe registrar os significados que permeiam a palavra trabalho perpassam a idéia de reconhecimento social, viabilizado pela realização de uma obra capaz de expressar o ser humano (Albornoz, 1986). O trabalho também é descrito como constituinte da identidade do indivíduo, uma vez que aquilo que a pessoa produz transforma a si mesma e a natureza. As concepções marxistas compreendem que a essência do indivíduo encontra-se na atividade laboral (Jacques, 2003), contribuindo para a constituição do seu mundo psicológico e físico.

Estas definições posicionam o trabalho num lugar de destaque para os seres humanos, o que pode estar relacionado com a ênfase dada pela própria participante na exploração sexual como atividade laboral, remunerada e para sobrevivência. Nesse sentido, esta variável foi privilegiada e outros fatores de risco e de proteção foram investigados em associação a esta. O método de estudo de caso único propiciou uma análise abrangente da variável exploração sexual como atividade laboral, levando em conta os contextos de trauma e violência associados a ela. Devido às características específicas do objeto de estudo e pela necessidade de aproximação da pesquisadora com a participante no contexto institucional, foi realizada inserção ecológica, com base nos princípios da abordagem bioecológica do desenvolvimento humano (Cecconello & Koller, 2003; Eschiletti, Paula, Moura, Poletto, & Koller, 2008).

Participou desse estudo uma adolescente em situação de exploração sexual. A jovem tinha 14 anos de idade, frequentava uma instituição que atende casos de exploração sexual e estava nessa prática há mais de um ano. A pesquisadora contatou instituições e apresentou os objetivos e procedimentos da pesquisa. O Termo de Concordância da Instituição e o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido foram assinados. Apenas após estas autorizações, os dados foram coletados. A pesquisadora iniciou a inserção ecológica na instituição, a partir de visitas semanais, nas quais conheceu a instituição, os profissionais envolvidos, a participante, como também o funcionamento do contexto. A entrevista semi-estruturada incluiu questões sobre as características biosociodemográficas (idade, escolaridade, composição familiar, moradia e trabalho) e questões abertas sobre a relação da adolescente com a família, amigos, namorados, clientes, experiência com a atividade de exploração, com o seu corpo, o sexo, os seus clientes, a rede de proteção, a comunidade onde vive e sobre suas projeções para o futuro. Em todas as etapas, a pesquisadora utilizou um diário de campo, no qual fez um registro detalhado de suas

impressões sobre o objeto de pesquisa. Foram realizadas seis visitas ao local e quatro encontros de entrevistas com a adolescente.

2.2 Exploração Sexual

A exploração sexual é violação dos direitos do adolescente, e tem sido considerada como violência sexual. A violência sexual contra os adolescentes é evidenciada por qualquer atividade entre um adolescente e um adulto ou outro adolescente, que pela idade ou estágio do desenvolvimento está em uma relação de responsabilidade, confiança ou força. A atividade sexual, nestes casos, é destinada para gratificação ou satisfação das necessidades desta outra pessoa adulta ou mais forte. Isto pode incluir, mas não se limita, à indução ou coerção de um(a) adolescente para engajar-se em qualquer atividade sexual, à exploração de um(a) adolescente em sexo comercial ou outra prática sexual ilegal, ao uso de adolescentes em *performances* ou materiais pornográficos (*World Health Organization*, 1999). Esta definição vale quando a atividade sexual é dirigida ou envolve também crianças. Tal violação de direitos, que antes do Estatuto da Criança e do Adolescente (Brasil, 1990) era conhecida como prostituição infanto-juvenil, passa a ser denominada, de acordo com Leal (1999), como exploração sexual infanto-juvenil. Desta forma, muda-se o foco dos adolescentes como atores para vítimas da situação, tirando a autonomia e evidenciando a prática criminosa de outros (Serpa, 2009). Nesse sentido, o foco da vitimização deve orientar a compreensão do fenômeno, considerando que a atividade de venda do corpo para fins sexuais torna-se uma experiência presente na vida do(a) jovem que a executa e, portanto, constituinte de sua identidade.

Segundo Faleiros (2004), a atividade sexual envolvendo exploração comercial está relacionada ao uso do corpo adolescente por troca por dinheiro, satisfação de necessidades básicas e/ou de consumo. A lógica de mercado está presente na atividade, a partir da qual a pessoa pode arcar com suas necessidades financeiras. Portanto, a dimensão laboral está implicada no universo da exploração sexual. Caracteriza-se como uma forma de trabalho perversa, desprotegida e degradante. Neste contexto de análise, cabe resgatar outro significado conferido ao termo trabalho, que é o de mercadoria. O fazer profissional está ligado à atividade remunerada, cuja finalidade é proporcionar a sobrevivência dos indivíduos e satisfação de suas necessidades (Zanini, Fürstenau, Pacini & Merlo, 2004).

Para Libório (2005), a exploração sexual consiste em violência interpessoal, que ocorre em relações pessoais próximas, dentro ou fora da família. Estas favorecem a vulnerabilização das mulheres, crianças e adolescentes. Estes protagonistas estão inseridos em

um mercado do sexo que utiliza o *marketing* e a publicidade para divulgar a hiper-erotização do corpo feminino, fortalecendo lógicas de submissão e desqualificação da mulher (Leal, 1999), independentemente de sua idade.

A exploração sexual é uma violência que gera trauma e que envolve fatores sociais, culturais ou econômicos, que afetam o desenvolvimento de crianças e adolescentes. Uma série de riscos é apresentada na vida de crianças e adolescentes expostos a esta condição. No entanto, estes riscos não aparecem apenas após o envolvimento concreto com a exploração sexual da própria criança/adolescente. Aspectos estruturais, familiares, sociais e pessoais podem anteceder esta concretização nas suas vidas, ou seja, crescer em uma família na qual o abuso sexual é corrente ou há a presença de outros fatores de risco, como empobrecimento, violência psicológica e física, uso de drogas e álcool, prostituição, conflitos com a lei, prisões, residência em comunidade violenta, desemprego, entre outros (Koller & De Antoni, 2004).

Fatores de risco são, portanto, aspectos pessoais, ambientais ou culturais que atuam como obstáculo ao desenvolvimento em nível individual ou social e que potencializam a vulnerabilidade das pessoas a resultados indesejáveis ao longo do seu ciclo vital (Pesce et al., 2004). Em uma revisão sobre o abuso sexual contra crianças e adolescentes, Amazarray e Koller (1998) ressaltam que as consequências deste tipo de violência para crianças e adolescentes podem ser físicas, emocionais, sexuais e sociais (comportamento interpessoal). Segundo De Antoni (2000), o abuso emocional ou psicológico é evidenciado pelo prejuízo à competência emocional das crianças/adolescentes, influenciando principalmente sua capacidade de sentir emoções positivas por outros, de se sentirem bem consigo mesmas e de construir expectativas adequadas de futuro.

Fatores de proteção são definidos como aspectos pessoais ou do contexto, capazes de reduzir os efeitos dos fatores de risco e garantir o desenvolvimento humano daqueles expostos a eles (Masten, 2001). Componentes biológicos, como a saúde física e o temperamento, a experiência da pessoa com o ambiente, a constituição da auto-estima, auto-eficácia e a confiança são aspectos pessoais relevantes para a proteção. No ambiente, são considerados como fatores de proteção os aspectos socioeconômicos e a rede social e emocional de apoio gerada pela comunidade na qual a pessoa está inserida (De Antoni, 2000).

Uma análise bioecológica do desenvolvimento, segundo a proposta de Bronfenbrenner (1979/1996; Bronfenbrenner & Morris, 1998) considera a presença e associação de fatores de risco e de proteção. Como os elementos de análise da abordagem bioecológica do desenvolvimento humano levam em conta a pessoa, seus processos psicológicos, o momento de vida e sua história (tempo) e o seu ambiente de desenvolvimento (contexto), a influência

da exploração sexual tem várias repercussões. A exposição a uma história de abuso e exploração influencia na forma como a pessoa se percebe e lida com as adversidades (processo), que pode variar a partir do contexto e do tempo no qual está vivendo (Cecconello, 2003).

A violência doméstica ou familiar, principalmente o abuso sexual, tem sido apontada como fator de risco para a exploração sexual. Para fugir dela, muitas vezes, adolescentes migram para as ruas (Raffaelli et al., 2001). Neste contexto e sem apoio, a exploração sexual passa a ser vista como uma estratégia de sobrevivência (Libório, 2005). No entanto, passam a estar expostos à violência social ou na comunidade. Conforme apontam Verado, Reis e Veiga (1999), o corpo dos adolescentes já foi usado como uma ferramenta de sedução e, com isso, passar a ser usado como estratégia para sobreviver pode ser algo previsível. Portanto, o envolvimento com a exploração sexual pode se apresentar como uma alternativa. Outros fatores de risco associados pela literatura com a exploração sexual são alto índice de uso de drogas (álcool, maconha, crack ou cocaína), assim como baixa escolaridade ou analfabetismo (Libório, 2005; Serpa, 2009).

A exploração sexual revela prejuízo para a qualidade de vida dos adolescentes envolvidos. Ocorre de forma processual (Libório, 2004) e carece de atenção da rede de proteção, dos programas voltados para essa realidade e de pesquisas psicológicas e sociais sobre a exploração sexual (Dos Santos, 2004). Uma análise sob o prisma da abordagem bioecológica do desenvolvimento humano pode ser uma alternativa teórico-metodológica que abarque a complexidade do fenômeno. O objetivo deste estudo foi identificar fatores de risco e de proteção no desenvolvimento de uma adolescente em situação de exploração sexual, analisando à luz desta abordagem, levando em conta a pessoa da adolescente entrevistada, os processos psicológicos e sociais nos quais esteve envolvida em sua trajetória, o momento atual de vida e sua história e os seus contextos de desenvolvimento (família, escola, lugar de residência, trabalho, rua, instituição que frequenta, sociedade, entre outros).

2.3 Método

2.3.1 Delineamento

Este estudo possui um delineamento de Estudo de Caso Único. De acordo com Yin (2005), este tipo de delineamento se propõe a investigar um fenômeno contemporâneo dentro de seu contexto real, de forma descritiva e exploratória. A escolha da participante e os critérios de seleção foram relacionados aos objetivos do estudo. A participante foi escolhida

por estar envolvida em uma situação de exploração sexual há mais de seis meses e por se mostrar disponível para ser entrevistada. Esta disponibilidade pode ser compreendida como um pedido de ajuda diante da vivência a que está exposta – ainda que a mesma não tenha demonstrado, explicitamente, seu desconforto com a mesma. Trata-se de temática de estudo mobilizadora para todos os envolvidos na compreensão do fenômeno (vítima, instituição e pesquisadores). O teor do estudo, por seu caráter sistemático e rigoroso, pode transmitir uma idéia de frieza. Todavia, a equipe de pesquisa não perdeu de vista a delicadeza do tema, bem como a dificuldade de se aproximar da vivência genuína da jovem. De fato, era o único caso de exploração sexual na instituição abordada no período da pesquisa e que concordou imediatamente com a realização da mesma. Sua ênfase à atividade de exploração sexual como um trabalho, que auxiliava na sobrevivência, remuneração pessoal e identidade profissional, determinou o foco deste projeto.

O delineamento de estudo de caso proposto por Yin (2005) envolveu cinco componentes interligados: 1) as questões de pesquisa; 2) as proposições; 3) a(s) unidade(s) de análise; 4) a lógica que vincula os dados às proposições; e, 5) os critérios de interpretação dos dados. As questões de pesquisa estavam relacionadas aos fatores de risco e de proteção relacionados à exploração sexual de uma adolescente. As proposições consistiram em hipóteses teóricas do estudo que orientou a pesquisadora, que visava a identificar tais fatores como influências no desenvolvimento da adolescente, com esta história de vida e no seu contexto de desenvolvimento. A unidade de análise baseou-se na fonte de informações dadas pela adolescente sobre sua vida e a exploração sexual. O quarto componente relacionou-se diretamente com a ênfase dada pela adolescente à atividade de exploração sexual como um trabalho, que auxiliava na sobrevivência, remuneração pessoal, identidade profissional e auxílio à sua família. O quinto componente desse delineamento - critério de interpretação dos dados - baseou-se na análise segundo a abordagem bioecológica do desenvolvimento humano. Estes passos basearam-se nas ideias de Yin (2005) de que a análise de dados pode ser baseada em: 1) proposições teóricas e 2) descrição do caso.

A principal questão de pesquisa consistiu em identificar e caracterizar um caso de exploração sexual de uma adolescente de 14 anos de idade. Foram investigadas características biosociodemográficas (idade, escolaridade, composição familiar, moradia) e questões abertas sobre a relação da adolescente com a família, a experiência com a atividade de exploração, com o seu corpo, com a comunidade onde vive, e projetos de futuro. Dessas questões gerais, emergiu, durante a própria entrevista, outra questão específica: a atividade de exploração sexual era considerada como um trabalho, que auxiliava na sobrevivência, remuneração

pessoal e identidade profissional e pessoal. As proposições teóricas que orientaram a análise desta questão específica foram duas *a priori* (1 e 2) e uma *a posteriori* (3): 1) A exploração sexual é um fator de risco em si mesmo para o desenvolvimento humano, sendo considerado um abuso sexual e um evento violento e traumático. 2) A exploração sexual é uma atividade remunerada que pode ser definida como um trabalho. 3) O trabalho é uma atividade que auxilia na sobrevivência pessoal e no auxílio à família, tem influência na identidade profissional e pessoal. A unidade de análise principal desse estudo, portanto, foi o caso de uma adolescente de quatorze anos de idade que vive na condição de exploração sexual e que a relata como um trabalho. A análise de dados baseia-se na descrição e discussão do caso, com base nas proposições teóricas propostas *a priori* e *a posteriori*.

A inserção ecológica realizada, com base nos princípios da abordagem bioecológica do desenvolvimento, permitiu que a pesquisadora estabelecesse uma relação de proximidade maior com os participantes do estudo. O método de inserção favoreceu o desenvolvimento da empatia e da confiança entre os pesquisadores e os participantes (Cecconello & Koller, 2003; Eschiletti-Pratti, Paula-Couto, Moura, Poletto, & Koller, 2008; Serpa, 2009). Os dados da coleta foram disponibilizados para análise deste estudo.

2.3.2 Relato de Caso

A participante será chamada ficticiamente de Manuela. Ela tem atualmente 14 anos, é parda e nasceu em uma cidade do Nordeste do Brasil, onde viveu com a família até o último aniversário, portanto recentemente. Filha de pai e mãe agricultores analfabetos, ela frequentou a escola de maneira irregular, saindo definitivamente na quarta série do ensino fundamental. Desde muito cedo ajudava a família na lavoura de cana-de-açúcar junto com mais três irmãos (todos meninos).

De família patriarcal machista, a infância e a entrada na puberdade “*foi conturbada*”. Relata medos e total desconhecimento de questões sexuais naquela época. Muito cedo (não lembra quando), começou a ser assediada por um vizinho (cerca de 30 anos) e isto era motivo de confusões com os irmãos mais velhos.

Relata ter sofrido assédio sexual com ofensas e provocações por parte de amigos, vizinhos e até dos irmãos. Diz ter sido “*tocada e beijada à força por estes*”. Aos 13 anos, foi forçada pela família a fazer sexo com um vizinho de 18 anos (amigo do irmão), provavelmente, segundo informa “*como pagamento por uma briga de vizinhos*”.

Continuou fazendo sexo forçado com o vizinho até que engravidou e sofreu aborto. Com todo episódio vindo à tona, o clima familiar piorou e relata ter sido expulsa de casa pelo pai que lhe “*chamava com palavras de baixo calão*”. O pai a ameaçava de expulsão de casa, até que Manuela encontrou uma amiga disposta a fugir da cidade com ela.

Ainda aos 14 anos, fugiu para outro estado e foi abrigar-se na moradia de uma tia da amiga. Vive, atualmente, em uma casa com esta mulher e mais três meninas (uma menor e duas maiores de 18 anos), todas oriundas de seu estado natal. Segundo relata, atendem os “*clientes nesta casa*”. Esta condição de vida foi denunciada, pela suspeita de vizinhos de que a casa seja um lugar de exploração sexual e prostituição. O caso está sob acompanhamento do Juizado da Infância de da Juventude e do Conselho Tutelar e Manuela está em atendimento psicológico na instituição. Por não admitir fazer sexo forçado e "proteger" a provável cafetina, muitas vezes negando sua função de aliciadora, o caso não chegou à intervenção judicial contra esta mulher.

Durante a entrevista da pesquisa revelou claramente a situação de exploração sexual. Diz que faz “*sexo para sobreviver, que este é o seu trabalho e porque quer e gosta desta vida*”. Considera que os homens com quem faz sexo são como namorados. Não se denomina como “*uma prostituta só por receber 'agradados' dos homens com quem 'fica'*”. Tem alguns rapazes que são clientes frequentes e, por isso, considera-os como “*ficantes*”. Diz que “*prostituta é quem vai rodar a bolsinha na calçada*”. Descreve a si mesma como sendo “*uma menina bonita e cobiçada e diz que se diverte com isso*”. Diz que “*nunca é forçada a fazer sexo com quem não quer*”. Não acredita que vai voltar para escola ou arrumar outro trabalho. Diz que seu futuro é “*ficar nesta casa*”, e aponta o turismo sexual em seu estado natal, como uma possibilidade de ganhar mais dinheiro. Mais detalhes sobre o caso estão apresentados na seção de Resultados.

2.3.3 Procedimentos e Instrumentos

A instituição que atende adolescentes exploradas sexualmente e que presta serviços foi contatada. Os objetivos e o procedimento da pesquisa foram apresentados para o responsável e solicitado a sua participação. O Termo de Concordância da Instituição (Anexo A) foi assinado. Para a participante, foi apresentado o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (Anexo B). A pesquisa seguiu as determinações do Conselho Federal de Psicologia, Resolução n.16/2000 (2000) e a Resolução n.196 (1996) do Conselho Nacional de Saúde. A pesquisa

maior foi aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa do Grupo Hospitalar Conceição de Porto Alegre, sob o protocolo n. 108/08.

A inserção ecológica foi iniciada na instituição, a partir de visitas para ambientação com o contexto, conhecimento dos profissionais envolvidos e da participante. Nesta fase, conhecer a rotina da instituição e estabelecer conversas informais foi importante para iniciar a vinculação da pesquisadora com a participante. A entrevista semi-estruturada (Anexo C) foi composta de questões sobre a caracterização biosociodemográfica (idade, escolaridade, composição familiar, moradia) e questões abertas sobre a relação da adolescente com a família, a experiência com a atividade de exploração, com o seu corpo, com a comunidade onde vive e projetos de futuro. Foi possível observar que o roteiro de entrevista não possui nenhuma questão específica relacionada ao entendimento de exploração sexual como um trabalho. Ocorre que, a fim de não induzir a participante a esta compreensão, optou-se pela não elaboração de questões diretas, de forma que o conteúdo emergisse espontaneamente no decorrer da entrevista. Pelas respostas da participante, houve interesse em explorar mais a questão relacionada à exploração sexual como atividade laboral e isto foi realizado com uma pergunta aberta: Fale mais sobre esta sua visão de que a sua atividade sexual é o seu trabalho. A pesquisadora utilizou um diário de campo, no qual fez registros sobre o andamento da pesquisa. Os resultados serão devolvidos de forma direta para a instituição, após a defesa da dissertação. O objetivo desta atividade é de que os resultados possam contribuir com o trabalho de profissionais que lidam diretamente no atendimento de outras adolescentes envolvidas com a prática da exploração sexual.

2.4 Resultados e Discussão

Os resultados estão apresentados e discutidos a seguir e visam a responder à principal questão de pesquisa, que consistiu em identificar e caracterizar um caso de exploração sexual de uma adolescente de 14 anos de idade. A Tabela 1 apresenta a descrição biosociodemográfica do caso, com os aspectos investigados na entrevista sobre a sua visão do próprio corpo e do gênero, as proposições abordadas e exemplos de vinhetas das respostas da adolescente.



Tabela 1

Dados Biosociodemográficos, Visão sobre o Próprio Corpo e sobre o Gênero da Participante do Estudo

Aspecto investigado	Proposição	Resultado
Dados bio sócio demográficos	Escolaridade	Quarta série do ensino fundamental
	Idade	14 anos completos
	Com quem mora	Com uma mulher adulta, uma adolescente e duas jovens de seu estado natal. Nenhuma delas tem parentesco com Manuela
	Composição da família	Pai, mãe e três irmãos do sexo masculino
	Trabalho do pai e/ou da mãe	Agricultores
	Estado civil	Solteira
	Filhos(as) vivos(as)	Nenhum
	Gravidez	<i>“Uma gravidez e um aborto antes dos 14 anos de idade. O pai era um vizinho de 18 anos.”</i>
Corpo	Como vê o seu corpo	<i>“Uma menina bonita”</i>
	O que sente sobre seu corpo	<i>“Está sempre procurando estar atrativa e se cuidar”</i>
	Como se previne das DSTs e AIDS	<i>“Uso camisinha de vez em quando”</i>
Gênero	Ser mulher	<i>“Ser cobiçada”</i>

A Tabela 2 apresenta a sua visão sobre a família de origem e sua infância e adolescência.

Tabela 2

Dados sobre a Família e a Infância e Adolescência da Participante do Estudo

Família	Como é a sua família?	<i>“Machista”</i>
	Como é a sua relação com ela?	<i>“Fugi de casa aos 14 anos e não volto para casa do meu pai de jeito nenhum. Pra quê? Pra apanhar? Ir pra roça? Já disse ao juiz, se eu for eu fujo de novo. Meu pai já disse também que não me quer mais. O que eu vou fazer? Tá bom aqui mesmo”</i>
Infância e adolescência	Como foi a sua infância?	<i>“Foi conturbada”. Sofreu assédio sexual com ofensas e provocações por parte de amigos, vizinhos e até dos irmãos. Foi tocada e beijada à força por estes. Aos 13 anos foi forçada pela família, a fazer sexo com um vizinho de 18 anos (amigo do irmão), “como pagamento por uma briga de vizinhos”. Continuou fazendo sexo forçado com o vizinho até que engravidou e sofreu aborto. Com todo episódio vindo à tona, o clima familiar piorou e relata ter sido expulsa de casa pelo pai que lhe “chamava com palavras de baixo calão”. O pai a ameaçava de expulsão de casa, até que Manuela encontrou uma amiga disposta a fugir da cidade com ela.</i>
	Como foi/está sendo a sua adolescência?	<i>“Podia ser melhor, mas a culpa não é da minha tia, a culpa toda é do meu pai. Ela só quer me ajudar”</i>

A Tabela 3 apresenta a percepção sobre si mesma e dos outros sobre si da participante do estudo. A participante dá indícios na percepção da sua atividade como um trabalho, e quer ser reconhecida como pessoa prestadora deste serviço como qualquer outro.

Tabela 3

Percepção sobre Si Mesma e dos Outros sobre Si da Participante do Estudo

Percepção sobre si e dos outros	O que as pessoas pensam sobre você?	<i>“Não me interessa, sou assim e pronto”</i>
	Como você gostaria que as pessoas pensassem sobre si?	<i>“Como uma pessoa qualquer que tem seu trabalho e não incomoda ninguém”</i>
	O que você mudaria na vida sua vida hoje?	<i>“Teria saído de casa mais cedo”</i>
Projeto de vida	Quais planos para o futuro?	<i>“Sonho? Casar mesmo, né?”</i>

A Tabela 4 mostra as respostas da adolescente com relação à exploração sexual. Destacou-se a definição da atividade de exploração sexual como um trabalho, que auxiliava na sobrevivência, remuneração e independência da adolescente. A exploração sexual mostrou-se como um fator de risco em si mesmo para o desenvolvimento humano, sendo considerado um abuso sexual e um evento violento e traumático, conforme proposição teórica expressa *a priori* para análise neste estudo. Por outro lado, a partir da percepção da garota, a atividade de exploração sexual definida como um trabalho - que lhe proporciona sobrevivência e autonomia - pode estar sendo avaliada por ela como fator protetivo. Nesse sentido, a proposição teórica *a posteriori* também confirmou presença nestes dados, ou seja, a exploração sexual apareceu como uma atividade remunerada, que foi definida pela participante como um trabalho. O trabalho para ela, segundo a proposição teórica, foi descrito como uma atividade que auxiliava na sobrevivência pessoal. O trabalho para ela tem influência na identidade profissional e pessoal.

Tabela 4

Visão sobre a Exploração Sexual da Participante do Estudo

Exploração sexual	Com qual idade começou?	Não sabe precisar, mas <i>“com 12 anos já tinha atividade sexual em troca de favores e presentes, com os vizinhos, mas “forçada pelos irmãos”</i>
	O que pensa sobre isto?	<i>“É minha forma de sobreviver, de ajudar na casa que vivo, de comprar o que preciso. Não vou ter outro trabalho, isto é o que sou, este é meu trabalho”</i>
	O que pensam sobre os homens/mulheres clientes?	<i>“São meus ficantes”</i>
	O que é para você um bom cliente ou mau cliente?	<i>“Bons os que pagam, ruins os que não pagam”</i>
	Como você faz o programa? Sozinha? Com outras?	<i>“Na minha casa e busco eles no bar e no posto de gasolina, vou lá com as amigas”</i>
	Como estabelece o preço?	<i>“Eu ganho uns R\$200,00. É pouco. Mas dizem que é porque o povo aqui é pobre, paga pouco, tem pouco homem nessa cidade. Dizem que bom é em Aracaju, Maceió, Salvador, mas é mais arriscado também. Aqui todo mundo já me conhece”</i>
	Há prazer sexual enquanto faz o programa?	<i>“Às vezes eu sinto prazer, outras vezes eu tenho medo, nojo. Depende do homem. Mas vou dizer que é ruim não fazer isso”</i>
	O que mudou na sua vida depois de ter entrado na exploração?	<i>“Sou independente, não sou prostituta, porque não roda a bolsinha na calçada”. “Faço sexo para sobreviver, que este é o meu trabalho e porque quero e gosto desta vida”</i>
	A família sabe? Como lida?	<i>“Não sabem de mim”</i>

A Tabela 5 inclui os fatores de risco presentes na vida pregressa e atual da adolescente participante do estudo.

Tabela 5

Fatores de Risco Presentes na Vida Pgressa e Atual da Adolescente Participante do Estudo

Fatores identificados como de risco	Ao longo da história de vida	<p>Tem apenas 14 anos e já está exposta à exploração sexual há bastante tempo</p> <p>Escolaridade baixa e fora da série esperada para sua idade</p> <p>Infância na zona rural, sem conhecer aspectos relacionados à vida em cidades maiores e centros urbanos</p> <p>Desconhecimento de aspectos da sexualidade quando exposta às atividades sexuais propriamente ditas</p> <p>Assédio e atividade sexual com estranhos e familiares</p> <p>Foi forçada a manter relações sexuais intrafamiliares e extrafamiliares</p> <p>Gravidez e aborto na adolescência</p> <p>Falta de apoio e cuidado familiar para evitar a gravidez</p> <p>Ao engravidar foi expulsa de casa e abusada psicologicamente</p>
	Situação atual	<p>Não recebe nenhum tipo de bolsa</p> <p>Tem uma renda mensal de meio salário mínimo</p> <p>Bebe cerveja frequentemente</p> <p>Há cerca de um ano tem experimentado maconha</p> <p>Usa camisinha sem consistência</p> <p>Faz sexo por dinheiro ou presentes mais de duas vezes por semana há mais de um ano</p> <p>Usa a casa onde vive para suas atividades sexuais</p>

	<p>Frequenta um bar e um posto de gasolina para encontrar com quem fazer sexo</p> <p>Foi convidada a fazer sexo pago por amigas e pela dona da casa onde vive</p> <p>Vive em um prostíbulo</p> <p>Encara a atividade de exploração sexual como uma atividade laboral, identifica-se como profissional adolescente do sexo</p> <p>Não visa a buscar outra atividade laboral</p>
--	--

Quando Manuela relata que foi abusada sexualmente desde a pré-adolescência, com consentimento da família, identifica-se, para além da permissão dos pais e irmãos, uma marca na construção da sua identidade. De alguma forma, a jovem é reconhecida como integrante que auxilia nas dificuldades domésticas através do oferecimento de seu corpo (Amazarray & Koller, 1998). Registra-se, aí, o quanto o ser humano se constrói a partir das ações que realiza – ainda que estas possuam caráter perverso e desprotegido. Esta marca ficou de tal maneira registrada em sua vida que, mesmo após sair de casa e das desavenças vividas neste local, segue vendendo seu corpo (De Antoni, 2001; Libório, 2005). Além disso, justifica esta situação como a execução de uma atividade laboral, que lhe permite sobreviver e ter independência.

A Tabela 6 inclui os fatores de proteção presentes na vida pregressa e atual da adolescente participante do estudo.

Tabela 6

Fatores de Proteção Presentes na Vida Pgressa e Atual da Adolescente Participante do Estudo

Fatores identificados como de proteção	Ao longo da história de vida	<p>Não relata doenças crônicas</p> <p>Foi à escola</p> <p>Teve uma família</p> <p>Teve algumas amigas</p> <p>Tem boa saúde física</p> <p>Ter saído de casa</p>
	Situação atual	<p>Sente-se acolhida e cuidada pelas pessoas com quem vive</p> <p>Seus clientes têm alguma relação com ela, pois os vê como “ficantes”</p> <p>Participa das atividades da instituição</p> <p>Recebe atendimento psicológico</p>

A violência doméstica ou familiar aparece nitidamente, neste caso, como fator de risco para a exploração sexual. A adolescente fugiu para outro contexto que também apresenta risco, mas segue a atividade sexual como se fosse o que melhor sabe executar. A exploração sexual consiste em uma estratégia de sobrevivência e de identidade pessoal. A violência social ou da comunidade parece atenuada e não criticada, frente à violência forçada pela família de origem. Estes dados estão de acordo com Estudo II desta dissertação, o qual também identificou que jovens trabalhadores sofrem mais violência doméstica e na comunidade. Outros fatores de risco associados pela literatura com a exploração sexual são o alto índice de uso de drogas (álcool, maconha, crack ou cocaína) (Libório, 2005; Serpa, 2009). Estes dados foram corroborados pelo Estudo II, a partir do qual se identificou maior frequência de uso de drogas por parte dos jovens trabalhadores quando comparados com aqueles não trabalhadores, provavelmente por obterem recursos para adquiri-las.

Adolescentes expostas à exploração sexual devem ser tratadas como vítimas e receber apoio. Não podem ser tratadas como criminosas e merecem atenção e proteção das suas famílias e comunidades (Pinheiro, 2009). A saída da casa para obtenção de sustento pessoal ou para auxiliar à família estão associadas à segurança das crianças e dos adolescentes. Neste caso, Manuela não tinha segurança nem mesmo em casa ou na sua comunidade de origem, o que provavelmente a leva a exigir menos ainda nos novos contextos nos quais ela se insere. Nesse contexto, a venda do corpo torna-se uma alternativa de trabalho, caracterizada pela perversidade e violação de direitos. Enquanto forma de trabalho degradante, a exploração sexual aproxima-se da própria etimologia da palavra, originada do termo *tripalium* – referente a instrumento agrícola de cultura de cereais (transformador da natureza) que servia também como meio de tortura (limitador do ser humano) (Albornoz, 1986; Borges & Argolo, 2002; Jacques, 2002; Mendes & Morone, 2002; Nardi, 2006).

Ainda que exposta a uma forma de trabalho degradante, Manuela parece ter noção da violação de seus direitos e nem mesmo com a participação na instituição luta por eles. A residência em uma casa identificada e denunciada como prostíbulo, a falta de apoio das instâncias reguladoras de seus direitos e de segurança pessoal, não são questionadas por ela. Por definição, segundo Pinheiro (2009), os entornos de crianças e adolescentes que permitem o trabalho não favorecem a garantia de seus direitos e são omissos na proteção contra a violência física, psicológica e sexual, especialmente no caso de exploração.

O propósito principal das campanhas e dos programas pela erradicação do trabalho infanto-juvenil e contra a violência tem sido a retirada de crianças/adolescentes de contextos que prejudicam o seu desenvolvimento esperado ao longo do ciclo vital. No caso da

exploração sexual este foco deveria ser ainda mais nítido, especialmente pela junção de ambos os riscos (trabalho infanto-juvenil e violência) e por favorecer uma economia de mercado perversa. No entanto, a inibição e a extinção destas condições de vida não têm sido efetivas. Ao contrário, a retirada de crianças e adolescentes destes contextos, parece ser seguida de uma enxurrada de novos personagens que ocupam seu lugar. Além disso, a configuração atual do mercado de trabalho caracteriza-se por relações laborais fragilizadas diante do desemprego, escassas políticas de geração de renda e mecanismos insuficientes de inserção dos jovens no mercado de trabalho (Lima & Minayo-Gomes, 2003). O mercado da exploração sexual - que só ocorre porque há clientela - torna-se, portanto, alternativa de sobrevivência e tem nutrido uma crescente indústria de pessoas na crise econômica (Cerqueira-Santos et al., 2008; Pinheiro, 2009). Este panorama evidenciou-se no depoimento da adolescente, ao mencionar sua relação com a clientela a partir do serviço que presta: *“Bons os que pagam, ruins os que não pagam”*; *“Na minha casa e busco eles no bar e no posto de gasolina, vou lá com as amigas”*; *“Eu ganho uns R\$200,00. É pouco. Mas dizem que é porque o povo aqui é pobre, paga pouco, tem pouco homem nessa cidade”*.

A participação no cotidiano de atividades de exploração sexual afasta, ainda mais, as crianças e os adolescentes da escolarização e de uma educação de qualidade. Manuela já apresentava dificuldades de acompanhar sua escola, de acordo com sua idade. Suas possíveis dificuldades de aprendizagem, fruto de sua história de abuso sexual na família e na comunidade, provavelmente poderiam estar - ainda que não relatados - relacionadas à ansiedade e estados depressivos, expressões previsíveis em vítimas de abuso sexual (Habigzang et al., 2006, 2008).

A exploração sexual, além de gerar sintomas psicopatológicos, poderia expor a saúde física e moral de Manuela (Morais, 2004). Pinheiro (2009) apontou que as crianças e adolescentes envolvidos na exploração sexual, em geral, têm condenado esta forma de sobreviver. Classificam esta atividade como criminosa e diferenciada de outros tipos de trabalho (Pinheiro, 2009). Este não é o caso da participante deste estudo, uma vez que, mesmo planejando no futuro casar e ter uma família, identificou-se como uma profissional do sexo. Segundo ela, esta atividade ocupacional lhe permite sobreviver, além de ser aquilo que diz saber fazer. Esta descrição, todavia, não descarta o possível sofrimento implícito presente no caso. Manuela, por exemplo, denomina seus cliente como *“ficantes”*, uma possível forma de amenizar o caráter mercadológico da relação estabelecida com eles. Além disso, descreve em duas passagens *“Meu pai já disse também que não me quer mais. O que eu vou fazer? Tá bom aqui mesmo”* e *“Podia ser melhor, mas a culpa não é da minha tia, a culpa toda é do*

meu pai. Ela só quer me ajudar”. Estas frases expressam o sofrimento de Manuela perante a violência doméstica a que foi exposta e o envolvimento com a exploração sexual como uma opção de trabalho relacionada com a falta de alternativas mais saudáveis.

Um estudo em treze países sobre a exploração sexual na infância e na adolescência sugere que esta condição está aumentando e as atividades criminosas associadas também, assim como o turismo sexual, a pornografia e os delitos relacionados à internet (UNICEF, 2004). As meninas têm sido mais frequentemente identificadas neste esquema de exploração, embora meninos também sejam envolvidos. A faixa de idade das meninas envolvidas em vários países deste relatório está entre os 12 e os 14 anos, como no caso deste estudo.

Um dos pontos preocupantes na colocação da entrevistada é, justamente, a não percepção da atividade que executa como uma exploração. Sarriera, Silva, Kabbas e Lopes (2001) descreveram que as primeiras experiências laborais constituem a identidade dos jovens em formação, pois servem como um modelo de referência. A adolescente iniciou a execução desta atividade num momento frágil na construção de sua identidade, o que se destacou ao dizer *"É minha forma de sobreviver, de ajuda na casa que vivo, de comprar o que preciso. Não vou ter outro trabalho. Isto é o que sou, este é o meu trabalho"*; *"Sou independente, não sou prostituta (...) Faço sexo para sobreviver, que este é o meu trabalho e porque quero e gosto desta vida"*. Nesse sentido, a exploração sexual naturalizou-se como elemento que lhe dá a oportunidade de sobreviver, ser autônoma e, até mesmo, de reconhecer a si mesma como um ser humano capaz de produzir alguma coisa e, a partir disso, ser reconhecida. De fato, a categoria trabalho, enquanto objeto de reflexão, o aponta como um elemento de integração social, fonte de auto-estima e de sentido para a vida das pessoas (Prieb, 2000). O trabalho é um fator contribuinte para o crescimento do indivíduo, de forma a incorporar sentimentos de auto-estima e realização a sua personalidade (Forastieri, 1997). Entretanto, a execução de uma forma de trabalho degradante, como a exposição à exploração sexual, distancia o indivíduo dos componentes geradores de saúde e desenvolvimento emocional, moral e cognitivo das pessoas, bem como para seu reconhecimento social (Filgueiras & Hippert, 2002).

2.5 Considerações Finais

Vários fatores de risco presentes no caso de Manuela têm se repetido em estudos internacionais, como aponta a *United Nations Secretary-General's Study on Violence against Children* (2005). Um fator de risco marcadamente presente em vários estudos, inclusive na América Latina, tem sido a violência intrafamiliar. A entrada na exploração sexual tem sido relacionada com o abandono e a estigmatização social das crianças e adolescentes (Pinheiro,

2009). Esta condição começa no próprio microsistema familiar e se alastra para outros contextos de desenvolvimento. Portanto, a vítima, em geral, abandona a escola e é excluída de grupos de iguais.

Outros contextos macrossistêmicos, também são marcados pela pobreza e pela desigualdade social, mostram que meninas e meninos são envolvidos em exploração sexual como uma estratégia de sobrevivência, em troca de alimento, habitação, acolhida e drogas (*Human Rights Watch*, 2001). Diante da atual configuração do mercado de trabalho, caracterizada pela falta de instabilidade nos empregos, crescimento da informalidade e escassa abertura de novos postos de trabalho (Abramovay, Castro, Pinheiro, Lima & Matinelli, 2002), estes adolescentes tornam-se vulneráveis à exposição a formas de trabalho degradantes, como no caso de Manuela. Embora em muitos destes relatos haja associação com tortura e golpes violentos, estes não aparecem no relato de Manuela, que se limita a comentar que, às vezes, tem nojo, mas nem isto a limita.

Eventos e resultados negativos ao longo do desenvolvimento já existiam anteriormente à vinda para a casa onde vive atualmente e para as atividades de exploração sexual. A vinculação e a identificação com o papel de uma profissional foi processual. Os vínculos familiares eram frágeis e quase inexistentes, assim como o relacionamento com a escola e com a comunidade de origem. Esta lacuna facilitou a inserção da adolescente na rede de exploração sexual, expondo-a a uma atividade de elevado risco para sua saúde física e mental, privando-a do seu direito a formas protegidas de trabalho. Trata-se de mais uma das diferentes trajetórias de vinculação com a exploração sexual, já identificada por Moraes (2009), as quais só podem ser entendidas se devidamente contextualizadas, a partir das características individuais e da rede de apoio de cada indivíduo.

A promoção do trabalho descente - produtivo, remunerado justamente, que promove segurança e proteção social para as famílias, fonte de melhores perspectivas para o desenvolvimento das pessoas e sua integração social (OIT, 2002; Somavia, 2001) – parece estar distante da realidade descrita neste estudo. A adolescente participante não possui maturidade física, mental e moral para a realização da atividade que executa, elementos necessários para uma vivência profissional repleta de significados, sentido e satisfação pessoal (Amazarray, Thomé, Poletto & Koller, 2007). Ademais, as limitações do estudo não permitiram o estabelecimento do contato com a experiência genuína de sofrimento da participante, todavia, ficaram evidentes os diversos fatores de risco aos quais Manuela encontra-se exposta. Este contexto de atividade laboral degradante e violador de direitos explicita a necessidade do fenômeno da exploração sexual ser analisado, também, através de

lente da Psicologia do Trabalho. Diante de um mercado profissional fragilizado, o envolvimento com a exploração sexual torna-se alternativa de sobrevivência e elemento constituinte da relação do indivíduo com o mundo.

Referências

- Abramovay, M., Castro, M. J., Pinheiro, L. C., Lima, F. S., Martinelli, C. C. (2002) *Juventude, violência e vulnerabilidade social na América Latina: desafios para políticas públicas*. Brasília: UNESCO, BID.
- Albornoz, S. (1986). *O que é trabalho?* 6.ed. São Paulo: Brasiliense.
- Amazarray, M. & Koller, S. (1998). Alguns aspectos observados no desenvolvimento de crianças vítimas de abuso sexual. *Psicologia Reflexão e Crítica*, 11(3), 546-555.
- Amazarray, M.R., Dutra-Thomé, L., Poletto, M., & Koller, S. (2007). Perspectivas acerca do trabalho infanto-juvenil: ideologias, subjetividade e saúde do trabalhador. *Laboreal*, 3(2), pp.22-28.
- Borges, L.O.B. & Argolo, J.C.T. (2002). Estratégias Organizacionais na Promoção da Saúde mental do Indivíduo podem ser eficazes. In M.G.Jacques & W. Codo (Eds.). *Saúde Mental e Trabalho: leituras* (pp. 271-295). Petrópolis, RJ: Vozes.
- Bronfenbrenner, U. (1996). *A ecologia do desenvolvimento humano: experimentos naturais e planejados*. Porto Alegre: Artes Médicas. (Originalmente publicado em 1979).
- Bronfenbrenner, U. & Morris, P. (1998). The ecology of developmental processes. In W.Damon (Ed.), *Handbook of child psychology* (Vol.1, pp. 993-1027). New York, NY: John Wiley & Sons.
- Cecconello, A. M. (2003). *Resiliência e vulnerabilidade em família em situação de risco*. Tese de Doutorado não publicada, Curso de Pós-Graduação em Psicologia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, RS.
- Cecconello, A.M. & Koller, S.H. (2003). Inserção ecológica na comunidade: uma proposta metodológica para o estudo de famílias em situação de risco. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 16(3), 515-524.
- Conselho Federal de Psicologia (2000). Resolução nº 016/2000, 20 de dezembro de 2000. Brasília, DF.

- Conselho Nacional de Saúde (1996). Resolução nº196/1996, 16 de outubro de 1996. Brasília, DF.
- De Antoni, C. (2000). *Vulnerabilidade e resiliência familiar na visão de adolescentes maltratadas*. Dissertação de mestrado não publicada, Curso de Pós-Graduação em Psicologia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, RS.
- Declaración del Primer Congreso Mundial contra la Explotación Sexual Comercial de Niños, Niñas y Adolescentes (27-31 de agosto, 1996). Estocolmo. *Informe*. Available at http://www.oit.org.pe/ippec/documentos/decla_estocolmo.pdf, retrieved in January 30th, 2009.
- Dos Santos, B.R. (2004). Contribuições para um balanço das campanhas de combate ao abuso e exploração sexual de crianças e adolescente no Brasil. In R.M. C. Libório & S.M.G. Sousa (Eds.), *Exploração sexual de crianças e adolescentes no Brasil: reflexões teóricas, relatos de pesquisa e intervenções psicossociais*. São Paulo/Goiânia: Casa do Psicólogo e Universidade Católica de Goiás.
- Eschiletti-Pratti, L., Paula Couto, M. C. P., Moura, A., Poletto, M., & Koller, S. (2008). Revisando a Inserção Ecológica: Uma proposta de sistematização. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 21(1), 160-179.
- Faleiros, V.P. (2004). O fetiche da mercadoria na exploração sexual. In R.M. C. Libório & S.M.G. Sousa (Eds.), *Exploração sexual de crianças e adolescentes no Brasil: reflexões teóricas, relatos de pesquisa e intervenções psicossociais*. São Paulo/Goiânia: Casa do Psicólogo e Universidade Católica de Goiás.
- Filgueiras, J.C. & Hippert, M.I.(2002). Estresse: Possibilidades e Limites. In M.G. Jacques & W. Codo (Eds.). *Saúde mental e trabalho: leituras* (pp. 112-129). Petrópolis, RJ: Vozes.
- Forastieri, V. (1997) *Children at work: health and safety risks*. International Labour Office, Geneva.
- Habigzang, L. F.; Azevedo, G. A.; Koller, S. H.; & Machado, P. X. (2006). Fatores de risco e de proteção na rede de atendimento a crianças e adolescentes vítimas de violência sexual. *Psicologia. Reflexão e Crítica*, 19, 379-386.
- Habigzang, L. F., Hatzenberger, R., Dala Corte, F., Stroehrer, F., & Koller, S. H. (2008). Avaliação psicológica em casos de abuso sexual na infância e adolescência. *Psicologia. Reflexão e Crítica*, 21, 338-344.
- Human Rights Watch (2001). *Scared at School: Sexual Violence against Girls in South African Schools*. Nueva York, Human Rights Watch.

- Jacques, M.G. (2002). “Doença dos nervos”: uma expressão da relação entre saúde/doença mental. In M.G. Jacques & W. Codo, *Saúde Mental e Trabalho: leituras* (pp. 98-111). Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.
- Jacques, M.G.C. (2003). Abordagens teórico-metodológicas em saúde/doença mental e trabalho. *Psicologia e Sociedade*, 15(1), 97-116.
- Koller, S. H. & De Antoni, C. (2004). Violência intrafamiliar: uma visão ecológica. In S. H. Koller (Ed.), *Ecologia do desenvolvimento humano: pesquisa e intervenção no Brasil* (pp.293-310). São Paulo: Casa do Psicólogo.
- Leal, M.L.P. (1999). A exploração sexual comercial de meninos, meninas e adolescentes na América Latina e Caribe: Relatório final, Brasil. Brasília: CECRIA.
- Libório, R.M.C. (2004). Exploração sexual comercial infanto-juvenil: categorias explicativas e políticas de enfrentamento. In R.M. C. Libório & S.M.G. Sousa (Eds.), *Exploração sexual de crianças e adolescentes no Brasil: reflexões teóricas, relatos de pesquisa e intervenções psicossociais*. São Paulo/Goiânia: Casa do Psicólogo e Universidade Católica de Goiás.
- Libório, R.M.C (2005). Adolescentes em situação de prostituição: uma análise sobre a exploração sexual comercial na sociedade contemporânea. *Psicologia: Reflexão Crítica*, 18(3), 413-420.
- Lima, S.M., Minayo-Gomes, C. (2003). Modos de subjetivação na condição de aprendiz: embates atuais. *História, Ciências e Saúde – Manguinhos*, 10(3), 931-53.
- Masten, A.S. (2001). Ordinary magic: Resilience processes in development. *American Psychologist* 56 (3), 227-238. (disponível em www.capes.gov.br/capes/portal).
- Mendes, A.M. & Morrone, A.M. (2002). Vivências de Prazer-Sufrimento e Saúde Psíquica no Trabalho: Trajetória Conceitual e Empírica. In A.M.M. Mendes, L.O. Borges & M.C. Ferreira (Eds.), *Trabalho em transição, saúde em risco* (pp. 25-42). Brasília: Editora Universidade de Brasília.
- Morais, N. A. (2004). *Um estudo sobre saúde de adolescentes em situação de rua: o ponto de vista de adolescentes, profissionais de saúde*. Dissertação de Mestrado Inédita. Programa de Pós-graduação em Psicologia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS.
- Morais, N. A. (2009). Tese de Doutorado Inédita. Programa de Pós-graduação em Psicologia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS.
- Organización Internacional del Trabajo (2002). *El trabajo decente es fundamental para el progreso social*. Ginebra: OIT. Retrieved in April, 08, 2008, from <http://www-ilo-mirror.cornell.edu/public/spanish/decent.htm>.

- Pinheiro, P. S. (2009). *Informe mundial sobre la violencia contra los niños y niñas*. Genebra: ONU.
- Prieb, S.A.M. (2000). A tese do fim da centralidade do trabalho: mitos e realidades. *Economia e Desenvolvimento*, n° 12, 48-76.
- Raffaelli, M., Koller, S. H., Reppold, C. T., Kuschick, M. B., Krum, F. M. B., & Bandeira, D. R. (2001). How do Brazilian street youth experience 'the street'? : Analysis of a sentence completion task. *Childhood*, 8, 396-415.
- Sarriera, J. C., Silva, M. A., Kabbas, C. P., & Lopes, V. B. (2001). Formação da identidade ocupacional em adolescentes. *Estudos de Psicologia*, 6(1), 27-32.
- Serpa, M. G. (2009). *Exploração sexual comercial e prostituição: um estudo de fatores de risco e proteção com mulheres adultas e adolescentes*. Dissertação de Mestrado Inédita. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.
- Somavia, J. (2001). *Reducir el déficit del trabajo decente: un desafío global*. Genebra: OIT. Retrieved in April. 08, 2008, from <http://www-ilo-mirror.cornell.edu/public/spanish/bureau/dgo/messages/summary.htm>.
- UNICEF (2004). *Analyse régionale sur l'exploitation sexuelle en Afrique de l'Ouest et du Centre: évolution de la situation, progrès accomplis et obstacles à surmonter depuis Le Congrès de Yokohama en 2001*. UNICEF, West and Central Africa Regional Office.
- United Nations Secretary-General's Study on Violence against Children (2005). Regional Desk Review: Latin America. Available at: <http://www.violencestudy.org/r27>, retrieved in January 30, 2009.
- Verado, M.T., Reis, M.S.F. & Vieira, R.M. (1999). *Meninas do porto: mitos e realidade da prostituição infanto-juvenil*. São Paulo: O nome da rosa.
- Yin, R.K. (2005). *Estudo de caso: planejamento e métodos* (3 ed.). Porto Alegre: Bookman.
- Zanini, P., Fürstenau, C.R., Pacini, L., & Merlo, A.R.C. (2004). As transformações no serviço público e a saúde dos trabalhadores da seguridade social de Porto Alegre. In A.R.M, Crespo (Org.), *Saúde do trabalhador no Rio Grande do Sul: realidade, pesquisa e intervenção* (pp. 361-378). Porto Alegre: Editora da UFRGS.

Anexo A

Termo de Concordância para a Instituição

Estamos realizando uma pesquisa que tem como objetivo identificar os fatores de risco e proteção de adolescentes em situação de exploração sexual comercial. Tal estudo prevê a participação de adolescentes do sexo feminino com idade entre 14 a 18 anos, que estão em situação de exploração sexual. A coleta de dados deverá ser obtida por meio da participação da equipe de pesquisadores na instituição e de entrevistas semi-estruturadas com as adolescentes, de acordo com a sua disponibilidade e da instituição.

As adolescentes serão claramente informadas de que sua contribuição é voluntária e pode ser interrompida em qualquer etapa, sem nenhum prejuízo. A qualquer momento, tanto os participantes quanto instituição poderão solicitar informações sobre os procedimentos ou outros assuntos relacionados ao estudo. Todos os cuidados serão tomados para garantir o sigilo e a confidencialidade das informações, preservando a identidade dos participantes, bem como das instituições envolvidas mesmo com a divulgação dos resultados. Todo o material desta pesquisa ficará sob responsabilidade dos pesquisadores no Instituto de Psicologia e após 5 anos será destruído. Dados individuais dos participantes coletados na pesquisa não serão informados às instituições envolvidas ou aos familiares. Haverá devolução dos resultados, de forma coletiva, para as instituições e participantes. Caso necessário, será assegurado acompanhamento psicológico para os participantes.

Através deste trabalho, esperamos contribuir com o trabalho de profissionais que lidam diretamente no atendimento as adolescentes envolvidas com a prática da exploração sexual e, conseqüentemente, com a qualidade de vida das adolescentes. Agradecemos a colaboração dos participantes e das instituições envolvidas para a realização desta atividade de pesquisa e colocamo-nos à disposição para esclarecimentos adicionais. A pesquisadora responsável por esta pesquisa é a psicóloga Luciana Dutra Thomé sob supervisão da Prof^a Dra. Sílvia Helena Koller, do Curso de Pós-graduação em Psicologia do Instituto de Psicologia, UFRGS. Caso queiram contatar com a equipe, isto poderá ser feito pelo telefone 51-33085150 ou pelo email: cep_ua@ufrgs.br

Luciana Dutra Thomé

Profa. Dra. Sílvia Helena Koller

Concordamos que adolescentes desta instituição participem do presente estudo.

Data ____/____/____

Responsável pela Instituição

Anexo B

Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

Pesquisa: Exploração sexual comercial e prostituição: um estudo de fatores de risco e proteção com mulheres adultas e adolescentes.

Pesquisadora responsável: Luciana Dutra Thomé

Orientadora: Silvia Helena Koller

1- O que é esta pesquisa: Você está sendo convidada a participar desta pesquisa, que tem como objetivo conhecer os fatores que prejudicam e os fatores que favorecem um desenvolvimento de vida saudável em adolescentes em situação de exploração sexual.

2- Quem participa da pesquisa: adolescentes em situação de exploração sexual.

3-Envolvimento na pesquisa: Ao participar deste estudo você deve permitir que um membro do grupo de pesquisa deste projeto entreviste você. As entrevistas acontecerão na instituição na qual você participa. Estão previstos mais de um contato com cada participante, sendo, no mínimo, duas entrevistas, de uma hora cada. Como se trata de um tema que pode trazer lembranças e sentimentos desconfortáveis, durante a entrevista você terá espaço para falar livremente sobre o que quiser. Você tem a liberdade de se recusar a participar e pode, ainda, se recusar a continuar participando em qualquer fase da pesquisa, sem qualquer prejuízo para você.

4-Sobre as entrevistas: As entrevistas serão marcadas com antecedência. Serão feitas perguntas abertas sobre a sua vida, sobre o projeto que participa, infância, família, etc.

5-Riscos e desconfortos: A participação nesta pesquisa não traz complicações legais, talvez, apenas, a lembrança de alguns eventos diante de temática que será abordada. Os procedimentos nessa pesquisa obedecem aos Critérios da Ética na Pesquisa com Seres Humanos conforme a Resolução n.196/96 do Conselho Nacional de Saúde. Nenhum dos procedimentos utilizados oferece riscos à sua dignidade.

6-Confidencialidade: Todas as informações coletadas nesse estudo são estritamente confidenciais. As gravações e os relatos de pesquisa serão identificados com um código, e não com o seu nome. Apenas um os membros do grupo de pesquisas terão conhecimentos dos dados.

7-Benefícios: Ao participar desta pesquisa você não deverá ter nenhum benefício direto. Entretanto, esperamos que este estudo traga informações importantes sobre a realidade da exploração sexual. Espera-se que essas informações sejam utilizadas em benefício das adolescentes envolvidas com a exploração sexual.

8 - Pagamento: Você não terá nenhum tipo de despesa por participar desta pesquisa, bem como nada será pago por sua participação.

9 - Contato: Caso queira entrar em contato conosco, o telefone é 51-33085150.

Após estes acontecimentos, solicitamos o seu consentimento de forma livre para participar desta pesquisa. Portanto, preencha os itens que seguem:

CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Tendo em vista os itens acima apresentados, eu, de forma livre e esclarecida,

Manifesto meu interesse em participar da pesquisa.

_____ Data: ___/___/___

Assinatura da participante da pesquisa

Luciana Dutra Thomé

Prof^a. Dra.Silvia Helena Koller

Anexo C
Entrevista Semi-Estruturada

(Criada por Serpa & Koller, 2007)

1- Dados biosociodemográficos:

Nome:

Endereço:

Telefone:

Escolaridade:

Idade:

Data de nascimento:

Com quem mora:

Composição da família:

Trabalho do pai e/ou da mãe:

Estado civil:

Tens filhos(as)?

Já engravidou?

2- Corpo:

Como você vê o seu corpo?

O que sente sobre ele?

Como se previne das DSTs e AIDS?

3 Gênero

Como se vê enquanto mulher?

4- Família:

Como é a sua família?

Como é a sua relação com ela?

5- Infância e adolescência:

Como foi a sua infância?

Como foi/está sendo a sua adolescência?

6 - Atividade da exploração sexual

Com qual idade começou?

Atualmente, o que pensa sobre a prática?

Existem dificuldades na atividade de exploração? Quais?

O que pensam sobre os homens/mulheres clientes?

O que é para você um bom cliente ou mau cliente?

Como você faz o programa? Sozinha? Com outras?

Como estabelece o preço?

Há prazer sexual enquanto faz o programa?

O que mudou na sua vida depois de ter entrado na prostituição?

A família sabe? Como lida?

7- Percepção sobre si e dos outros:

O que as pessoas pensam sobre você?

Como você gostaria que as pessoas pensassem sobre si?

O que você mudaria na vida sua vida hoje?

8- Projeto de vida: Quais planos para o futuro?

Capítulo III

A Juventude brasileira no mundo do trabalho: um estudo de fatores de risco e proteção com adolescentes e jovens ²

3.1 Juventude e trabalho

A juventude é marcada por mudanças biopsicossociais e constitui um momento de tomada de decisões. Na sociedade brasileira, os jovens se desenvolvem em um contexto marcado por diferenças de gênero, classe, escolaridade e raça. Estas contradições não são exclusivas da juventude, mas da estrutura socioeconômica na qual eles estão inclusos. Além disso, os jovens são expostos a uma variedade de estímulos e vivências, expressos através de diferentes formas de comunicação, papéis e identidades que demarcam uma variedade de estilos de vida. Outra característica a ser apontada é que, nos últimos tempos, o início da vida adulta dos jovens tem começado cada vez mais tarde, isso por que a trajetória escolar tem se tornado mais longa e o ingresso no mercado de trabalho estável mais difícil (Netto Fleury, 2007).

Nas sociedades ocidentais, não existe uma única classificação - por parte de pesquisadores e instituições - do limite de idade da criança, do adolescente e dos jovens (Watarai & Romanelli, 2005). De acordo com a OIT (Organização Internacional do Trabalho), a adolescência ocorre dos 15 aos 19 anos, enquanto a juventude corresponde à faixa etária de 20 a 24 anos (Martins, 2000). Já o ECA (Estatuto da Criança e do Adolescente), de âmbito nacional, situa a adolescência entre 12 e 18 anos incompletos (ECA, 1990).

Estatisticamente, a juventude constitui-se em componente importante da sociedade brasileira. No último censo, realizado em 2000, havia 34 milhões de jovens entre 15 e 24 anos de idade, ou 20% da população do país, dos quais 80% viviam na área urbana (IBGE, 2000b). Com o passar de sete anos, estes números podem ter se modificado, mas a tendência dos últimos censos indica que este segmento da população vem aumentando de forma expressiva no cenário nacional.

Outro aspecto a ser considerado, ao abordar-se a juventude, são as características específicas da população investigada. Nesse sentido, o presente trabalho teve como alvo os

² Parte deste estudo foi submetida e aceita como capítulo intitulado “A juventude brasileira no mundo do trabalho: Proteção e vulnerabilidade social” para o Livro “Adolescência e Juventude: Risco e Proteção na Realidade Brasileira”, editado pela Casa do Psicólogo, no prelo.

jovens que fazem parte das chamadas “camadas populares”. Esta categoria, proposta por Romanelli (1997), descrevia a população pobre dos centros urbanos, cuja condição de moradia era precária, com dificuldade de acesso a serviços de saúde, educação, saneamento básico e com renda familiar reduzida. Nestas famílias, os filhos adquiriam liberdade de circulação com relativa pouca idade, uma vez que eram estimulados a buscar sua autonomia e independência para cuidarem de si próprios sem supervisão adulta (Romanelli, 1997). Nesses contextos familiares, os filhos executavam tarefas domésticas e se inseriam no mercado de trabalho precocemente.

A constatação de que os jovens das camadas populares se inserem precocemente no mercado laboral propicia a reflexão das repercussões desta vivência em suas vidas. A literatura na área descreve que a experiência de trabalho é importante na construção da identidade, podendo ser geradora de saúde, bem-estar e realização, assim como de sofrimento e/ou doença (Codo, 1992). A estreita relação entre desenvolvimento, identidade e escolha profissional foi apontada por Sarriera e colaboradores (2001). Estes três elementos refletem como os jovens lidam com a formação de sua identidade e crises que possam advir dela.

Nesse contexto, há de se apontar que a ciência desenvolveu conhecimento sobre como a identidade se forma na infância, na adolescência, na sexualidade e na escola, todavia, não se sabe como a identidade se forma no trabalho (Codo, 1996). Desse modo, negligencia-se o fato de que a experiência laboral é um dos dispositivos centrais na constituição de modos de existência e de subjetivação (Crespo, Vaz, Spode, Elbern, & Karkow, 2004). Erik Erikson (1987), autor clássico na perspectiva do desenvolvimento humano, já apontara que a escolha profissional está presente na formação da identidade dos jovens. Segundo ele, os jovens sintetizam identificações pregressas em uma nova estrutura psicológica, processo no qual três questões básicas estão presentes: a escolha da ocupação; a adoção de valores; e o desenvolvimento de uma identidade sexual satisfatória (Erikson, 1987). Nesse sentido, a escolha profissional seria base para a formação da identidade dos jovens, a partir dos compromissos ideológicos, pessoais e laborais que assumem e presenciam em seu contexto de desenvolvimento. Apesar dos apontamentos de Erikson, o fator trabalho não seguiu como um aspecto central das teorias desenvolvimentais.

3.2 Abordagem Bioecológica do Desenvolvimento Humano e Trabalho

A abordagem bioecológica do desenvolvimento humano (ABDH) parte de uma perspectiva contextualista, histórica e interacionista. Entende o desenvolvimento psicológico a

partir de um paradigma bioecológico, de forma a considerar inter-relações entre as pessoas e o seu meio. Para Bronfenbrenner (1979/1996), quatro conceitos-chave interrelacionados caracterizam o desenvolvimento humano: processo, pessoa, contexto e tempo. O presente estudo dará ênfase ao contexto, porque está centrado em jovens em desenvolvimento em contextos socioeconômicos baixos, o que pode acarretar influências no seu ciclo de vida. Todavia, uma breve explicação dos demais fatores será exposta.

O *contexto* é entendido em seus aspectos físicos, sociais e culturais e possui papel decisivo no desenvolvimento dos seres humanos. A relação da pessoa com seu ambiente é multidirecional, na qual ambos se influenciam. Envolve as dimensões classificadas como microsistema, mesossistema, exossistema e macrosistema. Microsistema abarca processos que se dão no ambiente imediato da pessoa - espaços como trabalho, casa, creche - e que propiciam interações face a face, com estabilidade e reciprocidade, de forma a promover os processos proximais. Mesossistema refere-se à interação dos microsistemas e suas influências no desenvolvimento humano. Exossistema inclui elementos que influenciam indiretamente a pessoa em desenvolvimento, mesmo que não estejam próximos da mesma. O macrosistema reúne as influências culturais, valores e sistema político presentes no contexto onde a pessoa está inserida (Bronfenbrenner & Evans, 2000; Pratti, Couto, Moura, Poletto, & Koller, 2008).

O *processo* refere-se ao padrão de interação da pessoa com o ambiente. Este engloba outras pessoas, objetos e símbolos em interação com a pessoa alvo de estudo. As formas duradouras de interação imediata com o ambiente são chamadas de *processos proximais*, entendidos como “motores do desenvolvimento”. No mundo do trabalho, podem aparecer como: realização de atividades laborais, estabelecimento de metas, realização de tarefas complexas, resolução de problemas, relacionamento com colegas e superiores, logotipos e manuais da empresa, equipamentos de trabalho, entre outros. De acordo com esta abordagem, os processos proximais estão na base da compreensão do desenvolvimento humano (Bronfenbrenner, 2005; Pratti et al., 2008).

Pessoa diz respeito às características biológicas, físicas e psicológicas em interação com o ambiente. As disposições, recursos e demandas da pessoa definem com mais precisão esta idéia: disposições referem-se aos aspectos da pessoa que acionam e mantêm a sua interação com o ambiente; recursos dizem respeito às características adquiridas e internalizadas através desta interação (experiências, habilidades e competência social); por fim, demandas consistem nas características inerentes e pré-determinadas da pessoa, como,

por exemplo, gênero, etnia, herança genética e temperamento (Bronfenbrenner & Morris, 1998).

O conceito de *tempo* engloba a compreensão de que o contexto da pessoa e a própria pessoa modificam-se ao longo do seu desenvolvimento. Portanto, o objeto de estudo precisa ser situado historicamente, num modelo de pesquisa que permita o exame das influências do contexto sobre o indivíduo e seu ambiente ao longo do tempo (Bronfenbrenner, 2005; Bronfenbrenner & Evans, 2000; Pratti et al., 2008).

A fim de compreender esta dinâmica, a abordagem bioecológica oferece subsídios para o entendimento do contexto no qual a juventude brasileira está inserida. Em uma divisão didática, o microssistema e o mesossistema estão abarcados nas variáveis do estudo, que envolvem aspectos relacionados à experiência laboral, escolar, familiar, saúde/qualidade de vida e violência. Os níveis exossistema e macrossistema estão explicitados nas referências teóricas do estudo que abarcam, especialmente, aspectos relacionados à configuração atual do mundo do trabalho.

A abordagem bioecológica presta-se a estudar aspectos que promovam a facilidade ou dificuldade no processo de desenvolvimento humano. Além disso, um dos objetivos da Abordagem Bioecológica do Desenvolvimento Humano é contribuir com bases científicas para promoção de programas sociais (Bronfenbrenner, 2005). Nesse sentido, a vinculação desta perspectiva com a psicologia do trabalho, pode ser uma ferramenta de compreensão dos elementos presentes na trajetória laboral do público juvenil, no momento em que parte de uma visão contextualista, dinâmica e processual dos fenômenos. Portanto, é possível identificar que os jovens brasileiros vivem num país classificado como subdesenvolvido, dependente da divisão internacional do trabalho, no qual a falta estrutural de trabalho tem sido uma constante. Há uma naturalização das desigualdades sociais e, como consequência, uma prevalência de profissões formais e informais de baixa remuneração, gerando condições precárias de vida e problemas sociais (Bastos, 2003; Traverso-Yépez, 2002). A baixa escolaridade dos trabalhadores brasileiros e a sua convivência com estrutura de cargos que não requerem qualificação traçam o quadro que se apresenta, num contexto de inserção laboral marcado pela competitividade e exigência de qualificação (Bastos, 2003). A incapacidade do sistema econômico de suprir as expectativas dos jovens quanto à colocação profissional - geradas pelo processo educativo e mídia - geram intensa frustração, já que o sistema não é capaz de satisfazer as expectativas que ele mesmo alimenta (Netto Fleury, 2007; Traverso-Yépez, 2002).

3.3 Trabalho e Juventude: Proteção e vulnerabilidade social

Os diversos contextos onde os jovens estão inseridos são interdependentes – individual, familiar, escolar, grupo de pares, midiático e comunitário – propícios tanto ao risco quanto à proteção (Schenker & Minayo, 2005). Especificamente em relação à atividade laboral, trata-se de uma questão complexa que perpassa inúmeros subsistemas da vida individual e social. Nesse sentido, os construtos fatores de proteção, fatores de risco e vulnerabilidade são propícios para a compreensão do contexto laboral dos jovens brasileiros.

Os fatores de proteção são influências que modificam, melhoram ou alteram as respostas pessoais ou grupais a determinados riscos de desadaptação, atenuando o impacto do risco. Os dois tipos principais de fatores de proteção são as características individuais (auto-estima, humor, otimismo, entre outros) e a rede de apoio social (material, afetivo, informação, aconselhamento, entre outros) (Pesce, Assis, Santos & Oliveira, 2004). Nesse contexto, é necessário avaliar quais espaços protetores os jovens possuem à sua disposição. Proteção significa oferecer condições de crescimento e de desenvolvimento da pessoa em formação, o que, no caso do Brasil, materializa-se através da doutrina de proteção integral estabelecida pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), a qual define os adolescentes como cidadãos, sujeitos de direitos, capazes de protagonismo, mercedores de prioridade, atenção e cuidados. Além disso, a atenção aos jovens deve determinar que fatores podem ser evidenciados pela técnica e pela experiência como relevantes para promoção de um crescimento saudável (Schenker & Minayo, 2005).

O Estatuto da Criança e do Adolescente orienta a execução de medidas a favor dos jovens brasileiros, as quais podem ser caracterizadas como fatores de proteção. Prevê, por exemplo, oportunidades de inclusão digital, educacional, acesso à saúde e ao trabalho protegido (ECA; Brasil, 1990). Em relação a este último, a doutrina estabelece a permissão para o trabalho aos maiores de 14 anos na condição de aprendiz. A contratação de aprendizes, regulamentada pelo Decreto nº 5598/2005 (Brasil, 2005), propõe-se a assegurar a formação técnico-profissional e a realização de atividades compatíveis com a vida escolar e com o desenvolvimento físico, psicológico e moral dos adolescentes. A contratação de aprendizes é obrigatória para empresas submetidas ao regime da Consolidação das Leis do Trabalho, no número equivalente a, no mínimo, cinco e, no máximo, quinze por cento do total de trabalhadores do quadro funcional. Além disso, o ECA tem sido um instrumento legal de extrema relevância para subsidiar a implementação de programas e políticas públicas voltadas à erradicação das piores formas de trabalho infanto-juvenil no Brasil.

Os fatores de risco, por sua vez, relacionam-se com eventos negativos de vida, os quais aumentam a probabilidade do indivíduo apresentar problemas físicos, sociais e emocionais. Alguns fatores de risco são condições de pobreza, rupturas na família, vivência de algum tipo de violência, experiências de doença pelo próprio indivíduo ou membro da família e perdas importantes. Estes eventos aumentam a vulnerabilidade da pessoa para resultados negativos no desenvolvimento (Pesce et al., 2004).

Nesse sentido, o aumento do contingente jovem no Brasil traz conseqüências importantes para as questões políticas e sociais no Brasil - que podem influenciar sobremaneira a qualidade de vida dos jovens, expondo-os a situações de risco. A juventude enfrenta sérios problemas de violação de seus direitos, expressos na exploração da mão-de-obra de trabalho, desemprego, falta de perspectiva laboral, violência nas comunidades, no trânsito, em crimes com armas, entre outros. A precariedade nas áreas de educação, saúde, segurança, lazer etc. gera demandas difíceis de serem atendidas e, em geral, provocam desconforto e insatisfação.

De acordo com a Organização Internacional do Trabalho (2005), no âmbito do emprego de jovens, a rápida globalização do mundo e os avanços tecnológicos, ao mesmo tempo em que oferecem novas oportunidades de trabalho produtivo, podem aumentar a sua vulnerabilidade. Estima-se que, mundialmente, uma em cada cinco pessoas com idade entre 15 e 24 anos está desempregada, ou seja, 88 milhões de jovens, que representam mais de 40% do total de desempregados. Destes, 85% encontram-se em países em desenvolvimento. As perspectivas de melhoria não são animadoras, já que é esperada a entrada de 660 milhões de jovens no mercado de trabalho nos próximos dez anos. No Brasil, esta realidade é particularmente preocupante: o desemprego atinge 3,5 milhões de jovens com idades entre 16 e 24 anos, cerca de 45% da força de trabalho nacional (OIT, 2005). Os dados do Censo de 2000 já apontavam que os jovens constituíam o conjunto de pessoas que, efetivamente, pressionam a economia para a criação de novos postos de trabalho. Dos jovens entre 15 e 24 anos, 32% viviam em famílias com renda *per capita* inferior a meio salário mínimo e mais de 11 milhões situavam-se abaixo da linha da pobreza.

No caso dos sistemas protetores, mesmo em situação de risco, o indivíduo pode apresentar comportamentos adaptativos, porém, se esses sistemas estão enfraquecidos, a emergência de problemas no desenvolvimento aumenta. Os comportamentos mal adaptativos surgem quando a emergência de fatores de risco é alta e dos fatores de proteção é baixa (Masten, 2001).

A dinâmica presente entre os fatores de risco e de proteção pode ser explicitada através do elemento educação. A educação é o principal instrumento para a elevação dos níveis de capital humano e promoção do bem-estar de jovens e adolescentes. Na escola, os jovens têm a oportunidade de construir relações sociais, redes de amigos e contatos (Abramovay, Castro, Pinheiro, Lima, & Martinelli, 2002), os quais constituem elementos protetivos. Por outro lado, os jovens estudantes preocupam-se com sua inserção profissional o que, diante das exigências de experiência para iniciar uma atividade laboral, os remete a questionamentos quanto à importância do ensino formal para sua inserção no mercado de trabalho – entrave que pode ser entendido como fator de risco. Nesse contexto, muitos estudantes abandonam os estudos para trabalhar, de maneira a comprometer seu processo de formação e capacitação profissional. Estabelece-se o paradoxo da exigência de experiência prévia para uma primeira ocupação. Ocorre que, uma vez ocupando um posto de trabalho, grande contingente de jovens vivencia dificuldades derivadas de diversas naturezas, como baixa qualificação e baixo grau de articulação política comparado aos colegas adultos. Somado a isso, há uma defasagem do ensino formal frente às novas exigências de habilidades e conhecimentos, o que constitui uma fonte de vulnerabilidade (Abramovay et al., 2002).

A partir do exposto, torna-se pertinente definir o construto vulnerabilidade. Trata-se de pré-disposição individual para desenvolver variadas formas de psicopatologias ou comportamentos ineficazes em situações de crise, ou suscetibilidade para um resultado negativo no desenvolvimento (Pesce et al., 2004). Alguns fatores que tornam o indivíduo vulnerável são: prematuridade, desnutrição, baixo peso, lesões cerebrais, atraso no desenvolvimento, família desestruturada, desemprego, pobreza, dificuldade de acesso à saúde e à educação (Sapienza & Pedromônico, 2005). Em relação à atividade laboral, não é à toa que, já em 2000, destacou-se a questão do trabalho remunerado entre os jovens, tanto entre as áreas de maior interesse como as de maior preocupação. A dificuldade de inserção no mercado de trabalho tem sido percebida, até a atualidade, como o principal componente negativo de sua condição juvenil, vulnerabilizando-os (Instituto Cidadania, 2003).

As empresas, muitas vezes, ressaltam a necessidade dos adolescentes trabalhadores manterem-se dóceis, dispostos para o trabalho e obedientes, o que estabelece uma relação contínua de dominação/subordinação (Oliveira & Robazzi, 2001). Essa necessidade de sujeição às leis do mercado de trabalho também foi citada por Asmus, Raymundo, Barker, Pepe e Ruzany (2005), os quais afirmam que os jovens aprendem rapidamente a exigência de tal condição para ganhar dinheiro e garantir o sustento. Ainda, de acordo com Fischer, Oliveira, Nagai, Teixeira, Junior, Latorre e Cooper (2005), os adolescentes trabalhadores que

apresentam menor autonomia de decisão acabam trabalhando mais – realizando horas-extras – do que aqueles que possuem maior autonomia de decisão. A falta de controle no trabalho, isto é, a insegurança no que tange à estabilidade laboral, pode gerar consequências para os adolescentes, como implicações na construção da sua identidade laboral e submissão a condições inseguras de trabalho, constituindo fonte de vulnerabilidade.

O desenvolvimento tecnológico desenfreado da sociedade pós-moderna, em especial no setor de informática e das comunicações, afeta a economia e política mundiais, o que acarreta consequências para quem está ingressando no mundo do trabalho (Lehman, 1998). A política neoliberal adotada pela economia globalizada causa, em última instância, a precarização das relações de trabalho e, conseqüentemente, o desemprego, o que eleva a vulnerabilidade social, a pobreza e a exclusão (Lima & Minayo-Gomes, 2003). A dificuldade de se discriminar essas situações gera sofrimento nos jovens, ao atribuírem a si próprios as causas da incapacidade de se integrar ao mercado de trabalho (Gonçalves, 2008; Lehman, 1998). Na “sociedade organizacional”, filha da sociedade centrada no mercado, a pessoa passa a ter um valor correspondente à importância de seu trabalho ou à sua capacidade produtiva (Mattos, 1992).

Os jovens trabalhadores podem ser acometidos por um contexto de “subutilização de suas competências técnicas, padronização das tarefas, restrição da margem de liberdade para o saber fazer, resultando na vivência de sofrimento no trabalho” (Mendes & Morrone, 2002, p.30). Ser honesto, leal e obediente são valores que fizeram parte das organizações de bens e serviços por um longo tempo, de forma a invocar uma ética das relações interpessoais. Atualmente, as exigências de criatividade, versatilidade e flexibilidade instigam o indivíduo a voltar-se centralmente para si mesmo. O bom caráter dos jovens trabalhadores já não interessa tanto para a dinâmica econômica. O mundo do trabalho que levou mais de um século para se tornar mais ou menos seguro para os trabalhadores, tornou-se, em poucas décadas, espaço de insegurança, incerteza e necessidade permanente de negociações quanto à continuidade no emprego (Batista & Codo, 2002; Nascimento, 2003).

O desemprego é um problema que afeta a economia em nível mundial. A população juvenil é um dos segmentos sociais que mais sofre suas conseqüências (Câmara, Sarriera, & Pizzinato, 2004). Os entraves na inserção de jovens no mercado de trabalho englobam elementos como o preconceito e a qualidade da educação oferecida pelo sistema escolar. No que tange ao preconceito, em estudo que analisou oficinas realizadas com adolescentes, um dos aspectos que mais se destacaram foi a dificuldade de conseguir trabalho dos jovens que vivem na periferia, local associado à marginalidade (Casal & Farias, 2005). Em relação à

qualidade da educação, os jovens têm saído cada vez mais despreparados da escola e, por consequência, com menos recursos pessoais para enfrentarem o mercado de trabalho. Todavia, nem mesmo o preparo educacional é garantia de uma boa inserção laboral, tanto no Brasil como em outros países. Nesse sentido, mesmo os jovens que possuem qualificação técnica e formação em nível superior encontram dificuldades (Câmara et al., 2004; Lima, 2005).

A relação entre fatores de proteção, de risco e vulnerabilidade é dinâmica e complexa. Portanto, há de ser estudada como um processo contextualizado e não isolado, de forma a considerar que o trabalho pode ter implicações positivas quando propicia aprendizagem e é revestido de significado, ou seja, a experiência laboral está dentro de um projeto de vida e tem sentido para as metas futuras que o(a) jovem está construindo. Por outro lado, pode trazer impactos em seu desenvolvimento quando as condições laborais são desfavoráveis. A execução de um trabalho em contexto adverso, comumente, acarreta consequências negativas para a pessoa em desenvolvimento.

Nesse contexto, a própria experiência profissional pode ser avaliada como um fator protetivo. Algumas formas de trabalho podem ser consideradas positivas, como a experiência do adolescente aprendiz regulamentada pelo Decreto nº 5598/2005 (Brasil, 2005) e o auxílio em atividades domésticas. No caso dos jovens, o envolvimento em atividades remuneradas pode contribuir para seu bem-estar e de suas famílias. Este processo é um meio de facilitar a aquisição de habilidades e auxiliar no processo de desenvolvimento e futura inserção no mercado de trabalho. Justamente por esse motivo o trabalho juvenil continua a ser visto, em diversas instâncias, como naturalizado e necessário para as famílias de nível socioeconômico baixo. Nesse sentido, de fator de proteção o trabalho reveste-se de fator de risco, uma vez que a valorização do trabalho pode desconsiderar as implicações do trabalho na saúde, na constituição da identidade e na vida acadêmica dos jovens. Os genitores entendem que cumpriram sua obrigação de prover o estudo dos filhos ao término do ensino fundamental (Guimarães & Romanelli, 2002) e incentivam o início da execução da atividade laboral a partir desse período, de forma que os jovens arquem com seus próprios gastos e, por vezes, auxiliem nas despesas domésticas (Barros & Santos, 1996; Guimarães & Romanelli, 2002; Marques, Neves, & Neto, 2002; Sarti, 1996).

Outro aspecto a considerar é que, ao mesmo tempo em que o trabalho tem sido descrito como fonte de amadurecimento psicológico, intelectual e de socialização, complementando a ação da escola para os adolescentes, também pode causar o fenômeno da adultização (Guimarães & Romanelli, 2002; Oliveira & Robazzi, 2001). Tal processo ocorre

devido ao elevado número de atividades a que os jovens estão expostos, envolvendo tarefas laborais, familiares e escolares – em detrimento de um espaço de lazer e desenvolvimento – o que pode levá-los a serem acometidos por uma carga de responsabilidades para além de suas capacidades (Fischer et al., 2003a). Esta precocidade pode ter como causas a ideologia da valorização do trabalho, que o mostra como dignificante e como meio de afastar os jovens da marginalidade, tornando-o almejado pelos pais, cuidadores e por toda a sociedade (Asmus et al., 2005; Campos & Francischini, 2003; Guimarães & Romanelli, 2002).

Trabalhar é uma atividade humana que pode ter efeitos psicológicos e sociais ao longo do desenvolvimento no ciclo vital e a transição ecológica entre uma fase e outra. A base de referência para avaliar malefícios e benefícios da atividade laboral é a interferência na escolarização, na saúde e no desenvolvimento de crianças e adolescentes (OIT, 2004).

Em pesquisa realizada (Watarai & Romanelli, 2005) com dez adolescentes do sexo masculino, entre 16 e 18 anos incompletos, inseridos no mercado de trabalho de modo formal ou informal, foi identificada a dificuldade dos mesmos de administrar seus compromissos. Ainda que valorizassem a experiência laboral, lamentavam o pouco tempo que podiam despender na presença dos amigos e familiares. A jornada prolongada de trabalho foi a maior queixa entre os entrevistados diante da necessidade de conciliá-la com a frequência à escola. Ainda que não considerassem o trabalho como prejudicial para o desempenho acadêmico, descreviam a dificuldade de estudar devido ao cansaço (Watarai & Romanelli, 2005).

Em pesquisa realizada com jovens espanhóis de 18 a 24 anos - sem a pretensão de generalizar a experiência do local para outros países – foi identificado que os jovens foram negativamente afetados pela experiência de desemprego (Álvaro & Garrido, 2002). Os resultados apontaram que não trabalhar exercia uma influência negativa no bem-estar psicológico dos jovens, o que pôde, inclusive, aumentar as dificuldades para encontrar um trabalho. A experiência prolongada de desemprego no período juvenil pode gerar situações de exclusão e marginalização. Os autores indicaram ser imprescindível a realização de estudos que considerem o contexto de emprego e as condições de trabalho dos jovens brasileiros (Álvaro & Garrido, 2002).

Em estudo qualitativo com 30 operários desempregados, média de idade de 33 anos, foi identificada uma postura fragilizada diante da perda do emprego, já que essa falta está relacionada a pessoas que se mostraram incapazes ou menos dotadas para o trabalho (Siqueira, 2002). O trabalho é apontado como um aspecto formador da identidade, ocupando um espaço de reconhecimento na vida do indivíduo. A ausência do mesmo é fonte de

desconforto, no momento em que, através de sua atividade, o indivíduo pode ser valorizado (Ghisleni, 2004).

3.4 Trabalho: Definições, Significados e Centralidade

O ser humano em seu desenvolvimento, de uma posição dependente, característica de seus primeiros anos de vida, passa para uma postura gradual voltada para sua autonomia. Ao iniciar sua condição juvenil, a pessoa inicia um processo de concretização de sua independência. Uma das formas de conquistá-la é através do trabalho. Portanto, torna-se pertinente trazer algumas definições desta palavra, na perspectiva de diferentes autores.

Na língua portuguesa, é possível encontrar duas significações para a palavra trabalho: a realização de uma obra que expressa o ser humano, que lhe dá reconhecimento social e se mantém como herança histórica recebida a ser repassada; ou a de esforço, rotina, falta de liberdade, resultado consumível e incômodo inevitável (Albornoz, 1986).

As concepções marxistas de trabalho compreendem que a essência do ser humano encontra-se na atividade laboral: o que as pessoas produzem é o que elas são, e é na relação de transformação da natureza através da concretização de um projeto que o indivíduo transforma-se a si mesmo (Jacques, 2003). Diferente dos animais, o ser humano é capaz de representar mentalmente os produtos de que necessita, num movimento consciente (Albornoz, 1986). Nesse sentido, a relação de trabalho contribui para a constituição do mundo psicológico do indivíduo, compreendendo-a como atividade geradora das condições que possibilitam explicar o salto qualitativo do psiquismo animal para o psiquismo humano (Albornoz, 1986; Codo, 1997).

O trabalho também se refere a qualquer ação do ser humano que modifique a natureza com o objetivo de adequá-la a uma necessidade. A atividade laboral é mediadora da subjetividade (mundo interno) e objetividade (mundo externo), e nessa relação tanto a pessoa quanto a natureza se modificam: quem educa é educador(a), quem cozinha é cozinheiro(a), quem trabalha é trabalhador(a) (Coutinho, 1993; TITTONI, 1994).

O trabalho, ainda, é apontado como uma atividade essencial do ser humano, que o coloca em contato com o mundo externo. A atividade laboral exprime a humanidade das pessoas, promove-as como seres sociais, cria valores e se caracteriza como essência e condição dos seres humanos (Meda, 1995).

A vivência laboral ultrapassa o âmbito exclusivo da atividade em si, isto é, os modos de pensar, agir e sentir despertados na pessoa em seu cotidiano profissional são transportados

para a vida familiar e comunitária. A violência das relações conjugais, alcoolismo, entre outras dificuldades, assim como o bem-estar e a saúde psíquica e afetiva estão relacionados aos altos e baixos do mundo do trabalho (Dejours, 1991; TITTONI, 1994). Além disso, o trabalho é importante para o ser humano e seu desenvolvimento ao longo do ciclo vital. Contudo, é necessária maturidade física, mental e moral para sua execução, de modo que a atividade laboral seja promotora de significado e prazer para os trabalhadores (Amazarray, Thomé, Poletto, & Koller, 2007).

Trabalho é uma condição humana que aparece nos primórdios da história da própria humanidade. A construção dos diversos significados do que é trabalho - como ele se constitui e se define - perpassa diferentes momentos históricos e diferentes correntes teóricas. De acordo com Gonçalves (2008), a literatura sobre as análises sociais, políticas e jurídicas do trabalho é vasta, porém, não têm sido tão freqüente no que se refere aos significados da experiência laboral.

Mais do que uma função orgânica adaptativa, trabalho tem sido definido como uma função que envolve aprendizagem e atividade com caráter transformador da realidade. Trabalho expressa a capacidade do ser humano de modificar seu ambiente. Tal atividade caracteriza o desenvolvimento como um *processo dialético*, no qual se estabelecem trocas entre a pessoa e seu meio, modificando-os. O trabalho é uma das características fundamentais do ser humano, no momento em que instrumentos concretos (ferramentas de trabalho) e psicológicos (signos e linguagem) permitem que a atividade humana não seja executada de forma automática e instintiva (como nos animais), mas de maneira significada e compartilhada socialmente (Smolka & Laplane, 2005).

Em breve revisão da literatura sobre sentidos e significados que trabalhadores atribuem aos seus trabalhos, Tolfo e Piccinini (2007) descrevem que a complexidade do circuito sujeito – trabalho – significado proporciona maior o prazer no trabalho, enquanto que o rompimento no circuito de significados do ponto de vista dos trabalhadores ocasiona sofrimento (Tolfo & Piccinini, 2007). Um trabalho sem significado pode afastar a pessoa de sua condição humana, gerando sofrimento (Codo & Lago, 2006).

A origem da palavra trabalho provém de um instrumento agrícola de cultura de cereais, denominado *tripalium*, também utilizado como instrumento de tortura (Albornoz, 1986; Jacques, 2002; Nardi, 2006). Tal origem etimológica expressa a contradição do instrumento transformador da natureza e, ao mesmo tempo, limitador do ser humano (Jacques, 2002).

Na civilização grega, o trabalho valorizado situava-se para além da satisfação das necessidades básicas, possuía um valor intrínseco atribuído a ele. Portanto, a atividade laboral em si era classificada como digna. Todavia, quando esta se vinculava a outro valor, como à necessidade de sobrevivência, era considerada indigna (Nardi, 2006).

Conceituação religiosa também foi atribuída ao trabalho, especialmente com base judaico-cristã, que conferiu ao termo o significado de punição. Ao atribuir ao trabalho, como herança bíblica, a conotação de castigo, este passa a não ser valorizado (Borsoi, 2002; Gonçalves, 2008; Jacques, 2002; Nardi, 2006). Na reforma protestante, no entanto, o trabalho constituiu-se em uma virtude. Trabalhar arduamente levaria ao êxito material, à benção divina, à salvação e à dignidade como pessoa. Nessa concepção, “não trabalhar” significava o pecado e a ausência de graça divina. Segundo a ética protestante calvinista, para garantir a salvação o ser humano deveria executar um trabalho voltado para o bem, de forma que pudesse ser integrado ao grupo dos eleitos à salvação (Gonçalves, 2008). Os aspectos positivos do trabalho são enaltecidos e o lucro obtido passa a ser visto como uma benção, representante da honra a Deus. A sociedade ocidental assimila a positividade moral conferida ao trabalho, sem romper com a tradição judaico-cristã, de defini-lo como punitivo (Jacques, 2002).

Na sociedade capitalista, a conceituação de trabalho como mercadoria está intrinsecamente ligada à atividade remunerada, que tem por finalidade proporcionar a sobrevivência dos trabalhadores e de seus dependentes (Zanini, Fürstenau, Pacini, & Merlo, 2004). Nesse sentido, os trabalhadores vendem a sua força de trabalho para adquirir o retorno financeiro que lhes proporciona a satisfação de suas necessidades.

A palavra trabalho, no sentido de emprego, relacionava-se ao caráter contratual, presente na sociedade salarial, regulada pelo conjunto de regras e proteções do chamado Estado Social. Designava um pacto social que se sustentava na promessa do pleno emprego e na segurança das leis de trabalho (Codo, 2006; Nardi, 2006). Este significado tornou-se importante referencial para o desenvolvimento do indivíduo ao longo do seu processo de socialização, por envolver o seu reconhecimento social, para a atribuição de prestígio social intragrupal e extragrupal. Nesse sentido, o desemprego tornou-se fonte de tensão psicossocial, tanto em nível individual quanto comunitário (Galeazzi, 2002).

Em relação ao contexto laboral na atualidade, este se caracteriza pelo desenvolvimento das tecnologias de ponta e redução do número de trabalhadores nos setores primário e secundário, de maneira a propiciar o surgimento de novas profissões. Estas se vinculam às

novas exigências civilizacionais, como o *design*, o *marketing*, as relações internacionais, a segurança, a telecomunicação, a robótica e os serviços financeiros (Gonçalves, 2008).

Os diversos cenários do mundo laboral podem estar na base dos sentidos que os jovens conferem atualmente à palavra trabalho. Estudos apontam que a inserção laboral é associada pelos próprios jovens ao valor moral do trabalho, por meio de palavras como “bom”, “importante”, “enobrece o homem”, “amadurecimento”, “dinheiro” (Guimarães & Romanelli, 2002; Oliveira et al., 2001, 2003, 2005). Em outros estudos, a visão juvenil do trabalho também tem sido descrita como: um meio de ajudar as famílias, de adquirir independência financeira e uma maneira de conquistar liberdade (Asmus et al., 2005; Campos & Francischini, 2003; Guimarães & Romanelli, 2002; Oliveira & Robazzi, 2001).

A centralidade do trabalho tem sido objeto de reflexão daqueles interessados em entender e abordar a influência da experiência laboral e suas implicações na sociedade e nos indivíduos. Encontra-se uma corrente de pensadores que defendem que as inovações tecnológicas estariam propiciando o aumento da produtividade do trabalho, o que, como consequência, levaria à diminuição do uso do trabalho vivo³. Por outro lado, ainda que as teorias sobre o fim do trabalho tenham ganhado força, este é tido como um fator de integração social, fonte de auto-estima e de sentido para a vida das pessoas (Prieb, 2000).

Em oficina realizada com estudantes universitários (Coutinho & Gomes, 2006), foi encontrada uma distinção nos significados de trabalho e emprego. Para emprego o significado atribuído foi uma forma de produção de riquezas e, para trabalho, o significado encontrou-se mais relacionado com as outras pessoas e um sentido pessoal constituinte de identidade. Identificou-se que há uma busca por um trabalho satisfatório e prazeroso, que supra as necessidades dos sujeitos nos planos afetivo, cognitivo, social e financeiro. Portanto, para os participantes, o trabalho mantém um espaço significativo em suas vidas (Coutinho & Gomes, 2006).

Outra pesquisa comparou os significados atribuídos ao trabalho de jovens venezuelanos empregados e desempregados, de classe popular, entre 15 e 17 anos (Jesús & Ordaz, 2006). Para estes, o trabalho vincula-se com vivências emocionais positivas, relacionadas com a satisfação de necessidades de valorização e reconhecimento, propiciando ao indivíduo independência material e psicológica (Jesús & Ordaz, 2006).

3.5 Saúde e Qualidade de Vida no Trabalho Juvenil

A Organização Mundial da Saúde (*World Health Organization*) propôs um conceito de saúde como "um estado de completo bem-estar físico, mental e social e não apenas ausência de doença ou enfermidade" (WHO, 1987). Esta definição expressa uma visão global de saúde, pois a concebe como um estado positivo de bem-estar. Tal compreensão entende que a saúde física é apenas um dos aspectos envolvidos, de forma a incorporar os aspectos psicológicos e sociais.

A saúde também pode ser entendida como um fenômeno complexo, o qual deve ser compreendido a partir de seus aspectos históricos, processuais e integrais/multidimensionais (Sarriera, Moreira, Rocha, Bonato, Duso, & Prikladnicki, 2003). Tal complexidade exige que os profissionais de saúde estejam a par de sua própria visão de saúde, de forma que a mesma possa orientar sua prática de maneira crítica. Portanto, é preciso considerar o contexto de atuação (aspectos históricos), reconhecer a saúde como um processo dinâmico (processo) e considerar seus elementos bio-psico-sociais (integralidade).

No Brasil, estudos têm apontado efeitos negativos do trabalho sobre a saúde dos jovens trabalhadores - danos que podem ser evidentes apenas em estágios posteriores da vida (Asmus et al., 2005; Fischer et al., 2003a, 2003b, 2005). Em ambulatório especializado na saúde de trabalhadores adolescentes, Asmus e colaboradores (2005) identificaram que as principais patologias relacionadas ao trabalho consistiam em doenças osteomusculares, infecções respiratórias do trato superior, doenças alérgicas, problemas oculares e hipertensão arterial. No entanto, além das condições físicas, características psicológicas do posto de trabalho também devem ser consideradas, isto é, aspectos referentes às relações interpessoais, contexto institucional e organizacional etc.

Um elemento negativo compartilhado por adolescentes trabalhadores refere-se à exigência de responsabilidade sobre tarefas para as quais eles não se sentem experientes, além de excesso de atividades e, especialmente, demandas psicossociais geradoras de estresse e incompatíveis com seu momento de desenvolvimento (Oliveira, Fischer, Amaral & Teixeira, 2005). Exigências psicológicas elevadas no trabalho mostraram-se associadas a problemas com a saúde, expressas por dores no corpo, riscos de acidentes e redução do sono (Fischer et al., 2005). É inegável a competição que se estabelece entre o trabalho e as atividades escolares, o lazer, a convivência familiar e as relações com pares (Campos & Francischini, 2003; Oliveira & Robazzi, 2001). Embora a dupla jornada trabalho-estudo represente desgaste

³ Execução de atividade laboral com participação humana

e esforço, os adolescentes desejam dar continuidade à conciliação das duas atividades (Oliveira et al., 2001, 2003, 2005). Alguns jovens associam elementos positivos à concomitância do estudo e do trabalho, como a maior maturidade do(a) aluno(a) trabalhador(a), o aprendizado resultante do trabalho e a construção de um futuro que lhes permita ascender em uma carreira profissional, além de representar a possibilidade de superação da sua atual condição de classe. Todos estes aspectos poderão ter reflexo na qualidade de vida destes trabalhadores.

A falta de controle sobre o trabalho gera sofrimento, pois as transformações que a pessoa vivencia através de sua atividade perdem-se em si mesma. Ao mesmo tempo, quando o trabalho possui uma rotina rígida, ou seja, é sempre o mesmo, os passos e ritmos deixam de se converter em aprendizagem, de forma a construir uma lacuna da dimensão transformadora do trabalho (Codo, 2002; Crespo et al., 2004), o que pode ser prejudicial para os jovens trabalhadores.

O trabalho pode ser, ao mesmo tempo, fonte de prazer e de sofrimento, e nesta contradição está implicada a dinâmica laboral do indivíduo (Borges & Argolo, 2002; Jacques, 2002; Mendes & Morrone, 2002). Este pode ser apontado não como apenas um dever, mas um direito, pois através da atividade laboral a pessoa registra sua condição humana, sua capacidade criativa e transformadora (Albornoz, 1986).

O trabalho contribui para o crescimento do indivíduo como pessoa ou cidadão, de forma a incorporar sentimentos de auto-estima e realização à sua personalidade - desde que compatível e equilibrado com seu potencial (Forastieri, 1997). Um estudo realizado por Oliveira, Fischer, Amaral, Teixeira e Sá (2005) identificou outros aspectos positivos associados ao trabalho: funções de crescimento, desenvolvimento humano, estimulação da criatividade e aprovação social advindas dessa atividade. Além destes, dinheiro e senso de responsabilidade também aparecem como conseqüências positivas diretas ou indiretas.

Um estudo exploratório realizado com adolescentes trabalhadores em Brasília (Distrito Federal, Brasil), indicou que estes percebem sua experiência laboral como libertadora, permitindo-lhes seguir seus projetos de vida, enquanto que a escola é vivenciada como espaço de dever (Martinez, 2001). Além disso, enquanto atividade remunerada e aprendizado de um ofício, o trabalho reveste-se de um sentido de aquisição de uma identidade social legítima para os jovens e suas famílias (Heilborn, 2000). O trabalho é um componente gerador de saúde e desenvolvimento emocional, moral e cognitivo das pessoas, bem como para seu reconhecimento social (Filgueiras & Hippert, 2002).

Na busca dos aspectos saudáveis envolvidos na experiência laboral, a Organização Internacional do Trabalho traz o conceito de trabalho decente. Este designa as atividades laborais que preservam a qualidade de vida das pessoas. Trata-se de um trabalho produtivo, remunerado justamente, que promove segurança e proteção social para as famílias, propicia melhores perspectivas para o desenvolvimento das pessoas e integração social (OIT, 2002; Somavia, 2001). Todavia, evidencia-se que há um distanciamento significativo entre essa perspectiva e o que se encontra no cotidiano laboral de milhares de pessoas em todo mundo, através de carências como o desemprego e subempregos, trabalhos de baixa qualidade, inseguros, instáveis, que promovem desigualdades e desrespeito aos direitos das pessoas. Por esse motivo, um dos objetivos da OIT é justamente suprir a carência que há de trabalho decente numa esfera global (Somavia, 2001).

A configuração atual do mundo do trabalho, marcada pelo desemprego, o não respeito às leis trabalhistas, as dificuldades de colocação para níveis de educação, tanto altos quanto baixos etc., exigem que pesquisadores se comprometam a refletir e incluir esta esfera do conhecimento para compreender o ser humano. As dificuldades enfrentadas pela juventude brasileira apontam para a necessidade de olhar para essa parcela da sociedade com atenção, bem como a urgência de políticas específicas que transformem os jovens em reais sujeitos de direitos, dignos de exercer atividades laborais saudáveis.

O presente estudo teve por objetivo investigar a relação juventude e trabalho no Brasil, através da identificação de fatores de proteção e de vulnerabilidade aos quais estão expostos. A fim de compreender esta relação, o presente trabalho buscou:

- Levantar dados biosociodemográficos e econômicos de jovens trabalhadores e não trabalhadores;
- Levantar dados laborais (definições de trabalho, experiência de trabalho e de não-trabalho, expectativas e opiniões) de jovens trabalhadores e não trabalhadores;
- Investigar aspectos relacionados à educação (vida escolar, avaliação da escola, satisfação/apoio) de jovens trabalhadores e não trabalhadores;
- Investigar aspectos relacionados à saúde e qualidade de vida (auto-avaliação, episódios de doença, avaliação dos serviços de saúde) de jovens trabalhadores e não trabalhadores.
- Investigar aspectos relacionados à violência (uso de drogas, suicídio, violência na comunidade e doméstica).

3.6 Método

3.6.1 Delineamento

Este projeto de dissertação foi desenvolvido através de uma pesquisa de caráter exploratório descritivo, que faz parte de uma Pesquisa Nacional sobre Fatores de Risco e Proteção da Juventude Brasileira, que vem sendo realizado em sete capitais e três cidades de médio porte no país. Para este estudo foi utilizada a base de dados da Pesquisa Nacional, do qual foram extraídas as informações biosociodemográficas dos participantes e aquelas referentes à experiência laboral.

3.6.2 Participantes

Participaram do estudo 7425 jovens de 14 a 24 anos de idade, de ambos os sexos, nível sócio econômico baixo, de sete capitais brasileiras: Porto Alegre (Região Sul), Recife (Nordeste), São Paulo e Belo Horizonte (Sudeste), Brasília e Campo Grande (Centro-Oeste) e Manaus (Norte) - e de três cidades: Arcos (Minas Gerais), Presidente Prudente (São Paulo) e Maués (Amazonas). Os jovens do estudo foram estudantes de escolas públicas ou participantes de instituições de atendimento (ONGs, centros comunitários, etc.). Comunidade de nível sócio-econômico baixo foi definida a partir de indicadores do IBGE descritos no procedimento de amostragem para a seleção do local de moradia.

A juventude brasileira não pode ser abordada como uma realidade homogênea em todas as camadas sociais do país. Há diversidades e desigualdades nos aspectos naturais, sociais e culturais de cada local (Casal & Farias, 2005). Este aspecto foi considerado no desenvolvimento da presente pesquisa.

3.6.3 Instrumentos

Para a realização da Pesquisa Nacional, foi utilizado um questionário para levantamento de fatores de risco e proteção, produzido para o estudo “Juventude Brasileira” (Koller, Cerqueira-Santos, Moraes, & Ribeiro, 2004). O instrumento completo contém 109 questões (ver Anexo A). Foram utilizadas apenas as questões relativas aos dados Biosociodemográficos, Saúde/Qualidade de Vida, Educação, Trabalho e Violência.

As variáveis investigadas incluíram *dados biosociodemográficos e econômicos*, de forma a abordar questões de identificação pessoal, na qual os participantes indicaram seu gênero e se auto-identificaram por etnia. A idade foi medida em anos. Os fatores econômicos foram investigados através da identificação de quem sustenta a família (os jovens marcavam

se o pai, eles mesmos, a mãe, os irmãos/irmãs, companheiro(a), padrasto ou madrasta e outras opções), grau de instrução dos pais (se sabem ler, se analfabetos, nível acadêmico alcançado, etc.) e média da renda salarial do domicílio (variação de R\$ 0-100 a valores acima de R\$ 1.200,00). A habitação foi avaliada pela identificação de quantas pessoas moram na casa (pai, mãe, padrasto, filhos, tios, etc.).

A variável *Saúde/Qualidade de Vida* incluiu itens de Auto-avaliação, que abrangem como os jovens avaliam sua própria saúde, qualidade de vida e aparência física. As questões relacionadas a esta variável foram baseadas na Escala de Satisfação com a Vida de Diener, Emmons, Larsen e Griffin (1985). Também foi investigado o grau de satisfação com sua qualidade de vida, consigo mesmo, relações interpessoais, vida sexual e apoio que recebem dos amigos, cujos itens estão dispostos numa escala de 5 pontos (1 = Muito satisfeito, 3 = Nem satisfeito nem insatisfeito, 5 = Muito satisfeito). Os Episódios de Doença foram acessados através do registro de quantas vezes os jovens foram ao médico, estiveram hospitalizados e faltaram ou trabalho ou escola por motivo de doença (de 0 vezes - 4 ou mais vezes), e duas questões sim/não que avaliaram se os jovens possuíam alguma doença crônica e se precisavam tomar algum remédio diariamente. A Avaliação dos Serviços de Saúde da comunidade foi investigada através de questão sim/não, incluindo a possibilidade de não haver posto de saúde.

A variável *Educação* abrangeu a Vida Escolar, na qual os jovens indicaram se estudaram, estudam ou nunca estudaram, o turno em que freqüentavam a escola (manhã, tarde, noite ou integral), quantas vezes por semana compareciam às aulas (1 a 5 vezes), recebimento de bolsa auxílio (Bolsa escola, Bolsa alimentação, Bolsa de estudo, Agente Jovem, Crédito Educativo, Não recebe ou outras) episódios de reprovação (1 a 6 vezes, ou não foi reprovado), episódios de expulsão (sim/não), motivo e período de interrupção dos estudos (não gostava, mudança, saída de casa, falta e vagas, necessidade de trabalhar, distância da escola, falta de dinheiro para comprar material, expulsão, conclusão dos estudos, deficiência, outros) e o período de afastamento da escola (6 meses a mais de 5 anos). A Avaliação da Escola abrangeu como os jovens avaliaram a instituição (Muito ruim, Ruim, Razoável, Boa ou Muito boa) e os seguintes itens: como se sentem na escola, se gostam da escola, dos professores, amigos, interesse em seguir na mesma escola e possibilidade de contarem com equipe escolar. A respeito da Satisfação/Apoio, avaliou-se se o(a) jovem: podem contar com ajuda dos amigos e confiar nos amigos e professores. Estes itens foram dispostos numa escala de 3 pontos (1 = Discordo, 2 = Nem concordo nem discordo, 3 = Concordo).

A variável *Trabalho* envolveu dados biosociodemográficos que investigaram se os jovens trabalham/trabalharam nos últimos 12 meses (sim/não), situação laboral (não trabalha e não está procurando trabalho, não trabalha e está procurando trabalho, trabalha com carteira assinada, trabalha sem carteira assinada, autônomo, “faz bicos”, voluntário, auxilia nas atividades de casa, trabalha para alguém sem receber), meio de transporte que utiliza para se deslocar para o trabalho (a pé, carro ou motocicleta particular, transporte coletivo, transporte da empresa, bicicleta, não precisa se deslocar para ir ao trabalho, outro meio), renda (variação de R\$ 0-100 a valores acima de R\$ 1.200,00), auxílio do seu trabalho (sim/não), forma de pagamento (a cada dia de trabalho, semanalmente, quinzenalmente, mensalmente, sem regularidade, ou não recebe) e horas de trabalho (completada com valor numérico). A definição de trabalho foi investigada através da questão que avaliou como os jovens compreendem diferentes definições do termo trabalho (atividade que exija força, atividade que produz algo útil à nossa vida ou à vida de outras pessoas, algo difícil e obrigatório determinado por Deus, colocação numa empresa com carteira assinada, aquilo que mostra que uma pessoa é digna e honrada, é um produto que se pode vender, é o que diz quem uma pessoa é para os outros, mostra que uma pessoa tem saúde física e mental, é ter idéias, aquilo que se faz para ganhar dinheiro). Estas definições foram dispostas numa escala de 3 pontos (1 = Discordo, 2 = Nem concordo nem discordo, 3 = Concordo). A Satisfação foi avaliada por questão sim/não a respeito da sobra de algum dinheiro no final mês recebido através do trabalho. A influência de características pessoais para conseguir trabalho (ser casado, cor da pele, grau de estudo, amigos, etc.) foi investigada em escala de 3 pontos (1 = Atrapalha, 2 = Não interfere, 3 = Ajuda). A relação com o trabalho atual (eu estou sempre aprendendo coisas novas, eu sinto que trabalho demais, eu estou satisfeito com o que ganho, eu sinto vergonha do meu trabalho, etc.) e o que espera do trabalho (oportunidades de aprender coisas novas, crescimento profissional, garantia de satisfação pessoal, garantia de não perder o trabalho de uma hora pra outra, possibilidades de ter orgulho do que faço, etc.) foram dispostas numa escala de 3 pontos (1 = Discordo, 2 = Nem concordo nem discordo, 3 = Concordo).

A variável *Violência* abrangeu o uso de drogas, suicídio e violência doméstica e na comunidade. Em relação ao uso de drogas, foi investigada a experimentação de substâncias lícitas e ilícitas (vinho ou cerveja, outra bebida alcoólica, cigarro comum, maconha, haxixe, cola, loló, lança e outras opções) e como os jovens conseguiram as drogas (pediu/ganhou de alguém, comprou pessoalmente, pediu para outras pessoas comprarem e outros). Em relação ao suicídio, investigou-se se os jovens, em algum momento de sua vida, tentou se matar (Nuca tentei/Já tentei) e, nos casos afirmativos, qual meio utilizou para fazê-lo (com faca,

com revólver, enforcado, através do uso de substâncias químicas, entre outros). Avaliou-se, também, o motivo da tentativa de suicídio (falta de sentido para viver, desilusão amorosa, dificuldades financeiras, entre outros). No que se refere à violência doméstica e na comunidade, investigou-se a frequência, numa escala de 1 a 5, com que os jovens sofreram agressões (gritou comigo e me deu bronca exagerada, fez ameaças de me bater, me deu soco/tapa/empurrão, me ameaçou com objetos, entre outros) de alguém com quem morava ou tinha morado e/ou de alguém de sua comunidade.

3.6.4 Procedimentos

A abordagem inicial dos participantes envolveu a apresentação dos objetivos da pesquisa e da equipe às escolas e às instituições de atendimento escolhidas por bairro em cada capital. A partir da autorização para execução da coleta de dados, os jovens eram reunidos para explicação sobre a natureza do estudo e sobre o caráter confidencial das informações a serem obtidas, descrição sobre o uso dos dados e a leitura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (Anexo C). As questões éticas referentes à pesquisa foram asseguradas quanto à integridade dos participantes, conforme consta na Resolução nº 196/96, que regulamenta a pesquisa com seres humanos (Ministério da Saúde, 1996).

Para abordar jovens em nível socioeconômico baixo, foram verificados os indicadores das condições sócio-demográficas de cada uma das capitais e cidades. Para todas elas, com exceção de São Paulo, foram utilizados os indicadores: rendimento do chefe da família, características educacionais da população residente (grau de instrução do chefe de domicílio, grau de instrução por faixa etária, nível de acessibilidade a equipamentos educacionais públicos – escolas e creches), situação do domicílio (tipo de construção), existência de água encanada e rede de esgoto, com base nos dados do IBGE (Censo 2000). Para São Paulo foi utilizado, além destes indicadores, o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), uma vez que a Prefeitura Municipal disponibiliza o valor destes índices por bairro – em geral as demais Prefeituras Municipais fornecem Índices de Desenvolvimento Humano (IDH) para a cidade como um todo e não por bairros (p.e., Porto Alegre = 0,865; Recife = 0,797).

Bairros que apresentavam índices abaixo dos dez por cento do valor total da cidade foram escolhidos a princípio. A partir de duas listas de escolas (Municipais e Estaduais), encontradas nos *sites* das respectivas Secretarias de Educação, foram relacionadas às escolas que atendiam a cada bairro sorteado. Foi, então, realizado um novo sorteio para selecionar uma escola para cada bairro. Dessa forma, foram listadas dez escolas. Em média, em cada escola deveriam participar cerca de 100 jovens. No entanto, esse número apresentou uma

ligeira variação, uma vez que algumas escolas possuíam apenas o Ensino Fundamental (5^a a 8^a série), enquanto que outras possuíam até o Ensino Médio.

Em cada escola, foram contempladas turmas dos três turnos (manhã, tarde e noite), por possibilitarem acesso a perfis diferenciados de jovens. Turmas com características extremas, como “a melhor” ou “a pior” segundo avaliação da própria escola, foram evitadas. Em algumas escolas, mais de uma turma foi agrupada numa sala para a aplicação do questionário, uma vez que participantes na faixa etária desejada encontravam-se espalhados por várias salas diferentes da escola. Os jovens que não frequentam a escola foram acessados através de instituições comunitárias dos bairros sorteados.

3.7 Investigando a relação juventude e trabalho no Brasil: Resultados

O presente estudo teve por objetivo compreender a relação juventude e trabalho no Brasil. O trabalho foi utilizado como variável central, uma vez que as análises estatísticas desenvolvidas tiveram o intuito de descrever e realizar comparações entre os grupos de trabalhadores e não trabalhadores nas diversas variáveis do estudo: Biosociodemográficas e Econômicas, Saúde/Qualidade de vida, Educacionais, Laborais e Violência. Foram realizadas análises univariadas através de frequência, percentual e média (acompanhada do respectivo desvio padrão). A partir do estabelecimento de grupos de jovens que trabalham e que não trabalham, foram realizadas análises bivariadas nas diversas variáveis do estudo, através do teste Qui-quadrado e o Teste *t de Student*. No caso do Qui-quadrado, como se trabalhou com variáveis que possuem mais de dois níveis, foram apresentados os resíduos padronizados ajustados maiores que +1,96 e menores que -1,96, indicando, respectivamente, um percentual de casos significativamente maior e menor que o esperado, deslocado a respectiva categoria. Portanto, os sinais positivo e negativo indicam qual categoria apresenta diferença estatisticamente significativa entre os grupos de comparação. O teste *t de Student* foi utilizado na comparação das médias entre grupos de trabalhadores e não trabalhadores, no caso, de amostras independentes. O critério de significância utilizado para ambas as análises bivariadas foi $p < 0,01$, a fim de que os valores estatisticamente significativos obtivessem um critério de maior rigor.

No que se refere ao processo de limpeza do banco de dados, os *missings* da questão 55 foram preenchidos. Isto ocorreu por esta ser uma variável central no desenvolvimento do estudo, pois investiga se os jovens trabalham ou trabalharam nos últimos 12 meses. Os casos que foram preenchidos com a resposta positiva (sim = 1) para esta questão tiveram como

critério de referência respostas positivas (sim = 1) para as questões 56c (trabalho com carteira assinada), 56d (trabalho sem carteira assinada), 56e (trabalho por conta própria), 56f (faz bicos). Os demais casos foram preenchidos com resposta negativa (não = 2). As modificações realizadas no decorrer da limpeza do banco não comprometeram os resultados das análises. Isso ocorre pelo fato de que não houve modificações nos níveis de significância das questões antes e depois da limpeza, mas os valores tornaram-se mais precisos no que se refere às variáveis do estudo.

3.7.1 Análises Dados Biosociodemográficos e Econômicos

Os dados biosociodemográficos e econômicos incluíram as variáveis Sexo, Estado civil, Cor, Idade, Grau de instrução do pai, Grau de instrução da mãe, Percentual de adolescentes trabalhando por cidade, Quem sustenta a casa, Coabitação e Renda mensal familiar.

Tabela 1
Estatísticas Descritivas das Variáveis Sexo, Estado Civil, Cor e Idade^a

	Total	Trabalhadores	Não trabalhadores	<i>p</i>
	%(f)	%(f)	%(f)	
Sexo ^b				<0,0001*
Masculino	45,8 (3291)	54,0 (1520)	40,6 (1771)	
Feminino	54,2 (3889)	46,0 (1297)	59,4 (2592)	
Estado civil ^c				0,155
Solteiro	93,5 (6590)	93,7 (2597)	93,5 (3993)	
Casado	2,0 (140)	1,7 (47)	2,2 (93)	
Divorciado	0,0 (2)	0,0 (1)	0,0 (1)	
Separado	0,4 (25)	0,5 (14)	0,3 (11)	
Viúvo	0,1 (7)	0,2 (5)	0,0 (2)	
Outros	4,0 (281)	3,9 (109)	4,0 (172)	
Cor ^d				0,007*
Branca	39,1 (2746)	40,5 (1118)+	38,2 (1628)-	
Negra	15,9 (1120)	17,0 (470)+	15,2 (650)-	
Parda	37,5 (2636)	35,1 (969)-	39,1 (1667)+	
Amarela	4,0 (279)	3,7 (102)	4,1 (177)	
Indígena	3,5 (246)	3,7 (102)	3,4 (144)	
	<i>M(SD)</i>	<i>M(SD)</i>	<i>M(SD)</i>	
Idade ^{ef}	16,19 (1,821)	16,73 (1,930)	15,85 (1,649)	<0,0001*

Nota. ^a % (n); ^b n=7180; ^c n=7045; ^d n=7027; ^e M (SD); ^f n=7316. Os símbolos + e - significam respectivamente um percentual de casos maior e menor que o esperado deslocados para a categoria (+: resíduo padronizado ajustado > +1,96; -: resíduo padronizado ajustado < -1,96). * *p*<0,01

O teste Qui-quadrado verificou diferenças entre as frequências dos grupos de jovens trabalhadores e não trabalhadores com relação às variáveis Sexo, Estado civil e Cor. Houve

um percentual significativamente maior de jovens do sexo masculino trabalhando (54%) do que de jovens do sexo feminino (46%,) ($\chi^2=123,192$; $df=1$; $p<0,0001$). No que se refere ao Estado Civil, observou-se que 93,5% da amostra total era “solteiro”, de forma que não foi observada diferença estatisticamente significativa entre os grupos de trabalhadores e não trabalhadores nos diversos estados civis investigados ($p=0,155$). Houve um percentual significativamente maior de jovens trabalhadores de cor branca (40,5%) e negra (17%) do que pardos (35,1%), amarelos (3,7%) e indígenas (3,7%), e um percentual significativamente maior de não trabalhadores de cor parda (39,1 %) em relação às demais cores ($\chi^2=14,123$; $df=4$; $p<0,01$). A diferença entre os dois grupos com relação à variável idade foi analisada a partir do teste *t* de *Student*. Houve diferença estatisticamente significativa entre o grupo de trabalhadores e não trabalhadores, sendo que a idade média do grupo de trabalhadores foi de 16,73 anos ($SD= 1,930$), enquanto que a do grupo de não trabalhadores foi de 15,85 ($SD=1,649$) ($t=19,78$; $df=5270,5$; $p<0,0001$)

Tabela 2

Percentuais (Frequências) de Grupos de Trabalhadores e Não Trabalhadores por Idade (N= 7095)^a

Grupo categorizado por idade	Total	Trabalhadores	Não trabalhadores	<i>p</i>
Idade				0,0001*
14-19 anos	94,8 (6729)	91,6 (2551)-	96,9 (4178)+	
20-24 anos	5,2 (366)	8,4 (233)+	3,1 (133)-	

Nota. ^a % (n). Os símbolos + e – significam respectivamente um percentual de casos maior e menor que o esperado deslocados para a categoria (+: resíduo padronizado ajustado > +1,96; -: resíduo padronizado ajustado < -1,96). * $p<0,01$.

A partir da realização do teste Qui-quadrado analisou-se os grupos de comparação quanto à idade. Identificou-se um percentual significativamente maior ($\chi^2=96,54$; $df=1$; $p<0,0001$) de jovens não trabalhadores entre as idades de 14-19 anos em relação ao grupo de jovens trabalhadores. Já no grupo entre 20-24 anos, constatou-se um percentual significativamente maior de jovens trabalhadores ($p<0,0001$) em relação ao grupos de jovens não trabalhadores ($\chi^2=96,54$; $df=1$; $p<0,0001$).

Tabela 3

Percentuais (Frequências) do Grau de Instrução do Pai e Grau de Instrução da Mãe^a

	Total	Trabalhadores	Não trabalhadores	<i>p</i>
	%(f)	%(f)	%(f)	<0,0001*
Pai ^b				

Tabela 3

Percentuais (Frequências) do Grau de Instrução do Pai e Grau de Instrução da Mãe^a

	Total	Trabalhadores	Não trabalhadores	<i>p</i>
	%(<i>f</i>)	%(<i>f</i>)	%(<i>f</i>)	
Saber ler	7,5 (522)	8,1 (220)	7,1 (302)	
Analfabeto	5,5 (383)	5,8 (158)	5,3 (225)	
Fundamental incompleto	36,4 (2530)	38,7 (1050)+	35,0 (1480)-	
Fundamental Completo	8,9 (619)	9,4 (254)	8,6 (365)	
Médio incompleto	6,2 (429)	6,8 (183)	5,8 (246)	
Médio completo	14,8 (1027)	13,5 (365)-	15,6 (662)+	
Superior incompleto	1,8 (128)	1,7 (45)	2,0 (83)	
Superior completo	3,4 (239)	2,8 (76)-	3,9 (163)+	
Não sei	15,4 (1066)	13,2 (359)-	16,7 (707)+	
Mãe ^c				<0,0001*
Saber ler	7,4 (517)	8,0 (220)	6,9 (297)	
Analfabeto	6,8 (478)	7,2 (199)	6,5 (279)	
Fundamental incompleto	39,3 (2762)	40,8 (1120)+	38,3 (1642)-	
Fundamental Completo	9,4 (661)	10,2 (281)	8,9 (380)	
Médio incompleto	7,1 (501)	7,5 (207)	6,9 (294)	
Médio completo	16,1 (1131)	14,7 (403)-	17,0 (728)+	
Superior incompleto	2,0 (144)	2,1 (58)	2,0 (86)	
Superior completo	3,5 (245)	2,9 (80)-	3,9 (165)+	
Não sei	8,4 (593)	6,5 (179)-	9,7 (414)+	

Nota. ^a % (n); ^b n=6943; ^c n=7032. Os símbolos + e - significam respectivamente um percentual de casos maior e menor que o esperado deslocados para a categoria (+: resíduo padronizado ajustado > +1,96; -: resíduo padronizado ajustado < -1,96). * $p < 0,01$

O teste Qui-quadrado foi utilizado para analisar a diferença no Grau de instrução do pai e Grau de instrução da mãe entre os grupos de jovens. Constatou-se um percentual significativamente maior ($\chi^2=36,99$; $df=8$; $p < 0,0001$) de jovens trabalhadores cujos pais e mães possuem o Ensino Fundamental incompleto, 38,7% e 40,8%, respectivamente. Em relação ao grupo de jovens não trabalhadores, houve um percentual significativamente maior ($\chi^2=40,45$; $df=8$; $p < 0,0001$) de sujeitos cujos pais e mães possuem Ensino Médio Completo e Ensino Superior Completo, 15,6% e 17,0% e 3,9% e 3,9%, respectivamente. Portanto, quanto maior o nível educacional dos pais, menor o percentual de jovens trabalhando.

O percentual de jovens trabalhando cujos pais possuem até o ensino médio incompleto está em torno de 40%, com poucas diferenças entre os níveis educacionais (de analfabeto até ensino médio incompleto). A partir deste ponto, conforme aumentava a escolaridade dos pais, diminuía o percentual de jovens trabalhando (Figura 1).

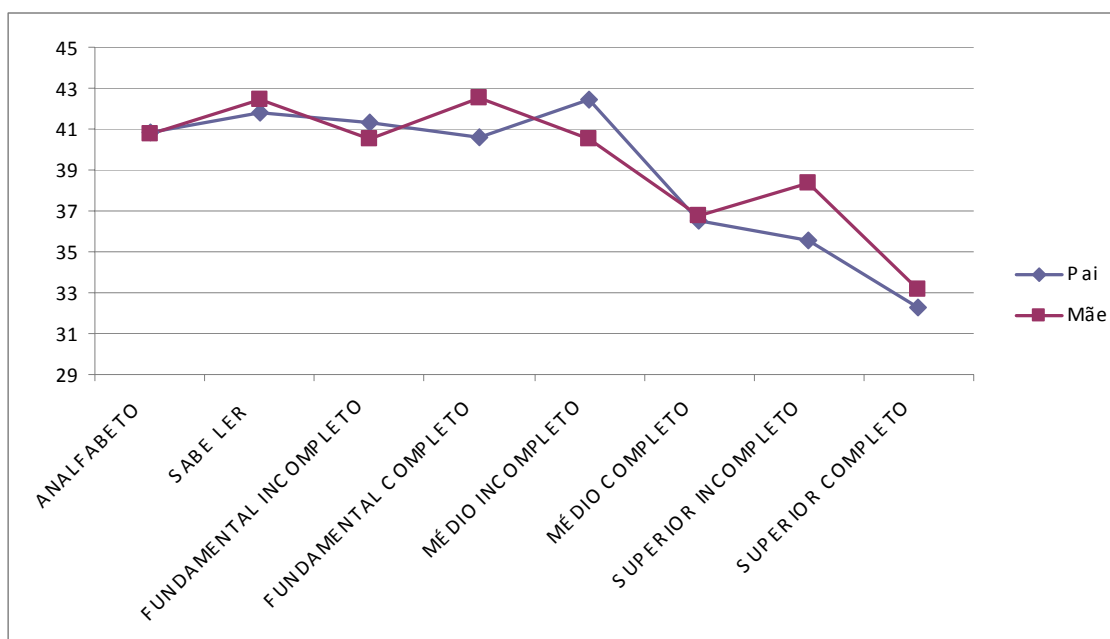


Figura 1. Percentual de adolescentes trabalhando de acordo com a escolaridade dos pais

Tabela 4

Percentuais (Frequências) de Adolescentes Trabalhando por Cidade^{ab}

Cidades	Total %(f)	Trabalhadores %(f)	Não trabalhadores %(f)	<i>p</i>
Recife	15,2 (1090)	8,5 (241)-	19,4 (849)+	<0,0001*
Porto Alegre	13,6 (975)	11,7 (329)-	14,8 (646)+	
São Paulo	13,8 (991)	12,0 (338)-	14,9 (653)+	
Campo Grande	13,0 (933)	21,4 (604)+	7,5 (329)-	
Amazonas	13,7 (265)	2,8 (78)-	4,3 (187)+	
Distrito Federal	11,8 (845)	9,1 (258)-	13,4 (587)+	
Presidente Prudente	13,7 (986)	16,2 (458)+	12,1 (528)-	
Arcos	5,9 (422)	9,1 (258)+	3,8 (164)-	
Belo Horizonte	9,5 (682)	9,1 (256)	9,8 (426)	

Nota. ^a % (n); ^b N=7189. Os símbolos + e - significam respectivamente um percentual de casos maior e menor que o esperado deslocados para a categoria (+: resíduo padronizado ajustado > +1,96; -: resíduo padronizado ajustado < -1,96). * $p < 0,01$

A partir da realização do teste Qui-quadrado para a variável Adolescentes trabalhando por cidade, identificou-se que a distribuição regional destes jovens apresenta distinções regionais. A Tabela 4 mostra que as coletas de dados de Campo Grande-MS (21,4%), Arcos-MG (9,1%) e Presidente Prudente-SP (16,2%) possuem um percentual de jovens trabalhando maior do que as demais unidades da federação. Da mesma maneira, as coletas de Recife-PE (8,5%), Amazonas (Manaus e Maués) (2,8%), Distrito Federal (9,1%), Porto Alegre-RS

(11,7%) e São Paulo-SP (12,0%) foram aquelas que apresentaram menor percentual de jovens que trabalham ou trabalharam nos últimos 12 meses ($\chi^2=556,69$; $df=8$; $p<0,0001$).

Tabela 5

Percentuais (Frequências) das Variáveis Sustento da Casa, Coabitação, Renda Mensal Familiar^a

	Total	Trabalhadores	Não trabalhadores	<i>p</i>
	%(f)	%(f)	%(f)	
Quem sustenta a casa				
Eu ^b	11,1 (787)	23,1 (645)+	3,3 (142)-	<0,0001*
Pai ^c	61,1(4360)	58,4 (1635)-	62,8 (2725)+	<0,0001*
Mãe ^d	60,3 (4309)	60,3 (1693)	60,4 (2616)	0,945
Irmão/Irmã ^e	11,6 (823)	13,5 (378)+	10,3 (445)-	<0,0001*
Companheiro (a) ^f	1,8 (125)	1,9 (52)	1,7 (73)	0,596
Padrasto/Madrasta ^g	6,2 (438)	6,2 (172)	6,2 (266)	0,984
Outros ^h	8,1 (573)	7,9 (218)	8,3 (355)	0,527
Quem mora na casa				
Pai ⁱ	59,3 (4251)	56,1 (1578)-	61,3 (2673)+	<0,0001*
Mãe ^j	88,0 (6315)	86,3 (2429)-	89,1 (3886)+	<0,0001*
Padrasto ^l	9,8 (700)	10,2 (287)	9,5 (413)	0,307
Madrasta ^m	2,0 (140)	2,2 (61)	1,8 (79)	0,288
Irmãos ⁿ	78,8 (5653)	78,3 (2202)	79,2 (3451)	0,393
Avô ^o	5,6 (401)	5,5 (156)	5,6 (245)	0,898
Avó ^p	9,8 (700)	9,1 (256)	10,2 (444)	0,132
Tios ^q	9,1 (653)	8,1 (229)-	9,7 (424)+	0,023
Pais adotivos ^r	0,4 (31)	0,4 (12)	0,4 (19)	0,952
Filhos ^s	4,6 (327)	5,3 (148)+	4,1 (179)-	0,022
Companheiro (a) ^t	2,3 (166)	2,8 (78)+	2,0 (88)-	0,038
Outros ^u	7,8 (561)	8,5 (239)	7,4 (322)	0,086
Renda mensal familiar domicílio^v				0,005*
Até 400 reais	35,6 (2442)	33,1 (899)-	37,2 (1543)+	
De 401 a 800 reais	33,3 (2283)	34,5 (938)	32,4 (1345)	
De 801 a 1200 reais	19,2 (1318)	20,3 (552)	18,5 (766)	
Mais que 1200 reais	12,0 (821)	12,0 (326)	11,9 (495)	

Nota. ^a % (n); ^b n=7113; ^c n=7141; ^d n=7141; ^e n=7115; ^f n=7111; ^g n=7112; ^h n=7044; ⁱ n=7172;

^j n=7175; ^l n=7174; ^m n=7173; ⁿ n=7172; ^o n=7170; ^p n=7171; ^q n=7175; ^r n=7172; ^s n=7174; ^t n=7174;

^u n=7170; ^v n=6864. Os símbolos + e - significam respectivamente um percentual de casos maior e menor que o esperado deslocados para a categoria (+: resíduo padronizado ajustado > +1,96; -: resíduo padronizado ajustado < -1,96). * $p<0,01$.

O teste Qui-quadrado foi utilizado para verificar diferenças entre os grupos de jovens trabalhadores e não-trabalhadores na análise das variáveis Sustento da casa, Coabitação e Renda mensal familiar. Houve um percentual significativamente maior de jovens trabalhadores que auxiliam no sustento da casa (23,1%) ($\chi^2=673,61$; $df=1$; $p<0,0001$), cujos

irmãos também auxiliam nas despesas domésticas (13,5%) em relação aos jovens não trabalhadores ($\chi^2=17,161$; $df=1$; $p<0,0001$). O grupo de jovens não trabalhadores apresentou maior percentual de auxílio do pai (62,8%) em relação ao grupo de jovens trabalhadores ($\chi^2=13,962$; $df=1$; $p<0,0001$).

Em relação à Coabitação, identificou-se que houve um percentual maior de jovens não trabalhadores que coabitam com seus pais (61,3%) ($\chi^2=18,828$; $df=1$; $p<0,0001$), mães (89,1%) ($\chi^2=12,617$; $df=1$; $p<0,0001$) e tios (9,7%) ($\chi^2= 5,192$; $df=1$; $p<0,023^4$) em relação ao grupo de jovens trabalhadores (56,1%, 86,3% e 8,1%, respectivamente). Por outro lado, os jovens trabalhadores apresentaram percentual significativamente maior de coabitação com filhos (5,3%) ($\chi^2= 5,234$; $df=1$; $p=0,022$) e companheiros (2,8%) ($\chi^2= 4,312$; $df=1$; $p=0,038$) em relação aos jovens não trabalhadores (4,1% e 2,0%, respectivamente). Houve, ainda, conforme mostra a Tabela 5, um percentual significativamente maior de jovens não trabalhadores em relação aos jovens trabalhadores cuja renda mensal familiar é de até 400,00 (37,2%) ($\chi^2= 12,904$; $df=3$; $p = 0,005$). Os rendimentos mensais familiares de 401 a 800 reais, 801 a 1200 reais e mais que 1200 reais não apresentaram diferenças estatisticamente significativas entre os grupos ($p > 0,01$).

3.7.2 Análises Saúde e Qualidade de Vida

Os dados referentes à Saúde e à Qualidade de Vida englobaram as variáveis Auto-avaliação sobre Saúde, Auto-avaliação sobre Qualidade de Vida, Auto-avaliação sobre Aparência Física, Satisfação consigo mesmo, Episódios de doença no último ano (visitas ao médico, hospitalização e faltas ao trabalho ou escola), Doença crônica, Necessidade diária de remédios, Utilização serviços postos de saúde e Avaliação serviços postos de saúde.

Tabela 6
Auto-Avaliação sobre Saúde, Qualidade de Vida e Aparência Física^{ab}

Itens	Total	Trabalhadores	Não trabalhadores	<i>p</i>
Saúde ^c	4,09 (0,853)	4,09 (0,88)	4,09 (0,82)	0,929
Qualidade de vida ^d	3,88 (0,785)	3,87 (0,810)	3,88 (0,763)	0,607
Aparência física ^e	4,06 (0,799)	4,10 (0,812)	4,04 (0,788)	0,004*

Nota. ^a Escala tipo Likert: Muito ruim=1, Ruim=2, Nem boa nem ruim=3, Boa=4, Muito boa=5.

^b M (SD); ^c n=7149, ^d n=7019, ^e n=6953. * $p<0,01$

⁴ Nível de significância limítrofe ($p=0,023$), considerado por se tratar de dado importante para discussão do estudo

Através do teste *t* de *Student*, foram analisadas as variáveis Auto-Avaliação sobre Saúde, Qualidade de Vida e Aparência Física e comparados os grupos de jovens trabalhadores e não-trabalhadores. Constatou-se que houve diferença estatisticamente significativa apenas na média de Auto-avaliação da Aparência física, sendo superior no grupo de jovens trabalhadores ($t=2,89$; $df=5538,3$; $p<0,01$).

Tabela 7
Satisfação^{ab}

Itens	Total	Trabalhadores	Não trabalhadores	<i>p</i>
Consigo mesmo ^c	3,92 (0,960)	3,90 (0,997)	3,93 (0,932)	0,270
Relações pessoais ^d	4,00 (0,922)	4,01 (0,939)	3,99 (0,907)	0,626
Vida sexual ^e	3,80 (1,017)	3,86 (1,003)	3,77 (1,026)	0,001*
Apoio recebido ^f	3,88 (0,999)	3,86 (1,024)	3,89 (0,980)	0,170
Satisfação com o local onde mora ^g	3,56 (1,157)	3,60 (1,155)	3,54 (1,158)	0,061

Nota. ^a Escala tipo Likert: *Muito insatisfeito=1, Insatisfeito=2, Nem satisfeito nem insatisfeito=3, Satisfeito=4, Muito satisfeito=5*; ^b *M (SD)*; ^c $n=6940$, ^d $n=6863$, ^e $n=5580$, ^f $n=6668$, ^g $n=6827$; * $p<0,01$

Para análise das variáveis Satisfação consigo mesmo, com as relações pessoais, vida sexual, apoio recebido e com o local onde mora foi realizado o teste *t* de *Student* para comparação dos grupos de jovens trabalhadores e não trabalhadores. Constatou-se diferença estatisticamente significativa em relação à vida sexual, pois os jovens trabalhadores apresentaram média de satisfação de 3,86 ($SD=1,003$), enquanto que os jovens não trabalhadores apresentaram média de satisfação de 3,77 ($SD=1,026$) ($t=3,349$; $df=5012,7$; $p<0,01$). As demais variáveis (satisfação consigo mesmo, nas relações pessoais, apoio recebido e satisfação com o local onde mora) não apresentaram diferença estatisticamente significativa ($p>0,01$).

Tabela 8
Percentuais (Frequências) de Episódios de Doença (Visitas ao Médico, Hospitalização e Faltas ao Trabalho ou Escola)^a

Episódios	Total	Trabalhadores	Não trabalhadores	<i>p</i>
	%(<i>f</i>)	%(<i>f</i>)	%(<i>f</i>)	
Visitas ao médico ^b				
0	16,5 (1060)	16,8 (423)	16,3 (637)	<0,0001*
1	15,0 (967)	16,5 (417)+	14,1 (550)-	
2	17,8 (1147)	19,0 (478)	17,1 (669)	
3	12,8 (823)	13,0 (328)	12,6 (495)	
4 ou mais	22,0 (1413)	21,7 (546)	22,2 (867)	
Não lembra	15,9 (1025)	13,1 (329)-	17,8 (696)+	

Tabela 8
Percentuais (Frequências) de Episódios de Doença (Visitas ao Médico, Hospitalização e Faltas ao Trabalho ou Escola)^a

Episódios	Total	Trabalhadores	Não trabalhadores	<i>p</i>
	% (f)	% (f)	% (f)	
Hospitalização^c				
0	74,4 (4257)	73,3 (1658)	75,2 (2599)	<0,0001*
1	10,3 (590)	11,7 (264)+	9,4 (326)-	
2	4,0 (229)	4,5 (102)	3,7 (127)	
3	1,3 (74)	1,3 (30)	1,3 (44)	
4 ou mais	2,4 (139)	3,0 (67)+	2,1 (72)-	
Não lembra	7,6 (432)	6,3 (142)-	8,4 (290)+	
Faltas ao trabalho ou escola^d				
0	31,0 (1895)	29,5 (713)-	32,1 (1182)+	<0,0001*
1	16,5 (1006)	17,2 (416)	16,0 (590)	
2	14,9 (912)	15,5 (374)	14,6 (538)	
3	8,5 (517)	8,6 (209)	8,4 (308)	
4 ou mais	17,3 (1055)	19,3 (468)+	15,9 (587)-	
Não lembra	11,8 (719)	9,9 (239)-	13,0 (480)+	

Nota. ^a % (n). ^b n=6435; ^c n=5721; ^d n=6104. Os símbolos + e - significam respectivamente um percentual de casos maior e menor que o esperado deslocados para a categoria (+: resíduo padronizado ajustado > +1,96; -: resíduo padronizado ajustado < -1,96). * *p*<0,01.

Em relação aos Episódios de Doença, utilizou-se o teste Qui-quadrado para análise das variáveis Visitas ao médico, Hospitalização e Faltas ao trabalho ou escola, entre os grupos de jovens trabalhadores e não trabalhadores. No que se refere às Visitas ao médico, houve um percentual significativamente maior de jovens trabalhadores que realizaram uma consulta nos últimos 12 meses (16,5%) ($\chi^2=31,44$; *df*=5; *p*<0,0001) em relação aos jovens não trabalhadores (14,1%). Nesta mesma questão, um maior percentual de jovens não trabalhadores (17,8%) ($\chi^2=31,44$; *df*=5; *p*<0,0001) não lembrava quantas visitas realizou nos últimos 12 meses em relação aos jovens trabalhadores (13,1%). Sobre a variável número de Hospitalizações, houve um percentual significativamente maior de jovens trabalhadores com uma hospitalização nos últimos 12 meses (11,7%) ($\chi^2=22,14$; *df*=5; *p*<0,0001) e 4 ou mais hospitalizações nos últimos 12 meses (3,0%) ($\chi^2=22,14$; *df*=5; *p*<0,0001) em relação aos jovens não trabalhadores (9,4% e 2,1%, respectivamente). Nesta questão, novamente um percentual significativamente maior de jovens não trabalhadores (8,4%) ($\chi^2=22,14$; *df*=5; *p*<0,0001) não lembrava quantas hospitalizações teve nos últimos 12 meses em relação aos jovens trabalhadores (6,3%).

Sobre a variável faltas ao trabalho ou escola houve um percentual significativamente maior de jovens trabalhadores que faltaram à escola (19,3%) em relação aos jovens não

trabalhadores (15,9%) ($\chi^2=27,427$; $df=5$; $p<0,0001$), bem como houve um percentual maior de jovens não trabalhadores que não faltaram nenhuma vez à escola (32,1%) em relação aos jovens trabalhadores (29,5%) ($\chi^2=27,427$; $df=5$; $p<0,0001$). Nesta questão os jovens não trabalhadores (13,0%) apresentaram um percentual significativamente maior em relação aos jovens trabalhadores (9,9%) ($\chi^2=27,427$; $df=5$; $p<0,0001$) de não lembranças de quantas faltas tiveram no trabalho ou escola nos últimos 12 meses.

Tabela 9

Percentuais (Frequências) de Doença Crônica, Necessidade Diária de Remédios, Utilização Serviços Postos de Saúde^a

Itens	Total	Trabalhadores	Não trabalhadores	<i>p</i>
	% (f)	% (f)	% (f)	
Doença crônica ^b				
Sim	4,0 (279)	4,2 (112)	4,0 (167)	0,687
Necessidade diária de remédios ^c				
Sim	4,8 (332)	4,9 (133)	4,7 (199)	0,731
Utilização serviços postos de saúde ^d				
Sim	68,5 (4568)	69,6 (1817)	67,8 (2751)	0,012
Não há	2,6 (172)	3,1 (81)	2,2 (91)	

Nota. ^a % (n). ^b n=6907; ^c n=6933; ^d n=6667; $p<0,01$

Sobre as variáveis Doença crônica ($p=0,687$), Necessidade diária de remédios ($p=0,731$) e Utilização serviços postos de saúde ($p=0,012$) foi realizado o teste Qui-quadrado para comparação entre os grupos. Constatou-se que não houve diferença significativa entre o grupo de jovens trabalhadores e não trabalhadores ($p>0,01$).

Tabela 10

Avaliação dos Serviços dos Postos de Saúde^{ab}

Itens	Total	Trabalhadores	Não trabalhadores	<i>p</i>
	M (SD)	M (SD)	M (SD)	
Localização ^c	3,49 (1,056)	3,48 (1,100)	3,51 (1,017)	0,376
Facilidade atendimento ^d	2,62 (1,078)	2,58 (1,090)	2,64 (1,067)	0,054
Qualidade ^e	3,16 (1,051)	3,12 (1,093)	3,18 (1,020)	0,083

Nota. ^a Escala tipo Likert: *Muito ruim* = 1, *Ruim* = 2, *Nem boa nem ruim* = 3, *Boa* = 4, *Muito boa* = 5
^b M (SD); ^c n=4862, ^d n=4758, ^e n=4669

A partir do teste *t* de Student, realizou-se a análise da variável Avaliação dos serviços dos postos de saúde entre as médias dos grupos de comparação. Identificou-se que não houve diferença estatisticamente significativa entre as médias de avaliação dos jovens trabalhadores e não trabalhadores nas variáveis investigadas (Localização, $p = 0,376$; Facilidade

atendimento, $p = 0,054$ e Qualidade, $p = 0,083$).

3.7.3 Análises Educação

Os dados sobre Educação abrangeram as variáveis Vida escolar, Série em que estuda, Série até onde estudou, Vezes por semana em média que vai para a escola, Turno em que freqüenta a escola, Recebimento de bolsa, Histórico de reprovação e expulsão, Motivo que o/a fez parar de estudar, Avaliação da escola e Opinião sobre a escola.

Tabela 11

Percentuais (Frequências) da Variável Vida Escolar (N= 7096)^a

	Total	Trabalhadores	Não trabalhadores	<i>p</i>
	% (f)	% (f)	% (f)	
Estuda	98,5 (6992)	98,0 (2727)-	98,9 (4265)+	0,011*
Nunca estudou	0,1 (6)	0,1 (3)	0,1 (3)	
Parou de estudar	0,8 (57)	1,1 (30)+	0,6 (27)-	
Concluiu os estudos	0,6 (41)	0,9 (24)+	0,4 (17)-	

Nota. ^a % (n). Os símbolos + e - significam respectivamente um percentual de casos maior e menor que o esperado deslocados para a categoria (+: resíduo padronizado ajustado $> +1,96$; -: resíduo padronizado ajustado $< -1,96$). * $p < 0,01$.

Utilizou-se o teste Qui-quadrado para verificar diferenças entre a frequência dos itens relativos à Vida escolar entre os grupos de jovens trabalhadores e não trabalhadores. Constatou-se que houve um percentual significativamente maior de jovens não trabalhadores (98,9%) que estudam em relação aos jovens trabalhadores (98,0%) ($\chi^2=11,149$; $df=3$; $p=0,011$). Não houve diferença estatisticamente significativa entre os grupos nas variáveis quem nunca estudou, quem parou de estudar e quem concluiu os estudos ($p > 0,01$).

Tabela 12

Série em que Estuda, Série até Onde Estudou, Vezes por Semana em Média que Vai para a Escola^{ab}

	Total	Trabalhadores	Não trabalhadores	<i>p</i>
Série em que estuda ^c	3,62 (2,730)	3,46 (2,521)	3,71 (2,849)	$< 0,0001$ *
Série até onde estudou ^d	3,71 (2,134)	3,61 (2,183)	3,90 (2,090)	0,604
Vezes por semana em média que vai para a escola ^e	4,86 (0,477)	4,80 (0,533)	4,90 (0,415)	$< 0,0001$ *

Nota. ^a Valores: Quarta série = 4, Quinta série = 5, Sexta série = 6, Sétima série = 8, Oitava série = 9, Primeiro ano do Ensino Médio = 1, Segundo ano do Ensino Médio = 2, Terceiro ano do Ensino Médio = 3
^b M (SD); ^c n=7006, ^d n=59, ^e n=7221. * $p < 0,01$.

Através do teste *t* de Student, realizou-se a análise das variáveis Série em que estuda, Série até onde estudou e Vezes por semana em média que vai para a escola. Constatou-se que

houve diferença estatisticamente significativa entre as médias de escolaridade entre os grupos de jovens trabalhadores e não trabalhadores. Os jovens trabalhadores apresentaram média de escolaridade inferior ($M=9,33$ e $SD= 1,463$) em relação aos jovens não trabalhadores ($M=8,94$, $SD= 1,368$) ($t=11,078$; $df=5370,2$; $p<0,0001$). Não foi constatada diferença estatisticamente significativa entre jovens trabalhadores e não trabalhadores na variável Série até onde estudou ($p=0,292$). Já em relação à variável Vezes por semana em média em que vai para a escola, constatou-se diferença estatisticamente significativa entre jovens trabalhadores e não trabalhadores, sendo a média dos trabalhadores ($M= 4,80$, $SD= 0,533$) inferior a dos não trabalhadores ($M= 4,90$, $SD= 0,415$) ($t= -8,169$; $df=4806,5$; $p<0,0001$).

Tabela 13

Percentuais (Frequências) da Variável Turno em que Freqüenta a Escola (N=7056)^a

Turno	Total	Trabalhadores	Não trabalhadores	<i>p</i>
	%(<i>f</i>)	%(<i>f</i>)	%(<i>f</i>)	
Manhã	49,7 (3510)	40,8 (1121)-	55,4 (2389)+	<0,0001*
Tarde	24,2 (1709)	14,9 (410)-	30,1 (1299)+	
Noite	25,9 (1825)	44,1 (1211)+	14,2 (614)-	
Integral	0,2 (12)	0,1 (3)	0,2 (9)	

Nota. ^a % (n). Os símbolos + e - significam respectivamente um percentual de casos maior e menor que o esperado deslocados para a categoria (+: resíduo padronizado ajustado > +1,96; -: resíduo padronizado ajustado < -1,96). * $p<0,01$.

Para análise de comparação entre os grupos na variável Turno em que freqüenta a escola, foi realizado o teste Qui-quadrado. Houve um percentual maior de jovens trabalhadores que estudam à noite (44,1%) em relação aos jovens não trabalhadores (14,2%) ($\chi^2=811,2$; $df=3$; $p<0,0001$). Já os jovens não trabalhadores apresentaram um maior percentual de freqüência à escola no turno da manhã e tarde (55,4% e 30,1%, respectivamente) em relação aos jovens trabalhadores (40,8% e 14,9%, respectivamente) ($\chi^2=811,2$; $df=3$; $p<0,0001$).

Tabela 14

Percentuais (Frequências) do Recebimento de Bolsa^a

	Total	Trabalhadores	Não trabalhadores	<i>p</i>
	%(<i>f</i>)	%(<i>f</i>)	%(<i>f</i>)	
Auxílio ^b	79,1 (5418)	80,1 (2140)	78,5 (3278)	0,053
Escola ^c	13,0 (876)	11,3 (295)-	14,0 (581)+	0,001*
Alimentação ^d	2,9 (193)	3,4 (88)+	2,5 (105)-	0,044
De estudo ^e	0,8 (55)	0,7 (18)	0,9 (37)	0,366
Agente Jovem ^f	1,8 (121)	1,5 (39)	2,0 (82)	0,144
Crédito educativo ^g	0,5 (35)	0,6 (15)	0,5 (20)	0,607

Tabela 14
Percentuais (Frequências) do Recebimento de Bolsa^a

	Total	Trabalhadores	Não trabalhadores	
	%(f)	%(f)	%(f)	<i>p</i>
Outra bolsa ^h	2,2 (148)	1,8 (47)	2,5 (101)	0,084

Nota. ^a % (n). ^b n=6849; ^c n=6740; ^d n=6734; ^e n=6737; ^f n=6736; ^g n=6737; ^h n=6679. Os símbolos + e - significam respectivamente um percentual de casos maior e menor que o esperado deslocados para a categoria (+: resíduo padronizado ajustado > +1,96; -: resíduo padronizado ajustado < -1,96). * *p*<0,01.

A partir do teste Qui-quadrado para análise entre os grupos de comparação sobre a variável Recebimento de bolsa, constatou-se que houve um percentual significativamente maior de jovens não trabalhadores que recebem Bolsa Escola (14,0%) em relação aos jovens trabalhadores (119,3%) ($\chi^2=10,445$; *df*=1; *p*<0,001). No que se refere aos demais tipos de bolsa (Auxílio, Alimentação, De estudo, Agente Jovem, Crédito educativo e Outra bolsa) não houve diferença significativa entre jovens trabalhadores e não trabalhadores (*p*>0,01).

Tabela 15
Percentuais (Frequências) do Histórico de Reprovação e Expulsão, Motivo que o/a Fez Parar de Estudar^a

	Total	Trabalhadores	Não trabalhadores	
	%(f)	%(f)	%(f)	<i>p</i>
Reprovação ^b				
Não	55,4 (3915)	48,9 (1344)-	59,6 (2571)+	<0,0001*
Uma vez	25,7 (1812)	28,6 (785)+	23,8 (1027)-	
Duas vezes	12,6 (890)	14,6 (400)+	11,4 (490)-	
Três vezes	4,4 (312)	5,6 (154)+	3,7 (158)-	
Seis vezes ou mais	0,5 (32)	0,5 (15)	0,4 (17)	
Expulsão ^c	2,8 (194)	3,2 (88)	2,5 (106)	0,062
Motivo que o/a fez parar de estudar				
Não gostava, ia mal na escola ^d	14,2 (20)	10,8 (8)	17,9 (12)	0,228
Mudou de moradia ^e	12,8 (18)	12,2 (9)	13,4 (9)	0,821
Sal de casa ^f	5,7 (8)	8,1 (6)	3,0 (2)	0,189
Não tinha vaga ^g	5,7 (8)	4,1 (3)	7,5 (5)	0,393
Precisou trabalhar ^h	12,1 (17)	20,3 (15)+	3,0 (2)-	0,002*
A escola era longe ⁱ	6,4 (9)	4,1 (3)	9,0 (6)	0,243
Não tinha dinheiro para comprar material, uniforme, etc. ^j	7,2 (10)	6,8 (5)	7,6 (5)	0,869
Foi expulso (a) ^l	5,7 (8)	9,6 (7)+	1,5 (1)-	0,039
Já concluiu os estudos ^m	39,3 (55)	46,6 (34)	31,3 (21)	0,065
Por ser deficiente ⁿ	2,1 (3)	1,4 (1)	3,0 (2)	0,510
Não lembra ^o	9,2 (13)	6,8 (5)	11,9 (8)	0,288

Tabela 15

Percentuais (Frequências) do Histórico de Reprovação e Expulsão, Motivo que o/a Fez Parar de Estudar^a (continuação)

	Total	Trabalhadores	Não trabalhadores	<i>p</i>
	% (f)	% (f)	% (f)	
Outro motivo ^p	12,5 (17)	12,5 (9)	12,5 (8)	1,000

Nota. ^a % (n); ^b n=7064; ^c n=7025; ^d n=141; ^e n=141; ^f n=141; ^g n=140; ^h n=141; ⁱ n=140; ^j n=139; ^l n=140; ^m n=140; ⁿ n=140; ^o n=141; ^p n=136. Os símbolos + e - significam respectivamente um percentual de casos maior e menor que o esperado deslocados para a categoria (+: resíduo padronizado ajustado > +1,96; -: resíduo padronizado ajustado < -1,96). * $p < 0,01$.

Para análise das diferenças entre os grupos nas variáveis Histórico de reprovação, Histórico de Expulsão e Motivos da interrupção dos estudos, realizou-se o teste Qui-quadrado. Sobre o histórico de reprovação, houve percentual significativamente maior de não trabalhadores que não tiveram vivência de reprovação (59,6%) em relação ao grupo de jovens trabalhadores (48,9%) ($\chi^2=82,242$; $df=6$; $p < 0,0001$). Já os jovens trabalhadores apresentaram percentual significativamente maior em relação ao número de reprovação, sendo que 28,6% foram reprovados uma vez, 14,6% foram reprovados duas vezes e 5,6% foram reprovados três vezes, enquanto que o grupo de jovens não trabalhadores obtiveram as respectivas percentagens 23,8%, 11,4% e 3,7% ($\chi^2=82,242$; $df=6$; $p < 0,0001$).

Não há diferença entre os(as) jovens que trabalham e os que não trabalham em relação ao histórico de expulsão da escola. A expulsão esteve presente em 3,2% dos(as) jovens que trabalham e em 2,5% dos(as) que não trabalham ($p=0,062$).

Em relação aos motivos que levaram os jovens participantes a pararem os estudos, houve um percentual significativamente maior de jovens trabalhadores que interromperam os estudos para trabalhar (20,3%) ou por terem sido expulsos da escola (9,6%) em relação aos jovens não trabalhadores, cujas respectivas percentagens foram 3,0% e 1,5% ($\chi^2=9,908$; $df=1$; $p < 0,002$).

A Avaliação da escola foi analisada a partir do teste *t* de Student. Em uma escala de 1 (muito ruim) a 5 (muito boa), a avaliação da qualidade da escola pelo grupo que não trabalha ($m = 3,49$; $SD = 0,99$) é levemente superior que a do grupo que trabalha ($m = 3,35$; $SD = 1,02$), sendo significativa ($t = 5,73$; $df = 7047$; $p < 0,0001$).

Tabela 16
Opinião Sobre a Escola^{ab}

Itens	Total	Trabalhadores	Não trabalhadores	<i>p</i>
Percepção sobre a escola atual				
Sente-se bem na escola ^c	2,53 (0,633)	2,49 (0,658)	2,56 (0,613)	<0,0001*
Gosta de ir para a escola ^d	2,55 (0,652)	2,50 (0,672)	2,58 (0,636)	<0,0001*
Gosta dos professores ^e	2,43 (0,741)	2,40 (0,741)	2,45 (0,740)	0,020
Gosta da maioria dos amigos que tem na escola ^f	2,65 (0,619)	2,64 (0,628)	2,66 (0,612)	0,076
Quer continuar os estudos nessa escola ^g	2,39 (0,798)	2,37 (0,802)	2,40 (0,794)	0,052
Pode contar com professores ou equipe escolar ^h	2,29 (0,729)	2,26 (0,741)	2,31 (0,720)	0,004*
Satisfação/Apoio				
Confia na maioria dos professores ⁱ	2,23 (0,754)	2,21 (0,763)	2,25 (0,749)	0,031
Se precisar, sabe que pode contar com a ajuda dos amigos ^j	2,41 (0,692)	2,38 (0,698)	2,43 (0,688)	0,007*
Confia nos amigos da escola ^l	2,29 (0,734)	2,27 (0,739)	2,31 (0,730)	0,067

Nota. ^a Escala tipo Likert: Discordo = 1; Não concordo nem discordo = 2; Concordo = 3; ^b Média (desvio-padrão); ^c n=6989; ^d n=7012; ^e n=6954; ^f n=6938; ^g n=6823; ^h n=6445; ⁱ n=6653; ^j n=6719; ^l n=6682. **p*<0,01.

Através do teste *t* de *Student*, realizou-se a análise das variáveis Opinião sobre a escola e Satisfação/Apoio para diferenciar os grupos. Constatou-se que houve diferença estatisticamente significativa entre jovens trabalhadores e não trabalhadores em relação à Percepção da Escola. Os jovens trabalhadores apresentaram média inferior quanto a Sentir-se bem na escola ($M=2,49$, $SD=0,658$) ($t = 4,82$; $df = 5338,4$; $p < 0,0001$), Gostar de ir para a escola ($M=2,50$, $SD= 0,672$) ($t = 4,98$; $df = 5427$; $p < 0,0001$) e Poder contar com professores ou equipe escolar ($M=2,26$, $SD=0,741$) ($t = 2,84$; $df = 6309$; $p < 0,004$) em relação a média apresentada pelos jovens não trabalhadores ($M=2,56$, $SD=0,613$; $M=2,58$, $SD=0,636$; e $M=2,31$, $SD=0,720$, respectivamente).

No que concerne a variável Satisfação/Apoio, constatou-se que houve diferença estatisticamente significativa em relação à variável que investigou se o jovem Pode contar com a ajuda dos amigos. Os jovens não trabalhadores apresentaram média superior ($M=2,43$, $SD=0,688$) ($t = 2,69$; $df = 6577$; $p < 0,007$) em relação aos jovens trabalhadores ($M=2,38$,

$SD=0,698$).

3.7.4 Análises Trabalho

Os dados sobre trabalho incluíram as variáveis Tipo de trabalho, Meio de transporte, Renda mensal média, Auxílio, Como recebe o pagamento, Periodicidade do pagamento, Horas diárias dedicadas ao trabalho, Opinião sobre questões relacionadas a trabalho, Opinião sobre influência de características para conseguir trabalho, Percepção sobre o trabalho atual e O que espera do trabalho atual.

O percentual de jovens que trabalha ou trabalhou nos últimos 12 meses desta amostra, em relação à data da coleta de dados, pode ser considerado elevado. Do total dos(as) jovens que responderam à pergunta ($n = 7189$; 96,8%), 39,2% ($n = 2820$) exerce ou exerceu alguma atividade remunerada e 60,8% ($n = 4369$) corresponde ao grupo que não trabalhou.

Tabela 17
Percentuais (Frequências) da Variável Tipo de Trabalho^a

	Total	Trabalhadores	Não trabalhadores	<i>p</i>
	%(<i>f</i>)	%(<i>f</i>)	%(<i>f</i>)	
Não trabalha e não está procurando trabalho ^b	23,5 (1658)	7,5 (210)-	34,0 (1448)+	<0,0001*
Não trabalha e está procurando trabalho ^c	40,0 (2830)	25,1 (699)-	49,7 (2131)+	<0,0001*
Trabalha com carteira assinada ^d	12,8 (900)	29,7 (826)+	1,7 (74)-	<0,0001*
Trabalha sem carteira assinada ^e	10,4 (729)	24,3 (677)+	1,2 (52)-	<0,0001*
Trabalha por conta própria ^f	5,1 (359)	9,6 (267)+	2,2 (92)-	<0,0001*
Faz bicos ^g	12,5 (878)	17,6 (489)+	9,1 (389)-	<0,0001*
Realiza trabalhos voluntários ^h	5,8 (407)	6,1 (171)	5,5 (236)	0,289
Ajuda em casa ⁱ	42,3 (2990)	30,6 (851)-	50,0 (2139)+	<0,0001*
Trabalha para outrem ^j	2,0 (143)	2,4 (66)	1,8 (77)	0,102

Nota. ^a % (n); ^b n=7047; ^c n=7073; ^d n=7042; ^e n=7037; ^f n=7036; ^g n=7034; ^h n=7037; ⁱ n=7063;

^j n=7034. Os símbolos + e - significam respectivamente um percentual de casos maior e menor que o esperado deslocados para a categoria (+: resíduo padronizado ajustado > +1,96; -: resíduo padronizado ajustado < -1,96). * $p < 0,01$.

Sobre a variável Tipo de trabalho, houve um percentual maior de jovens que não trabalham e não estão procurando trabalho (34%) em relação aos jovens que trabalham (7,5%) ($\chi^2=653,5$; $df=1$; $p < 0,0001$). Há de se observar que 7,5% dos jovens trabalhadores

responderam a esta questão o que, num primeiro momento, pode parecer incompatível, pois se eles trabalham não poderiam marcar positivamente esta resposta. Todavia, a pergunta inicial, ou seja, se o jovem trabalha ou não (questão 55) referia-se ao período atual ou até 12 meses que antecederam a coleta de dados. Nesse sentido, o jovem pode ter marcado que trabalhou nos 12 meses que antecederam a coleta de dados mas, no período em que respondeu o questionário, poderia não estar mais trabalhando e nem procurando trabalho, o que explicaria a marcação positiva da resposta.

O mesmo ocorre sobre a variável Tipo de trabalho quando se trata do jovem que não está trabalhando e está procurando trabalho. Houve um percentual maior de jovens não trabalhadores (49,7%) que não está trabalhando e está procurando trabalho em relação ao jovens trabalhadores (25,1%) ($\chi^2=425,6$; $df=1$; $p<0,0001$). Este resultado é compatível com o esperado, no momento em que é factível que o jovem não trabalhador procure trabalho enquanto que jovem que já possui trabalho não o faça.

Observou-se um percentual maior de jovens trabalhadores, em comparação ao grupo de jovens não trabalhadores, que trabalham com carteira assinada (29,7%) ($\chi^2=1177,4$; $df=1$; $p<0,0001$), trabalham sem carteira assinada (24,3%) ($\chi^2=967,7$; $df=1$; $p<0,0001$) e trabalham por conta própria (9,6%) ($\chi^2=192,07$; $df=1$; $p<0,0001$). No que se refere à realização de bicos, houve um percentual maior de jovens trabalhadores que os realizam (17,6%) ($\chi^2=109,78$; $df=1$; $p<0,0001$) em relação aos jovens não trabalhadores (9,1%) ($p <0,0001$). No caso dos jovens não trabalhadores que marcaram positivamente que fazem bicos, há de se registrar que a não formalidade do trabalho pode tê-los levado a marcarem que não trabalham, o que justificaria sua inclusão neste grupo e não no de trabalhadores. Já no que concerne a ajuda em casa, houve um percentual significativamente maior de jovens não trabalhadores (50,0%) sobre os jovens trabalhadores (30,6%) ($\chi^2=260,6$; $df=1$; $p<0,0001$). Não houve diferença significativa entre jovens trabalhadores no que se refere à realização de trabalhos voluntários e trabalhar para outrem ($p>0,01$).

Tabela 18
Percentuais (Frequências) da Variável Tipo de Trabalho^a

	Trabalhadores	
	%(f)	
Não trabalha e não está procurando trabalho ^b	4,9 (210)	
Não trabalha e está procurando trabalho ^c	16,4 (699)	
Trabalha com carteira assinada ^d	19,4 (826)	
Trabalha sem carteira assinada ^e	15,9 (677)	

Tabela 18
Percentuais (Frequências) da Variável Tipo de Trabalho^a

	Trabalhadores
	%(f)
Trabalha por conta própria ^f	6,3 (267)
Faz bicos ^g	11,5 (489)
Realiza trabalhos voluntários ^h	4,0 (171)
Ajuda em casa ⁱ	20,0 (851)
Trabalha para outrem ^j	1,6 (66)

Nota. ^a % (n); ^b n=7047; ^c n=7073; ^d n=7042; ^e n=7037; ^f n=7036; ^g n=7034; ^h n=7037; ⁱ n=7063; ^j n=7034. * $p < 0,01$.

Apesar de também se referir à variável Tipo de trabalho, os dados da tabela 18 diferenciam-se dos da tabela 17. Nesta última, ao cruzar duas variáveis, o teste Qui-quadrado anula os *missings* de ambas, diminuindo o *N* de cada variável. Já a tabela 18 propicia a visualização das percentagens dentro o grupo de trabalhadores, a qual indica que 19,4% dos trabalhadores trabalham com carteira assinada, 15,9% trabalham sem carteira assinada, 6,3% trabalham por conta própria, 11,5% fazem bicos, 4,0% realiza trabalhos voluntários, 20,0% ajuda em casa e 1,6% trabalha para outrem. Em relação às atividades remuneradas (trabalho com carteira assinada, trabalho sem carteira assinada, trabalho por conta própria e realização de bicos), é possível identificar uma porcentagem superior de jovens que trabalham informalmente (33,7%), enquanto apenas 19,4% possui carteira assinada.

Tabela 19
Percentuais (Frequências) Relativas ao Meio de Transporte Utilizado Para Ir ao Trabalho, Renda Mensal Média, Auxílio, Como Recebe o Pagamento, Periodicidade do Pagamento, Horas Diárias Dedicadas ao Trabalho^{ab}

Variável	Trabalhadores
	%(f)
Meio de transporte	
A pé ^c	32,0 (692)
Carro/Moto ^d	7,1 (154)
Coletivo ^e	50,8 (1098)
Da empresa ^f	2,3 (50)
Bicicleta ^g	12,4 (268)
Não precisa se deslocar ^h	5,5 (118)
Outro ⁱ	1,2 (25)
Renda mensal média ^j	
Até 400 reais	1866 (88,5)
De 401 a 800 reais	196 (9,3)
De 801 a 1200 reais	28 (1,3)

Tabela 19

Percentuais (Frequências) Relativas ao Meio de Transporte Utilizado Para Ir ao Trabalho, Renda Mensal Média, Auxílio, Como Recebe o Pagamento, Periodicidade do Pagamento, Horas Diárias Dedicadas ao Trabalho^{ab} (continuação)

Variável	Trabalhadores
	%(f)
Mais que 1200 reais	19 (0,9)
Auxílio do trabalho ^l	42,4 (897)
Periodicidade do pagamento ^m	
Por dia	10,3 (213)
Por semana	11,1 (229)
Por quinzena	6,8 (140)
Por mês	62,7 (1295)
Sem regularidade	4,5 (92)
Sem pagamento	4,6 (95)
Dinheiro economizado a partir do trabalho ⁿ	45,2 (947)
Horas diárias dedicadas ao trabalho ^o	
1-4	20,85 (396)
5-8	63,13 (1199)
9-12	14,00 (266)
13-16	0,789 (15)
Acima de 16	1,21 (23)

Nota^a % (n); ^b Perguntas realizadas apenas para quem está trabalhando; ^c n=2164; ^d n=2160; ^e n=2161; ^f n=2161; ^g n=2160; ^h n=2161; ⁱ n=2145; ^j n=2109; ^l n=2117; ^m n=2064; ⁿ n=2093; ^o n=1899.

Foram levantadas estatísticas descritivas das variáveis Meio de transporte, Renda mensal média, Auxílio, Como recebe o pagamento, Periodicidade do pagamento, Horas diárias dedicadas ao trabalho. Além disso, as mesmas foram investigadas apenas no grupo de jovens trabalhadores. O meio de transporte utilizado para chegar ao trabalho é basicamente o transporte coletivo e o deslocamento a pé. O transporte coletivo é utilizado por 50,8% ($n = 1098$) dos(as) jovens que trabalham, enquanto o deslocamento a pé é realizado por 32,0% ($n = 692$). Os automóveis e motos particulares são responsáveis por apenas 7,1% ($n = 154$) dos deslocamentos, número inferior ao do transporte por bicicleta (12,4%, $n = 268$). Cento e dezoito jovens (5,5%) não precisam se deslocar ao local de trabalho.

Apesar de haver um número relativamente elevado de jovens trabalhando, a remuneração desta mão de obra é baixa. Dentre os 2125 jovens que responderam à pergunta sobre o salário, 1866 (88,5%) recebem um valor inferior a R\$ 400,00 reais (US\$ 200,00, em agosto de 2007 – Yahoo finanças). O valor do salário mínimo brasileiro foi fixado em 380,00 reais em 1/4/2007 (Brasil, 2007), e algumas regiões possuem um salário mínimo regional de valor mais elevado. Portanto, os(as) jovens recebem comumente um salário inferior ao mínimo.

Mais da metade ($n = 1220$; 57,6%) dos(as) jovens que trabalha não recebe nenhum tipo de auxílio, como vale-transporte ou vale-alimentação. O valor total do recebimento é baixo, considerando que 63,13% ($n = 1199$) trabalham entre 5 e 8 horas diárias. Outros 20,85% ($n = 396$) afirmaram trabalhar até quatro horas e 14% ($n = 266$) afirmaram trabalhar entre 9 e 12 horas diárias. Os demais (2,0%; $n = 38$) afirmaram trabalhar mais de 12 horas por dia. Apesar disso, apenas 45,2% ($n = 947$) dos(as) jovens que trabalham conseguiram economizar alguma parte do dinheiro recebido.

Tabela 20

Opinião Sobre Definições de Trabalho^{ab}

Trabalho é...	Total	Trabalhadores	Não trabalhadores	<i>p</i>
produção do que é útil ^c	2,69 (0,585)	2,70 (0,576)	2,68 (0,589)	0,333
dinheiro ^e	2,59 (0,639)	2,58 (0,645)	2,59 (0,635)	0,589
honra ^d	2,48 (0,724)	2,48 (0,735)	2,48 (0,715)	0,951
atividade intelectual ^f	2,41 (0,705)	2,43 (0,701)	2,39 (0,707)	0,046
esforço ^g	2,16 (0,827)	2,21 (0,825)	2,13 (0,825)	<0,0001*
emprego ^h	2,14 (0,813)	2,12 (0,828)	2,16 (0,803)	0,102
obrigação religiosa ⁱ	2,12 (0,841)	2,12 (0,848)	2,13 (0,836)	0,781
saúde ^j	1,83 (0,800)	1,86 (0,813)	1,80 (0,790)	0,002*
identidade ^l	1,80 (0,787)	1,85 (0,798)	1,76 (0,777)	<0,0001*
mercadoria ^m	1,76 (0,793)	1,83 (0,816)	1,72 (0,772)	<0,0001*

Nota. ^a Escala tipo Likert: *Discordo = 1; Não concordo nem discordo = 2; Concordo = 3*; ^b M (SD); ^c n=6897; ^d n=6697; ^e n=6805; ^f n=6624; ^g n=6896; ^h n=6781; ⁱ n=6874; ^j n=6620; ^l n=6433; ^m n=6534. * $p < 0,01$.

A média da amostra total em relação às definições de trabalho apresentou-se na seguinte ordem decrescente: produção do que é útil ($M = 2,69$), dinheiro ($M = 2,59$), honra ($M = 2,48$), atividade intelectual ($M = 2,41$), esforço ($M = 2,16$), emprego ($M = 2,14$), obrigação religiosa ($M = 2,12$), saúde ($M = 1,83$), identidade ($M = 1,80$) e mercadoria ($M = 1,76$). Através do teste *t* de Student sobre a variável Opinião sobre definições de trabalho, constatou-se que houve diferença estatisticamente significativa entre as médias de opinião sobre questões relacionadas a trabalho entre jovens trabalhadores e não trabalhadores. Em relação ao grupo de jovens trabalhadores, a média destes foi superior nos seguintes casos: 2,21 ($SD = 0,825$) entende trabalho como esforço ($t = 3,76$; $df = 6743$; $p < 0,0001$), 1,83 ($SD = 0,816$) como mercadoria ($t = 5,305$; $df = 5108,9$; $p < 0,0001$), 1,85 ($SD = 0,798$) como identidade ($t = 4,25$; $df = 6296$; $p < 0,0001$) e 1,86 ($SD = 0,813$) como saúde ($t = 3,13$; $df = 6479$; $p = 0,0002$). Já no grupo de jovens não trabalhadores, 2,13 ($SD = 0,825$) entende trabalho como esforço, 1,72 ($SD = 0,772$) como mercadoria, 1,76 ($SD = 0,777$), identidade e 1,80 ($SD = 0,790$) saúde. Nos

demais não houve diferença estatisticamente significativa entre os grupos (trabalho como produção do que é útil, como obrigação religiosa, como emprego, como honra, como mercadoria, como atividade intelectual e como dinheiro; $p > 0,01$).

Tabela 21

Opinião Sobre Influência de Características Para Conseguir Trabalho^{ab}

	Total	Trabalhadores	Não trabalhadores	<i>p</i>
Ser casado ^c	2,00 (0,496)	2,00 (0,509)	2,00 (0,486)	0,924
Ser solteiro ^d	2,33 (0,515)	2,33 (0,523)	2,33 (0,510)	0,890
Ser branco ^e	2,32 (0,497)	2,30 (0,486)	2,33 (0,501)	0,005*
Ser indígena ^f	1,83 (0,487)	1,84 (0,478)	1,83 (0,489)	0,308
Ser mestiço ^g	1,92 (0,423)	1,94 (0,407)	1,90 (0,430)	0,002*
Ser negro ^h	1,73 (0,541)	1,75 (0,530)	1,72 (0,546)	0,038*
Ser oriental ⁱ	2,08 (0,513)	2,07 (0,509)	2,09 (0,514)	0,309
Saber ler e escrever ^j	2,78 (0,538)	2,76 (0,553)	2,79 (0,528)	0,059
Ter o ensino fundamental completo (1o grau) ^l	2,65 (0,653)	2,66 (0,645)	2,65 (0,658)	0,369
Ter o ensino médio completo (2o grau) ^m	2,86 (0,411)	2,87 (0,387)	2,86 (0,424)	0,121
Ter um curso de nível superior completo (universitário) ⁿ	2,88 (0,385)	2,88 (0,379)	2,88 (0,386)	0,907
Estar estudando ^o	2,34 (0,779)	2,39 (0,766)	2,31 (0,787)	<0,0001*
Estar sem estudar ^p	1,66 (0,797)	1,67 (0,797)	1,64 (0,794)	0,120
Morar perto do local de trabalho ^q	2,66 (0,572)	2,66 (0,566)	2,67 (0,575)	0,977
Ter experiência de trabalho anterior ^r	2,84 (0,427)	2,85 (0,412)	2,83 (0,436)	0,109
Ter a indicação de um amigo ^s	2,71 (0,518)	2,72 (0,509)	2,70 (0,525)	0,091
Ser indicado por uma instituição (igreja, ONG) ^t	2,45 (0,645)	2,45 (0,652)	2,45 (0,641)	0,953
Ter filhos ^u	1,71 (0,632)	1,71 (0,622)	1,70 (0,637)	0,365
Ter alguma deficiência (física, visual, auditiva, mental) ^v	1,50 (0,641)	1,52 (0,641)	1,50 (0,640)	0,199
Ser homem ^w	2,22 (0,500)	2,22 (0,484)	2,21 (0,508)	0,551
Ser mulher ^x	2,22 (0,524)	2,21 (0,523)	2,22 (0,523)	0,914
Ter feito algum curso profissionalizante ^y	2,86 (0,402)	2,87 (0,390)	2,86 (0,407)	0,393
Saber lidar com computadores e informática ^z	2,88 (0,397)	2,89 (0,370)	2,87 (0,411)	0,060
Saber outro idioma além do português ^{AA}	2,80 (0,474)	2,80 (0,472)	2,80 (0,472)	0,907
Ser heterossexual ^{bb}	2,28 (0,639)	2,27 (0,641)	2,29 (0,636)	0,343
Ser homossexual ^{cc}	1,74 (0,669)	1,74 (0,664)	1,74 (0,670)	0,994
Ser jovem ^{dd}	2,25 (0,717)	2,25 (0,710)	2,25 (0,720)	0,791
Ser idoso ^{ee}	1,65 (0,759)	1,63 (0,749)	1,65 (0,764)	0,494
Gozar de boa saúde ^{ff}	2,52 (0,696)	2,56 (0,668)	2,49 (0,710)	<00001*

Tabela 21

Opinião Sobre Influência de Características Para Conseguir Trabalho^{ab} (continuação)

	Total	Trabalhadores	Não trabalhadores	<i>p</i>
Ter dentes bem cuidados ^{gg}	2,52 (0,695)	2,54 (0,691)	2,51 (0,696)	0,056
Estar grávida ^{hh}	1,55 (0,777)	1,55 (0,784)	1,55 (0,773)	0,941
Ter cumprido o serviço militar obrigatório ⁱⁱ	2,47 (0,648)	2,50 (0,642)	2,45 (0,649)	0,002*
Ter todos os documentos ^{jj}	2,78 (0,457)	2,79 (0,441)	2,77 (0,464)	0,139
Ter conta bancária ^{ll}	2,40 (0,534)	2,40 (0,531)	2,40 (0,536)	0,956
Ter uma religião ^{mmm}	2,26 (0,518)	2,29 (0,524)	2,25 (0,514)	0,006*
Usar roupas novas e bem cuidadas ⁿⁿ	2,70 (0,491)	2,70 (0,483)	2,70 (0,495)	0,570
Mostrar que precisa de trabalho ^{oo}	2,68 (0,541)	2,69 (0,527)	2,67 (0,548)	0,137
Mostrar que tem competência ^{pp}	2,90 (0,343)	2,91 (0,311)	2,89 (0,359)	0,012

Nota. ^a Escala tipo Likert: *Atrapalha=1, Não interfere=2, Ajuda=3*; ^b M (SD); ^c n=6893, ^d n=6924, ^e n=6827, ^f n=6762, ^g n=6779, ^h n=6742, ⁱ n=6611, ^j n=6820, ^k n=6703, ^m n=6640; ⁿ n=6591; ^o n=6485; ^p n=6529; ^q n=6734; ^r n=6754; ^s n=6696; ^t n=6618; ^u n=6615; ^v n=6574; ^w n=6702; ^x n=6701; ^y n=6767; ^z n=6779; ^{aa} n=6687; ^{bb} n=6573; ^{cc} n=6550; ^{dd} n=6567; ^{ee} n=6603; ^{ff} n=6587; ^{gg} n=6577; ^{hh} n=6536; ⁱⁱ n=6632; ^{jj} n=6697; ^{ll} n=6673; ^{mmm} n=6655; ⁿⁿ n=6683; ^{oo} n=6661, ^{pp} n=6713. **p*<0,01.

No que concerne a Opinião Sobre Influência de Características Para Conseguir Trabalho, constatou-se, a partir do teste *t* de Student, que houve diferença estatisticamente significativa entre as médias dos grupos de comparação. A média do grupo de trabalhadores foi superior em relação à influência de ser mestiço ($M=1,94$, $SD=0,407$) ($t=3,17$; $df=5708,5$; $p=0,002$), ser negro ($M=1,75$, $SD=0,530$) ($t=2,07$; $df=5598,2$; $p=0,038^5$), estar estudando ($M=2,39$, $SD=0,766$) ($t=3,97$; $df=6340$; $p < 0,0001$), gozar de boa saúde ($M=2,56$, $SD=0,668$) ($t=4,02$; $df=5603,4$; $p < 0,0001$), ter cumprido o serviço militar obrigatório ($M=2,50$, $SD=0,642$) ($t=3,17$; $df=6489$; $p=0,002$) e ter uma religião ($M=2,29$, $SD=0,524$) ($t=2,74$; $df=5312,8$; $p=0,006$) em relação ao grupo de jovens não trabalhadores, cujas respectivas médias foram $M=1,90$ ($SD=0,430$), $M=1,72$ ($SD=0,546$), $M=2,31$ ($SD=0,787$), $M=2,49$ ($SD=0,710$), $M=2,45$ ($SD=0,649$) e $M=2,25$ ($SD=0,514$). O grupo de jovens não trabalhadores apresentou média superior apenas em relação à influência de ser branco ($M=2,33$, $SD=0,501$) ($t=2,82$; $df=5615,7$; $p=0,005$) em relação ao grupo de jovens trabalhadores ($M=2,30$, $SD=0,486$). As demais variáveis não apresentaram diferença estatisticamente significativa ($p>0,01$).

⁵ Nível de significância limítrofe ($p=0,038$), considerado por se tratar de dado importante para discussão do estudo

Tabela 22
Percepção sobre o trabalho atual^{ab}

	Total	Trabalhadores	Não trabalhadores	<i>p</i>
Aprendizagem contínua ^c	2,77 (0,531)	2,76 (0,541)	2,79 (0,504)	0,164
Trabalho repetitivo ^d	1,83 (0,791)	1,82 (0,804)	1,85 (0,762)	0,360
Boas relações com colegas ^e	2,69 (0,562)	2,71 (0,553)	2,66 (0,578)	0,029
Trabalho demais ^f	1,91 (0,753)	1,91 (0,768)	1,91 (0,720)	0,926
Trabalho desafiador e variado ^g	2,06 (0,772)	2,06 (0,789)	2,08 (0,737)	0,444
Trabalho por necessidade e sem prazer ^h	1,65 (0,765)	1,62 (0,769)	1,70 (0,754)	0,007*
Trabalho com horários inconvenientes ⁱ	1,76 (0,782)	1,71 (0,790)	1,85 (0,758)	<0,0001*
Trabalho com estabilidade ^j	2,09 (0,816)	2,11 (0,832)	2,06 (0,784)	0,143
Trabalho além das qualificações ^k	2,00 (0,820)	1,93 (0,829)	2,14 (0,783)	<0,0001*
Trabalho valorizado ^m	2,36 (0,743)	2,34 (0,754)	2,40 (0,713)	0,045
Trabalho com gestão autoritária e inflexível ⁿ	1,92 (0,826)	1,87 (0,817)	2,03 (0,832)	<0,0001*
Trabalho mal remunerado ^o	1,88 (0,817)	1,83 (0,821)	1,99 (0,797)	<0,0001*
Trabalho vergonhoso ^p	1,44 (0,707)	1,41 (0,697)	1,51 (0,717)	<0,0001*
Trabalho seguro e confortável ^q	2,29 (0,755)	2,30 (0,763)	2,28 (0,734)	0,647

Nota. ^a Escala tipo Likert: *Discordo = 1; Não concordo nem discordo = 2; Concordo = 3*; ^b M (SD); ^c n=3094, ^d n=2985, ^e n=2961, ^f n=2885, ^g n=2848, ^h n=2769, ⁱ n=2739, ^j n=2754, ^k n=2802, ^m n=2791, ⁿ n=2799; ^o n=2800; ^p n=2782; ^q n=2808. **p*<0,01.

No que se refere à Percepção sobre o trabalho atual, há de se registrar que a questão foi realizada tanto pelo grupo de jovens trabalhadores quanto pelo o grupo de jovens não trabalhadores. Nesse sentido, pode-se pensar que os jovens não trabalhadores responderam a questão a partir da percepção que possuem sobre trabalho, pautados na experiência de outras pessoas, diferente dos jovens trabalhadores que, provavelmente, partiram de sua própria experiência. A partir do teste *t* de *Student*, constatou-se que existe diferença estatisticamente significativa entre as médias do grupo de jovens trabalhadores e não trabalhadores. A média do grupo de jovens não trabalhadores foi superior em relação a trabalho por necessidade e sem prazer ($M=1,70$, $SD=0,754$) ($t=2,69$; $df=2719$; $p=0,007$), com horários inconvenientes ($M=1,85$, $SD=0,758$) ($t=4,39$; $df=1753,8$; $p <0,0001$), além das qualificações ($M=2,14$, $SD=0,783$) ($t=6,42$; $df=2756$; $p <0,0001$), com gestão autoritária e inflexível ($M=2,03$, $SD=0,832$) ($t=8,375$; $df=5251$ $p <0,0001$), mal remunerado ($M=1,99$, $SD=0,797$) ($t=4,71$; $df=1696,9$; $p <0,0001$) e vergonhoso ($M=1,51$, $SD=0,717$) ($t=3,60$; $df=1617$; $p <0,0001$). Para estas mesmas questões, a média do grupo de trabalhadores foi, respectivamente, $M=1,62$ (0,769), $M=1,71$ (0,790), $M=1,93$ (0,829), $M=1,87$ (0,817), $M=1,83$ (0,821) e $M=1,41$ (0,697). As demais variáveis não apresentaram diferença estatisticamente significativa ($p>0,01$).

Tabela 23
O Que Espera do Trabalho Atual^{ab}

	Total	Trabalhadores	Não trabalhadores	<i>p</i>
Oportunidades de aprender coisas ^c	2,86 (0,429)	2,80 (0,492)	2,90 (0,373)	<0,0001*
Possibilidade de crescimento profissional ^d	2,90 (0,357)	2,87 (0,412)	2,93 (0,305)	<0,0001*
Boas relações com os colegas ^e	2,83 (0,447)	2,77 (0,528)	2,88 (0,370)	<0,0001*
Mesma jornada diária ^f	2,61 (0,610)	2,56 (0,661)	2,65 (0,568)	<0,0001*
Horários convenientes ^g	2,60 (0,636)	2,47 (0,723)	2,68 (0,553)	<0,0001*
Possibilidade de pensar, tomar decisões, sugerir e criar ^h	2,76 (0,514)	2,69 (0,582)	2,81 (0,457)	<0,0001*
Garantia de satisfação pessoal ⁱ	2,78 (0,494)	2,74 (0,536)	2,80 (0,459)	<0,0001*
Garantia de estabilidade ^j	2,74 (0,548)	2,69 (0,591)	2,78 (0,512)	<0,0001*
Ter tarefas que possa realizar com segurança ^k	2,79 (0,488)	2,74 (0,539)	2,82 (0,446)	<0,0001*
Saber que meu trabalho é valorizado ^m	2,81 (0,464)	2,80 (0,477)	2,82 (0,453)	0,113
Dar sugestões e perceber que são aceitas ⁿ	2,78 (0,486)	2,77 (0,507)	2,80 (0,470)	0,021
Boa remuneração ^o	2,87 (0,390)	2,84 (0,435)	2,89 (0,354)	<0,0001*
Ter orgulho do que faz ^p	2,86 (0,416)	2,81 (0,485)	2,90 (0,354)	<0,0001*
Trabalho salubre e seguro ^q	2,87 (0,411)	2,80 (0,507)	2,91 (0,321)	<0,0001*

Nota. ^a Escala tipo Likert: Discordo = 1; Não concordo nem discordo = 2; Concordo = 3; ^b M (SD); ^c n=6083, ^d n=6123, ^e n=6069, ^f n=6002, ^g n=5980, ^h n=5985, ⁱ n=5947, ^j n=5976, ^k n=5968, ^m n=5980, ⁿ n=5963, ^o n=6003; ^p n=6006; ^q n=6016. **p*<0.01.

A questão sobre Expectativas quanto ao trabalho atual também foi realizadas tanto para o grupo de trabalhadores quanto para o grupo de não trabalhadores. Neste caso, os jovens trabalhadores provavelmente registraram suas expectativas em relação à atuação profissional do momento, enquanto que os jovens não trabalhadores em relação a sua atuação profissional futura. A partir do teste t de *Student*, constatou-se que existe diferença estatisticamente significativa entre as médias do grupo de jovens trabalhadores e não trabalhadores. A média do grupo de jovens não trabalhadores foi superior em relação a Oportunidades de aprender coisas ($M=2,90$, $SD=0,373$) ($t=7,97$; $df=4444,3$; $p <0,0001$), Possibilidade de crescimento profissional ($M=2,93$, $SD=0,305$) ($t=6,24$; $df=4370,5$; $p <0,0001$), Boas relações com os colegas ($M=2,88$, $SD=0,370$) ($t=8,81$; $df=4150,5$; $p <0,0001$), Mesma jornada diária ($M=2,88$, $SD=0,370$) ($t=5,50$; $df=4774,5$; $p <0,0001$), Horários convenientes ($M=2,65$, $SD=0,568$) ($t=11,9$; $df=4360$; $p <0,0001$), Possibilidade de pensar, tomar decisões, sugerir e criar ($M=2,68$, $SD=0,553$) ($t=8,44$; $df=4442,9$; $p <0,0001$), Garantia de satisfação pessoal ($M=2,80$, $SD=0,459$) ($t=4,97$; $df=4712,5$; $p <0,0001$), Garantia de estabilidade ($M=2,78$, $SD=0,512$) ($t=5,80$; $df=4742,8$; $p <0,0001$), Ter tarefas que possa realizar com segurança ($M=2,82$,

$SD=0,446$) ($t=6,62$; $df=4624$; $p < 0,0001$), Boa remuneração ($M=2,89$, $SD=0,354$) ($t=4,79$; $df=4557,3$; $p < 0,0001$), Ter orgulho do que faz ($M=2,90$, $SD=0,354$) ($t=7,97$; $df=4204,8$; $p < 0,0001$) e Trabalho salubre e seguro ($M=2,91$, $SD=0,321$) ($t=9,70$; $df=3820,8$; $p < 0,0001$). Para estas mesmas questões, a média do grupo de trabalhadores foi, respectivamente, $M=2,80$ (0,492), $M=2,87$ (0,412), $M=2,77$ (0,528), $M=2,56$ (0,661), $M=2,47$ (0,723), $M=2,69$ (0,582), $M=2,74$ (0,536), $M= 2,69$ (0,591), $M= 2,74$ (0,539), $M= 2,84$ (0,435), $M= 2,81$ (0,485) e $M= 2,80$ (0,507). As demais questões (Saber que meu trabalho é valorizado, Dar sugestões e perceber que são aceitas) não apresentaram diferenças estatisticamente significativas entre os grupos ($p>0,01$).

3.7.5 Análises Violência

Os dados sobre violência englobam as variáveis Experimentação/Uso de Drogas na Vida, Como conseguiu drogas ilícitas, Tentativa de suicídio, Como tentou se matar, Motivo que o levou a tentar se matar, Violência doméstica e Violência na comunidade.

Tabela 24

Percentuais (Frequências) de Experimentação/Uso de Drogas na Vida ^a

Droga	Total	Trabalhadores	Não trabalhadores	<i>p</i>
	%(<i>f</i>)	%(<i>f</i>)	%(<i>f</i>)	
Vinho ou cerveja ^b	78,9 (5321)	83,7 (2192)+	75,9 (3129)-	<0,0001*
Outra bebida alcoólica ^c	47,4 (3075)	54,5 (1358)+	42,9 (1717)-	<0,0001*
Cigarro comum ^d	29,2 (1904)	34,4 (868)+	25,9 (1036)-	<0,0001*
Maconha ^e	7,8 (505)	10,4 (260)+	6,2 (245)-	<0,0001*
Haxixe ^f	1,0 (64)	1,4 (35)+	0,7 (29)-	0,007*
Cola ^g	2,0 (128)	2,9 (71)+	1,4 (57)-	<0,0001*
Loló ^h	4,5 (291)	5,8 (142)+	3,8 (149)-	<0,0001*
Lança ⁱ	2,6 (166)	3,4 (84)+	2,1 (82)-	0,001*
Cocaína ^j	2,8 (179)	4,2 (104)+	1,9 (75)-	<0,0001*
Crack ^l	1,5 (98)	2,4 (58)+	1,0 (40)-	<0,0001*
Remédios ^m	19,2 (1223)	20,2 (493)	18,5 (730)	0,107
Chás ⁿ	17,8 (1134)	18,7 (457)	17,2 (677)	0,063
Outra ^o	1,0 (57)	1,5 (31)	0,8 (26)	0,011

Nota. ^a % (n); ^b n=6741; ^c n=6493; ^d n=6513; ^e n=6472; ^f n=6414; ^g n=6424; ^h n=6429; ⁱ n=6419; ^j n=6423; ^l n=6403; ^m n=6384; ⁿ n=6373; ^o n=5434. Os símbolos + e - significam respectivamente um percentual de casos maior e menor que o esperado deslocados para a categoria (+: resíduo padronizado ajustado > +1,96; -: resíduo padronizado ajustado < -1,96). * $p<0,01$

O teste Qui-quadrado, conforme pode ser observado na Tabela X, indicou que o grupo de jovens trabalhadores possui um percentual significativamente maior de experimentação de todas as drogas pesquisadas ($p < 0,01$) do que os(as) jovens que não trabalham: Vinho ou cerveja ($\chi^2 = 58,39$; $df = 1$; $p < 0,0001$), Outra bebida alcoólica ($\chi^2 = 83,51$; $df = 1$; $p < 0,0001$), Cigarro comum ($\chi^2 = 53,94$; $df = 1$; $p < 0,0001$), Maconha ($\chi^2 = 39,28$; $df = 1$; $p < 0,0001$), Haxixe ($\chi^2 = 7,33$; $df = 1$; $p = 0,007$), Cola ($\chi^2 = 16,27$; $df = 1$; $p < 0,0001$), Loló ($\chi^2 = 13,96$; $df = 1$; $p < 0,0001$), Lança ($\chi^2 = 10,81$; $df = 1$; $p = 0,001$), Cocaína ($\chi^2 = 30,55$; $df = 1$; $p < 0,0001$) e Crack ($\chi^2 = 18,20$; $df = 1$; $p < 0,0001$). As únicas substâncias que não apresentaram diferença significativa entre os que trabalham e os que não trabalham foram os remédios, os chás e outras drogas ($p > 0,01$).

Tabela 25

Percentagens (Frequências) Sobre Como Conseguiu Drogas Ilícitas^a

	Total	Trabalhadores	Não trabalhadores	<i>p</i>
	% (f)	% (f)	% (f)	
Pediu/ganhou ^b	39,9 (517)	39,2 (248)	40,5 (269)	0,624
Comprou pessoalmente ^c	47,8 (621)	49,4 (313)	46,4 (308)	0,282
Pediu para outra pessoa comprar ^d	15,5 (201)	12,8 (81)-	18,1 (120)+	0,008 *
Outros ^e	12,5 (160)	13,3 (83)	11,8 (77)	0,415

Nota. ^a % (n); ^b n=1297; ^c n=1298; ^d n=1296; ^e n=1275. Os símbolos + e - significam respectivamente um percentual de casos maior e menor que o esperado deslocados para a categoria (+: resíduo padronizado ajustado > +1,96; -: resíduo padronizado ajustado < -1,96). * $p < 0,01$

A partir da realização do teste Qui-quadrado, analisou-se a variável Como conseguiu drogas. Conforme a Tabela AA, houve um percentual significativamente maior de jovens não trabalhadores que informaram terem conseguido drogas ilícitas (18,1%), porque pediram para outra pessoa comprar a droga em relação aos jovens trabalhadores (12,8%) ($\chi^2 = 0,240$; $df = 1$; $p = 0,008$). Nas demais variáveis não houve diferença significativa ($p > 0,01$). Apesar disso, há de se registrar que, ainda que não se tenha observado diferença estatisticamente significativa, um número superior de jovens trabalhadores compra a droga ilícita pessoalmente, enquanto que os jovens não trabalhadores tendem a pedir/ganhar a substância.

Tabela 26

Percentagens (Frequências) de Tentativa de Suicídio, Como Tentou Se Matar, Motivo que o Levou a Tentar se Matar ^a

	Total	Trabalhadores	Não trabalhadores	<i>p</i>
	% (f)	% (f)	% (f)	
Tentativa de suicídio ^b				
Sim	9,3 (606)	11,2 (287)	8,0 (319)	<0,0001*
Como tentou se matar				
Objeto cortante ^c	34,2 (200)	32,1 (88)	36,0 (112)	0,322
Revólver ^d	5,0 (29)	6,6 (18)	3,5 (11)	0,092
Enforcamento ^e	13,0 (76)	10,9 (30)	14,8 (46)	0,168
Substâncias químicas ^f	51,5 (301)	52,4 (143)	50,8 (158)	0,704
Acidente com veículos ^g	8,5 (50)	8,8 (24)	8,4 (26)	0,863
Queda provocada ^h	11,1 (65)	12,0 (33)	10,3 (32)	0,500
Com fogo ⁱ	2,7 (16)	2,6 (7)	2,9 (9)	0,802
Outro método ^j	7,4 (43)	7,8 (21)	7,1 (22)	0,736
Motivo que o levou a tentar se matar				
Falta de sentido para viver ^l	55,3 (326)	57,2 (158)	53,5 (168)	0,362
Desilusão amorosa ^m	30,2 (178)	31,5 (87)	29,0 (91)	0,502
Dificuldades financeiras ⁿ	10,3 (61)	10,5 (29)	10,2 (32)	0,900
Vício em drogas ^o	2,0 (12)	1,8 (5)	2,2 (7)	0,720
Problemas na família ^p	56,1 (331)	52,5 (145)	59,2 (186)	0,102
Outros ^q	8,6 (50)	7,8 (21)	9,3 (29)	0,531
Maior medo				
Perder alguém que ama ^r	84,9 (5860)	83,3 (2229)-	85,9 (3631)+	0,003*
Morrer ^s	32,9 (2271)	31,2 (837)	33,9 (1434)	0,020
Sofrer acidente ^t	32,6 (2252)	30,7 (824)-	33,8 (1428)+	0,008*
Sofrer violência ^u	40,8 (2821)	36,9 (989)-	43,4 (1832)+	<0,0001*
Não ter emprego ^v	29,5 (2035)	28,9 (774)	29,8 (1261)	0,391
Ficar sozinho ^w	41,7 (2884)	41,0 (1098)	42,3 (1786)	0,287
Outro ^x	4,5 (304)	3,9 (102)	4,8 (202)	0,057

Nota. ^a % (n); ^b n=6538; ^c n=585; ^d n=585; ^e n=585; ^f n=584; ^g n=585; ^h n=585; ⁱ n=575; ^j n=578;

^l n=590; ^m n=590; ⁿ n=590; ^o n=590; ^p n=590; ^q n=582; ^r n=6905; ^s n=6909; ^t n=6908; ^u n=6906;

^o n=6905; ^w n=6908; ^x n=6831. Os símbolos + e - significam respectivamente um percentual de casos maior e menor que o esperado deslocados para a categoria (+: resíduo padronizado ajustado > +1,96; -: resíduo padronizado ajustado < -1,96). * *p*<0,01

A partir do teste Qui-quadrado, as variáveis Tentativa de Suicídio, Como tentou se matar e Motivo que o levou a tentar se matar foram analisadas para verificar diferenças entre os grupos. No que se refere à Tentativa de suicídio, houve um percentual significativamente maior de jovens trabalhadores (11,2%) que a realizaram em relação aos jovens não

trabalhadores (8,0%) ($\chi^2=18,36$; $df=1$; $p<0,0001$). Não houve diferença estatisticamente significativa no que tange a forma e o motivo que os levaram a tentar suicídio ($p>0,01$).

Em relação ao maior medo que possuem, houve um percentual superior de jovens não trabalhadores que possuem medo de perder alguém que amam (85,9%) ($\chi^2=8,73$; $df=1$; $p=0,003$), sofrer acidente (33,8%) ($\chi^2=6,94$; $df=1$; $p=0,008$) e sofrer violência (43,4%) ($\chi^2=28,23$; $df=1$; $p=0,0001$) em relação aos jovens trabalhadores, cujas respectivas percentagens foram 83,3%, 30,7% e 36,9%. Não houve diferença estatisticamente significativa nas demais variáveis referentes ao maior medo ($p>0,01$).

Tabela 27

Violência Doméstica, Violência na Comunidade^{ab}

	Total	Trabalhadores	Não trabalhadores	<i>p</i>
<i>Violência doméstica</i>				
Gritou ou deu bronca exagerada ^c	2,49 (1,229)	2,48 (1,248)	2,51 (1,220)	0,340
Fez ameaças de bater ^d	1,90 (1,100)	1,91 (1,108)	1,90 (1,096)	0,843
Soco, tapa, empurrão ^e	1,49 (0,880)	1,53 (0,914)	1,48 (0,861)	0,030
Ameaçou com objeto ^f	1,19 (0,607)	1,21 (0,652)	1,17 (0,576)	0,028
Agrediu com objeto ^g	1,12 (0,485)	1,15 (0,559)	1,10 (0,432)	<0,0001*
Ameaçou com arma ^h	1,05 (0,313)	1,06 (0,336)	1,04 (0,297)	0,081
Agrediu com arma ⁱ	1,03 (0,259)	1,04 (0,275)	1,03 (0,251)	0,224
Tentou mexer no corpo ^j	1,08 (0,402)	1,09 (0,422)	1,07 (0,382)	0,034
Mexeu de fato no corpo ^l	1,06 (0,374)	1,07 (0,407)	1,05 (0,347)	0,044
Teve relação sexual forçada ^m	1,04 (0,307)	1,05 (0,321)	1,04 (0,303)	0,326
Ameaçou de castigo ⁿ	1,73 (1,050)	1,71 (1,062)	1,75 (1,043)	0,200
Deu castigo ^o	1,68 (0,999)	1,68 (1,017)	1,68 (0,986)	0,821
<i>Violência na comunidade</i>				
Gritou ou deu bronca exagerada ^p	1,45 (0,830)	1,48 (0,874)	1,42 (0,801)	0,010
Fez ameaças de bater ^q	1,28 (0,657)	1,34 (0,722)	1,24 (0,609)	<0,0001*
Soco, tapa, empurrão ^r	1,18 (0,539)	1,23 (0,604)	1,15 (0,497)	<0,0001*
Ameaçou com objeto ^s	1,07 (0,372)	1,10 (0,432)	1,06 (0,335)	<0,0001*
Agrediu com objeto ^t	1,05 (0,325)	1,07 (0,412)	1,03 (0,262)	<0,0001*
Ameaçou com arma ^u	1,06 (0,332)	1,08 (0,381)	1,05 (0,296)	0,001*
Agrediu com arma ^v	1,03 (0,252)	1,04 (0,304)	1,02 (0,213)	0,017
Tentou mexer no corpo ^w	1,08 (0,388)	1,09 (0,435)	1,07 (0,358)	0,027
Mexeu de fato no corpo ^x	1,05 (0,314)	1,06 (0,349)	1,04 (0,292)	0,019
Teve relação sexual forçada ^y	1,02 (0,199)	1,02 (0,211)	1,02 (0,194)	0,154
Ameaçou de castigo ^z	1,12 (0,453)	1,13 (0,493)	1,10 (0,427)	0,017
Deu castigo ^{aa}	1,11 (0,450)	1,12 (0,471)	1,10 (0,438)	0,052

Nota. ^a Escala tipo Likert: Nunca=1, Muito raramente=2, Raramente=3, Frequentemente=4, Muito frequentemente=5; ^b M (SD); ^c n=6327; ^d n=6284; ^e n=6253; ^f n=6210; ^g n=6199; ^h n=6244; ⁱ n=6227; ^j n=6234; ^l n=6227; ^m n=6211; ⁿ n=6190; ^o n=6172; ^p n=6157; ^q n=6148; ^r n=6141; ^s n=6115; ^t n=6118; ^u

n=6139; ^v n=6130; ^w n=6130; ^x n=6127; ^y n=6126; ^z n=6106; ^{aa} n=6091. Os símbolos + e - significam respectivamente um percentual de casos maior e menor que o esperado deslocados para a categoria (+: resíduo padronizado ajustado > +1,96; -: resíduo padronizado ajustado < -1,96). * $p < 0,01$

Através do Teste t de *Student* foram analisadas as variáveis Violência doméstica, Violência na comunidade. Constatou-se que houve diferença significativa entre as médias de frequência com que jovens trabalhadores e não trabalhadores sofrem Violência doméstica e Violência na comunidade. Em relação à primeira, jovens trabalhadores vivenciam média de frequência maior de agressão com objetos ($M=1,15$, $SD= 0,559$) ($t=4,07$; $df=3979,1$; $p < 0,0001$) em relação aos jovens não trabalhadores ($M=1,10$, $SD= 0,432$). Em relação à segunda, jovens trabalhadores vivenciam média de frequência maior de gritos ou bronca exagerada, ($M=1,48$, $SD= 0,874$) ($t=2,57$; $df=4480,9$; $p=0,010$), ameaças de serem agredidos ($M=1,34$, $SD= 0,722$) ($t=5,4$; $df=4187,7$; $p < 0,0001$), de sofrer soco, tapa, empurrão ($M=1,23$, $SD= 0,604$) ($t=5,06$; $df=4101,5$; $p < 0,0001$), ameaças com objeto ($M=1,10$, $SD= 0,432$) ($t=3,80$; $df=399,1$; $p < 0,0001$), agressão com objeto ($M=1,07$, $SD= 0,412$) ($t=3,7$; $df=3387,6$; $p < 0,0001$) e ameaça com arma ($M=1,08$, $SD= 0,381$) ($t=3,2$; $df=3920,3$; $p < 0,0001$). Para as mesmas variáveis, as médias dos jovens não trabalhadores foram, respectivamente, $M=1,24$ ($SD= 0,609$), $M=1,15$ ($SD= 0,497$), $M=1,06$ ($SD= 0,335$), $M=1,03$ ($SD= 0,262$) e $M=1,05$ ($SD= 0,296$). Nas demais variáveis, não foi constatada diferença estatisticamente significativa ($p > 0,01$).

3.8 Discussão

O Estudo II, para a compreensão da relação trabalho e juventude brasileira, utilizou a Abordagem Bioecológica do Desenvolvimento Humano como uma lente complementar às abordagens teóricas que, tradicionalmente, têm se dedicado a estudar a esfera do trabalho na vida das pessoas. Trata-se de uma perspectiva desenvolvimental, que pode contribuir para a compreensão das interações dos jovens com seu trabalho.

O desenvolvimento é definido como um fenômeno de continuidade e mudança nas características biopsicológicas dos seres humanos, tanto individualmente quanto em grupo (Bronfenbrenner, 2005). Partindo deste conceito, o trabalho pode ser apontado como elemento central no ciclo vital, pois assume papel de relevância enquanto meio de sobrevivência, inserção social e construção de identidade.

A partir dos dados apresentados, foi possível constatar que existe um contingente significativo de jovens trabalhadores no Brasil. Todavia, evidenciou-se um contexto precário de trabalho, caracterizado por remuneração baixa e pouco ou nenhum auxílio, como vale-

transporte e vale-alimentação, além de longas jornadas de trabalho. Esta realidade dos jovens está inserida num contexto de fragilidade da configuração atual do mundo do trabalho, que atinge diversos segmentos da população (Lima & Minayo-Gomes, 2003). Isso pode tornar a inserção laboral um processo pouco favorável para o público juvenil.

A distribuição regional dos jovens participantes apresentou distinções. As cidades Campo Grande/MS, Arcos/MG e Presidente Prudente/SP possuem um percentual superior de jovens trabalhando, em relação às demais unidades da federação. Já nas coletas de Recife/PE, Amazonas (Manaus e Maués), Distrito Federal, Porto Alegre/RS e São Paulo/SP identificou-se menor percentual de jovens trabalhadores (Tabela 4). As diferenças regionais sinalizam as particularidades de cada local onde foi realizada a coleta, de forma a explicitar hábitos, valores e costumes diferenciados, os quais configuram macrossistemas diferentes inseridos num macrossistema comum, que é o contexto brasileiro.

Os dados indicaram que mais jovens trabalhadores auxiliam no sustento da casa, cujos irmãos também auxiliam nas despesas domésticas. O grupo de jovens não trabalhadores, por outro lado, apresentou maior percentual de auxílio do pai no sustento da casa (Tabela 5). O presente dado pode indicar que os jovens trabalhadores estão inseridos num microssistema familiar que os orienta para iniciar a atividade laboral, como forma de complementar a renda doméstica, o que atinge também seus irmãos. Os jovens não trabalhadores contam com a renda paterna como fonte principal de renda, não sendo necessário que os mesmos exerçam alguma atividade laboral. Há de se considerar, todavia, que o fato do pai suprir as necessidades financeiras familiares não significa que possuam renda familiar elevada. Esta constatação é reforçada pelo fato de que a maior concentração de renda familiar, tanto de jovens trabalhadores quanto de jovens não trabalhadores, ficou entre 400,00 e 800,00 (38,9%), isto é, em torno de dois salários mínimos (Tabela 5). De acordo com Waiselfisz (2007), a renda familiar *per capita* da juventude brasileira, expressa em salários mínimos, encontra-se em torno de 1,31 salários mínimos, e segue num processo decrescente desde 2003.

Outro aspecto a considerar é que houve um percentual significativamente maior de jovens não trabalhadores em relação aos jovens trabalhadores cuja renda mensal familiar é de até 400,00 reais. Ainda que os rendimentos mensais familiares de 401 a 800 reais, 801 a 1200 reais e mais que 1200 reais não tenham apresentado diferença estatisticamente significativa entre os grupos, cabe registrar que, nos demais casos, a renda familiar dos jovens trabalhadores foi superior à dos jovens não trabalhadores, o que pode estar relacionado com o incremento da renda familiar viabilizado pelos jovens que exercem alguma atividade

remunerada (Tabela 5). A necessidade de contribuir para a renda doméstica por parte dos jovens trabalhadores, como demonstrado neste estudo, pode revestir-se de fator de proteção. Isso ocorre quando o(a) jovem passa a exercer atividade profissional e usufruir do aprendizado que a mesma pode proporcionar – desde que realizada de forma adequada e protegida.

A variável Renda familiar, particularmente, propicia a visualização dos conceitos de mesossistema e exossistema. Mesossistema por demonstrar a influência entre microsistemas, no momento em que pessoas diferentes compartilham a mesma moradia e as experiências que possuem no dia-a-dia na escola, no trabalho e nas atividades diversas que participam. Exossistema pelo caráter econômico presente neste dado, influenciado pelo contexto de oportunidades laborais dos residentes, já que os retornos financeiros dos habitantes da moradia estão somados à renda total do domicílio, influenciando o cotidiano doméstico. No presente estudo, a contribuição do(a) jovem trabalhador(a) e de outros membros da família para a renda familiar, como irmãos e irmãs, exemplifica este panorama.

As diferenças de sexo estiveram presentes nesta pesquisa e perpassam tanto o microsistema laboral quanto o educacional. Constatou-se uma inserção em maior número de jovens do sexo masculino no mercado de trabalho (Tabela 1). Todavia, torna-se pertinente a contextualização deste dado. Por exemplo, em pesquisa realizada em Natal (RN), foi identificado que as jovens do sexo feminino começam a trabalhar muito cedo em atividades domésticas, acumulando tarefas escolares e de trabalho sob condições trabalhistas precárias: baixos salários, horas excessivas e trabalho noturno (Santana & Dimenstein, 2005). Esta atividade pode ser caracterizada como primordialmente feminina, de forma que o espaço doméstico torna-se destinado à mulher. Portanto, estas jovens poderiam estar inseridas em atividades laborais que, por sua natureza marcada pela informalidade, não são devidamente registradas e não aparecem nos dados desta pesquisa.

Ao mesmo tempo, é provável que a inserção laboral superior masculina seja motivada pelo próprio contexto das camadas populares, no qual as filhas, em função dos papéis sexuais atribuídos ao sexo feminino, não são impelidas a exercerem atividades remuneradas da mesma forma que ocorre com os jovens do sexo masculino (Watarai & Romanelli, 2005). Além disso, se por um lado o presente estudo indicou que os homens apresentaram maior frequência de inserção laboral, levantamento de Waiselfisz (2007) registrou um nível de instrução superior entre as mulheres na população ocupada. Ocorre que as mulheres, ao ingressarem no mercado de trabalho, possuem uma trajetória educacional mais avançada. Portanto, é possível fazer uma reflexão a respeito da variável sexo no que tange a

vulnerabilidade destes jovens. Ocorre que possuir sexo masculino pode ser fonte de vulnerabilidade, diante das exigências precoces direcionadas a eles. Possuir o sexo feminino, nesse contexto, pode ativar sistemas protetores, que não as impelem à inserção laboral precoce, permitindo-lhes uma maior dedicação para os estudos. Esta reflexão não se propõe a negligenciar as diferenças de gênero que dificultam a inserção das mulheres no mercado de trabalho. Por exemplo, Waiselfisz (2007) constatou que a renda própria dos homens é superior a feminina, especificamente 56,3% para eles (média de renda de R\$ 442,09) e 42,1% para elas (média de renda de R\$ 370,06) – o que pode indicar maiores salários para os jovens do sexo masculino. Esse foi um fenômeno universal, que se repetiu, em maior ou menor grau, em todas as unidades federadas e grandes regiões (Waiselfisz, 2007).

Em relação à cor, no presente estudo foram encontrados mais jovens brancos e negros trabalhadores do que não trabalhadores (Tabela 1). De acordo com o CEPAL (2000), nas diversas unidades federadas brasileiras, a inserção ocupacional dos jovens negros é superior a dos jovens não negros, o que pressupõe menos dedicação aos estudos. Ainda assim, o mesmo relatório destaca os mecanismos discriminatórios que dificultam o acesso e progressão educacional e inserção laboral dos jovens negros (CEPAL, 2000). Estabelece-se, aí, uma contradição, pois, ao mesmo tempo em que possuem maior inserção, as dificuldades de progressão educacional funcionam, provavelmente, como entraves à inserção no mercado de trabalho, ou, levam a execução de trabalhos desprotegidos e/ou operacionais. Esta estratificação ocupacional obedece também a critérios de gênero, uma vez que, por exemplo, na região metropolitana do Rio de Janeiro, 40% das mulheres negras e mestiças trabalham como empregadas domésticas, enquanto apenas 15% das mulheres brancas se dedicam a esta atividade (CEPAL, 2000). Portanto, possuir a cor negra e o sexo feminino são características que podem vulnerabilizar o jovem em processo de inserção ocupacional, bem como a educação precária pode funcionar como fator de risco.

Em relação aos jovens brancos, ainda que o presente estudo demonstre um número maior de jovens trabalhadores em relação aos não trabalhadores (Tabela 1), de acordo com o CEPAL (2000), a progressão educacional dos mesmos é superior a dos jovens negros. Esta diferença pode facilitar a inserção ocupacional dos jovens brancos no futuro, bem como a realização de trabalhos protegidos e que exijam maior qualificação.

Por outro lado, ainda que o jovem preencha as exigências de qualificação profissional requeridas pelo empregador, pode ser vítima de preconceitos para conseguir trabalho que, para além da cor, incluem discriminações relativas ao local de moradia e aparência (Abramovay et al, 2001). Esta dificuldade agrava-se no caso das classes populares, uma vez

que jovens que vivem na periferia - local associado à marginalidade – são estigmatizados por sua condição social (Casal & Farias, 2005). Além disso, a fragilidade dos critérios seletivos são entraves para a inserção laboral dos jovens. Sarriera, Silva, Câmara e Mano (2001) descreveram o processo de seleção de seis empresas de pequeno-médio porte de Porto Alegre. As habilidades-capacidades exigidas eram avaliadas a priori e os critérios de escolha baseavam-se, sobretudo, no senso comum dos selecionadores (Sarriera et al., 2001). Nesse sentido, pertencer à classe popular pode vulnerabilizar o jovem, independentemente de sua cor e de seu gênero, o que é agravado pela exposição a processos seletivos frágeis.

Os dados deste estudo sobre Educação/Escolaridade revelaram um maior número de repetências por parte dos jovens trabalhadores em comparação com os não-trabalhadores, bem como a interrupção dos estudos, provavelmente pela necessidade de executar alguma atividade remunerada (Tabela 15). Além disso, a maior parte dos jovens trabalhadores estuda à noite, enquanto que os jovens não trabalhadores estudam no turno da manhã e da tarde (Tabela 13). Estas situações incrementam a fragilidade da juventude brasileira no que se refere à educação e a continuidade dos estudos. No Brasil, mais da metade (53,1%) dos jovens se encontra fora das salas de aula, e, quando estão estudando, frequentemente se encontram numa modalidade ou nível de ensino que não corresponde à sua idade cronológica (Waiselfisz, 2007). Além disso, a escolarização adequada diminui com o incremento da idade dos jovens: entre os 15 e 17 anos, a adequação é de 48,1%; na faixa de 18 e 19 anos, essa proporção cai para 38,2% e, na faixa de 20 a 24 anos, cai para 21,9% (Waiselfisz, 2007). Como demonstra a presente pesquisa, a não adequação à série pode estar recebendo influência de atividades exteriores à escola, como o trabalho, considerando que a média de idade dos jovens trabalhadores foi de 16,73 ($SD=1,93$) anos – período que coincide com as atividades escolares (Tabela 1). A média de idade do grupo de não trabalhadores foi de 15,85 ($SD=1,65$) anos. Segundo Waiselfisz (2007), dos 15 aos 17 anos, prepondera o estudo como atividade central e, entre os 18 e os 19 anos, ocorre a transição do universo educacional para o mundo laboral, que predomina decisivamente a partir dos 20 anos. Todavia, os participantes da presente pesquisa indicaram estar se inserindo em atividades laborais antes dos 18 anos (Tabela 1), o que provavelmente esteve relacionado ao fato de se tratar de amostra de camadas populares.

Segundo os dados do CEPAL (2000), em alguns países da América Latina, a condição tipicamente adolescente, ou seja, jovens que apenas estudam, ocorre em boa parte dos jovens urbanos entre 15 e 19 anos, particularmente para os não pobres. A situação inversa apresenta-se entre os jovens que apenas trabalham e que, portanto, identificam-se com papéis adultos.

Esta situação, naturalmente, aumenta com a idade, de forma a ser relativamente baixa entre os adolescentes de 15 a 19 anos e mais elevada entre os jovens de 20 a 29 anos – tanto entre os pobres quanto os não pobres. Segundo o mesmo relatório, no caso do Brasil, predomina um modelo mais frequente de jovens que trabalham e estudam. Aposta-se numa permanência mais curta no sistema educativo, sustentando a convicção de que este os habilita para uma melhor inserção no mercado de trabalho. Este dado está de acordo com os resultados desta pesquisa, uma vez que os jovens trabalhadores, em sua maioria, dividem as atividades escolares com as laborais, enquanto que os jovens não trabalhadores apenas estudam (Tabela 11). Ao mesmo tempo, em relação à interrupção e conclusão dos estudos, observou-se maior frequência dos jovens trabalhadores. Outro aspecto a considerar foi que o grupo de jovens não trabalhadores apresentou média superior de escolaridade em relação aos jovens trabalhadores (Tabela 12). Este dado reforça a fragilidade dos jovens trabalhadores, que exercem uma atividade ocupacional em concomitância com os estudos.

No que tange à frequência escolar, a média dos jovens trabalhadores foi inferior a dos não trabalhadores, o que pode estar demonstrando que, apesar da maior média de escolaridade, a tarefa de administrar exigências laborais e escolares é complexa e desgastante (Tabela 12). Identifica-se, portanto, o atributo do trabalho também como fator de risco. O fenômeno da adultização (Guimarães & Romanelli, 2002; Oliveira & Robazzi, 2001), expressa a dificuldade dos trabalhadores juvenis administrarem suas vidas diante do acúmulo de atividades, as quais incluem o trabalho, a escola, a família, a comunidade, entre outras. O problema ocorre quando os jovens não estão amadurecidos para as exigências inerentes a estes microssistemas, o que pode prejudicá-los.

De todos os setores educacionais na América Latina, o ensino fundamental é o que concentra o maior número de alunos matriculados, havendo, posteriormente, uma diminuição ao acesso de níveis mais elevados de instrução (Abramovay et al., 2002). Estes dados também estiveram presentes nesta pesquisa, uma vez que a média de escolaridade dos participantes ficou entre a última série do Ensino Fundamental (8^a) e a primeira série do Ensino Médio (Tabela 12). Portanto, a incompletude dos estudos somada à baixa qualidade da educação fragiliza ainda mais o jovem. O indivíduo segue despreparado e com menos recursos pessoais para enfrentar o mercado de trabalho (Câmara et al, 2004).

O acúmulo de anos de instrução aumenta a probabilidade de uma integração social mais sólida (Abramovay et al., 2002). Nesse sentido, os jovens que se inserem no mercado laboral com baixo nível de escolaridade direcionam-se para profissões formais e informais de baixa remuneração e de condições precárias. Esta situação gera uma série de problemas

sociais (Bastos, 2003; Traverso-Yépez, 2002), os quais atingem os jovens trabalhadores e os microsistemas nos quais convivem.

Em relação à escola, foi possível constatar que a avaliação da mesma pelos jovens não trabalhadores é levemente superior que a dos jovens trabalhadores, o que pode estar associado ao fato daqueles possuírem a atividade educacional como principal em suas vidas. Além disso, mais jovens não trabalhadores registraram receber Bolsa Escola em relação aos jovens trabalhadores, o que pode estar indicando os benefícios deste incentivo, uma vez que o jovem pode dedicar-se exclusivamente para os estudos (Tabela 14). A avaliação inferior da escola por parte dos jovens trabalhadores pode estar relacionada com a dificuldade de conciliação das atividades laborais e escolares, ou seja, a elevada demanda de tarefas funcionaria como um elemento desmotivador para os jovens que necessitam conciliar estes afazeres. A escola já foi vista como espaço de preparação para entrada no mundo do trabalho e passagem para a vida adulta. Todavia, a necessidade de exercer alguma atividade laboral, em concomitância com a educacional, compromete o ideal de escola como espaço preparatório (Nakano & Almeida, 2007).

Em relação à contribuição dos pais, o nível educacional inferior ao Ensino Médio completo mostrou-se associado a uma inserção laboral precoce dos filhos. Conforme aumenta a escolaridade dos pais, menor o percentual de jovens trabalhando (Tabela 3, Figura 1). Este resultado está de acordo com outros estudos, que apontaram a influência da família na inserção precoce no mercado de trabalho, diante da necessidade dos filhos arcarem com seus próprios gastos e contribuírem para as despesas domésticas (Barros & Santos, 1996; Guimarães & Romanelli, 2002; Marques, Neves, & Neto, 2002; Sarti, 1996). Além de variáveis relacionadas à educação, variáveis socioeconômicas relacionadas a um baixo nível educacional também podem ser um agente causador do trabalho precoce. Ao mesmo tempo, a ideologia da valorização do trabalho - como um meio de preservar e promover o crescimento do indivíduo - pode reforçar a necessidade de manutenção deste quadro (Asmus et al., 2005; Campos & Francischini, 2003; Guimarães & Romanelli, 2002). Em estudo de Porto e Tamayo (2006), os pais foram apontados como os agentes socializadores mais influentes, por servirem como modelo de trabalhadores para os filhos. Portanto, há indicações da influência do microsistema familiar, experienciado no ambiente imediato da pessoa, no relacionamento que a mesma estabelece nos microsistemas laboral, escolar e comunitário.

O projeto profissional dos indivíduos constitui-se em um processo proximal de desenvolvimento que começa a ser construído desde a infância, recebendo influência marcante dos pais (Coutinho & Gomes, 2006). No caso das famílias de nível socioeconômico

baixo, existe uma tendência dos filhos se inserem no mercado de trabalho precocemente (Watarai & Romanelli, 2005). Os filhos exercem, muitas vezes, o papel de complementar a renda familiar e/ou responsabilizar-se por seus próprios gastos – a necessidade de sobrevivência mantém a naturalidade do trabalho juvenil. Nesse sentido, o trabalho que, por um lado, pode ser visto como fator de proteção, reveste-se de fator de risco, uma vez que os próprios pais destes jovens podem desconsiderar as implicações negativas do trabalho juvenil.

No caso dos jovens trabalhadores que estudam, observa-se que o microsistema educacional, que funciona como fator de proteção, é atingido pelo microsistema laboral. Tal processo torna-se prejudicial quando os jovens não conseguem se dedicar para a escola ou a abandonam frente à necessidade de trabalhar. As contradições do mercado de trabalho atingem a juventude, uma vez que a necessidade de sobrevivência pode afastá-los da escola para trabalhar, ao mesmo tempo em que a viabilidade de ascensão da carreira fica prejudicada diante da pouca experiência e da baixa escolaridade (Abramovay et al, 2002).

A situação educacional dos jovens participantes deste estudo abrange o microsistema escolar, imerso no exossistema educacional e influenciado pela interação entre diversos microsistemas (familiar, laboral e comunitário). O nível exossistema, neste caso, manifestou-se através da variável recebimento de bolsa auxílio. Esta abrange a ajuda financeira oferecida pelo contexto onde o indivíduo se encontra - o qual envolve aspectos econômicos e políticos que, direta e indiretamente, exercem influência sobre os demais microsistemas. Nesse sentido, a frequência à escola, turno de estudo, histórico de reprovação e expulsão, motivos para a interrupção dos estudos, avaliação e opinião sobre a escola são comportamentos e percepções da pessoa manifestados a partir das influências entre os diferentes níveis (microsistema-mesosistema-exossistema).

Na variável Coabitação e Estado Civil, ainda que não se tenha encontrado diferença estatisticamente significativa entre os grupos de trabalhadores e não trabalhadores, observou-se uma elevada porcentagem de solteiros (93%) em ambos os grupos - o que pode ser considerado comum na população entre 14 e 24 anos (Tabela 1). Entretanto, os jovens trabalhadores apresentaram percentual significativamente maior de coabitação com filhos e companheiros⁶ em relação aos jovens não trabalhadores, os quais apresentaram um maior percentual de coabitação com pai, mães e tios (Tabela 5). Esta situação pode estar relacionada com a variável idade, considerando os diferentes processos vividos das duas fases da juventude consideradas neste estudo (14-19 anos de idade e 20-24 anos de idade). Identificou-

⁶ Nível de significância limítrofe

se um percentual significativamente maior de jovens não trabalhadores entre as idades de 14-19 anos em relação ao grupo de jovens trabalhadores e um percentual significativamente maior de jovens trabalhadores entre 20-24 anos (Tabela 2). Todavia, mesmo tendo apresentado diferença estatisticamente significativa, a média de idade entre os grupos é muito aproximada (Tabela 1). Tal situação poderia estar sinalizando o fenômeno da adultização, quando os jovens trabalhadores assumem uma série de responsabilidades, as quais, muitas vezes, estão aquém do seu processo de amadurecimento, vulnerabilizando-os. Por exemplo, ter companheiro(a) e filho(a) no período da adolescência e juventude, são situações que podem sobrecarregar os jovens trabalhadores. O elevado número de atividades a que estes jovens estão expostos pode gerar um senso de responsabilidade para além de suas possibilidades (Fischer et al., 2003a). Ao mesmo tempo, justamente estas vivências podem estar associadas a uma inserção laboral precoce, ou seja, o fato de já ter constituído família leva o(a) jovem a exercer uma atividade remunerada.

Tanto os jovens trabalhadores quanto os não trabalhadores avaliam de forma similar sua saúde e qualidade de vida, havendo diferença no que tange à auto-avaliação da aparência física, superior no grupo de jovens trabalhadores (Tabela 6). Também se aproximaram no que se refere à satisfação consigo mesmo, com as relações pessoais, apoio recebido e com o local onde moram, apresentando médias diferentes apenas na satisfação com a vida sexual, superior no caso dos jovens trabalhadores (Tabela 7). Ainda que a iniciação sexual dos jovens ocorra em torno dos 14 anos de idade (Cerqueira-Santos, 2008), é possível avaliar esta diferença na perspectiva do fenômeno da adultização. Os jovens trabalhadores possuem mais responsabilidades e independência financeira, o que pode propiciar conduta mais autônoma diante da vida, inclusive no que tange a sua vida sexual. Este dado necessita ser avaliado com parcimônia, todavia, uma série de resultados aponta um comportamento mais maduro por parte do(a) jovem trabalhador(a) – o que pode caracterizar-se tanto como fator protetivo quanto de risco. O amadurecimento torna-se fator protetivo ao promover o crescimento e desenvolvimento saudável do jovem trabalhador e, fator de risco, ao tornar-se obstáculo para tal.

Mais jovens trabalhadores realizaram uma consulta nos últimos 12 meses em relação aos não trabalhadores. O mesmo ocorreu nas variáveis “uma hospitalização nos últimos 12 meses” e “4 ou mais hospitalizações nos últimos 12 meses”. Observou-se também uma percentagem superior de jovens trabalhadores que faltaram ao trabalho ou escola e uma percentagem menor de jovens não trabalhadores que não faltaram nenhuma vez à escola em relação aos jovens trabalhadores. Em todos os casos, houve um percentual maior de jovens

não trabalhadores que não lembrava quantas visitas realizou e quantas hospitalizações tiveram nos últimos 12 meses (Tabela 8). Estes dados podem estar evidenciando a maior exigência de responsabilidade sobre o jovem trabalhador, que necessita justificar faltas ao trabalho e/ou escola, bem como os efeitos negativos do trabalho sobre a saúde dos jovens trabalhadores que, em todos os casos, demonstraram necessitar de mais cuidados. O trabalho funciona aqui como elemento que contribui para a vulnerabilidade da saúde dos jovens, não sendo, necessariamente, causa principal.

As variáveis tipo de trabalho, meio de transporte, renda mensal média, auxílio, como recebe o pagamento, periodicidade do pagamento e horas diárias dedicadas são expressões dos chamados processos proximais. Isso ocorre por configurarem relações e trocas que o indivíduo estabelece com pessoas, objetos e símbolos de seu ambiente imediato, as quais influenciam as percepções, opiniões e expectativas que a pessoa desenvolve em relação ao seu contexto.

Um aspecto importante dos processos proximais no trabalho são as experiências vividas pelos trabalhadores no cotidiano laboral. Para a ABDH, a experiência é um elemento crítico a ser considerado na compreensão do desenvolvimento, e inclui não apenas as propriedades objetivas dos ambientes, mas também o modo como essas propriedades são subjetivamente vivenciadas pelas pessoas inseridas nesse contexto (Bronfenbrenner, 2005).

Nesse sentido, o tipo de trabalho que o(a) jovem executa exerce influência em seu desenvolvimento. Na presente amostra, identificou-se que mais jovens não trabalhadores não estão procurando trabalho em relação aos jovens que trabalham (Tabela 17), o que pode estar indicando a priorização efetiva dos estudos por parte dos mesmos. Ao mesmo tempo, houve um percentual maior de jovens não trabalhadores que está procurando trabalho em relação aos jovens trabalhadores. Este quadro pode indicar que o grupo de jovens não trabalhadores possui dois perfis: o primeiro prioriza os estudos e, o segundo, vivencia um período de transição para o mercado laboral. Torna-se pertinente, no que se refere aos jovens que procuram uma ocupação, assinalar a fragilidade da vivência do desemprego. Esta pode levar o jovem não trabalhador ao sofrimento, vulnerabilizando-o diante da necessidade de buscar uma atividade laboral e aumentando o risco de que o mesmo se oriente para uma inserção profissional precária (Campos & Francischini, 2003; Oliveira & Robazzi, 2001). Esta fragilidade foi expressa em estudo de Sarriera, Schwarz e Câmara (1996), o qual constatou que jovens que possuíam um trabalho fixo demonstraram os níveis mais elevados de bem-estar psicológico, enquanto os jovens desempregados apresentaram em menor número os níveis “muito bom” e “bom” de bem-estar psicológico. De acordo com o Panorama Laboral

da OIT (2009a), ainda que em 2008 o desemprego na América Latina e no Caribe tenha diminuído pelo quinto ano consecutivo para 7,5%, a crise atual coloca em risco o emprego de até 2,4 milhões de pessoas em 2009.

A atividade de ajuda em casa apresentou um percentual significativamente maior de jovens não trabalhadores sobre os jovens trabalhadores (Tabela 17), o que pode demonstrar a vinculação direta de trabalho com tarefas cotidianas e remuneradas que ocorrem fora do microsistema familiar. A atividade doméstica pode não ser vista como uma atividade laboral. No que se refere à realização de trabalhos voluntários e trabalhar para outrem gratuitamente, os jovens de ambos os grupos se assemelham. As atividades de caráter informal podem adquirir característica protetiva, uma vez que são realizadas com supervisão e acompanhamento adequados, adquirindo papel educativo. Entretanto, a lacuna expressa por um contrato informal pode propiciar a emergência de tarefas de caráter exploratório, o que caracterizaria fator de risco.

Nesse contexto, em relação aos jovens que exercem atividade remunerada, foi possível identificar que existe maior concentração de jovens, em primeiro lugar, que trabalham com carteira assinada; em segundo, sem carteira assinada; em terceiro, que realizam bicos e, por último, que trabalham por conta própria (Tabela 18). Em relação às atividades remuneradas (trabalho com carteira assinada, trabalho sem carteira assinada, trabalho por conta própria e realização de bicos) constatou-se uma porcentagem superior de jovens que trabalham informalmente. Dados do Censo Demográfico de 2000 já indicavam que, na faixa etária entre 10 a 19 anos, encontrava-se a maior proporção de trabalhadores sem carteira de trabalho, portanto excluídos do mercado formal de trabalho (IBGE, 2000). Estudo desenvolvido por Sarriera et al. (2001) identificou, além da fragilidade dos processos seletivos vivenciados pelos jovens, que as possibilidades de ascensão profissional eram restritas, os benefícios recebidos elementares e, eventualmente, o trabalho inicial proporcionado era sem a carteira de trabalho registrada.

Poucos jovens fazem uso de automóveis, motos particulares e bicicleta ou não necessitam se deslocar ao local de trabalho (Tabela 19). O meio de transporte utilizado para chegar ao trabalho é basicamente o transporte coletivo e o deslocamento a pé, o que é condizente com o poder aquisitivo da amostra estudada, considerando que um número relativamente elevado de jovens recebe remuneração baixa, isto é, inferior ao salário mínimo – ainda que trabalhem entre 5 e 8 horas diárias. Somado a isso, foi identificado que os jovens que trabalham não recebiam nenhum tipo de auxílio (como vale-transporte ou vale-alimentação) e nem conseguiam economizar alguma parte do dinheiro recebido. Tal quadro

corroborar os diversos estudos que descrevem a fragilidade das atividades laborais juvenis (Bastos, 2003; Campos & Francischini, 2003; Lima & Minayo-Gomes, 2003; Oliveira & Robazzi, 2001; Sarriera et al., 2001; Traverso-Yépez, 2002).

As variáveis opinião sobre definições de trabalho, opinião sobre influência de características para conseguir trabalho, percepção sobre o trabalho atual e o que espera do trabalho atual aproximam-se da visão que os jovens brasileiros possuem de trabalho. Esta sofre influência do contexto social, político e econômico no qual o indivíduo está inserido, que configura o chamado macrosistema. Este exerce influências diretas e indiretas nos microsistemas laboral, familiar, educacional e comunitário.

Nesse sentido, a média da amostra total em relação às definições de trabalho apresentou-se na seguinte ordem decrescente: produção do que é útil, dinheiro, honra, atividade intelectual, esforço, emprego, obrigação religiosa, saúde, identidade e mercadoria (Tabela 20). A média mais elevada da amostra total aproxima-se das descrições de Jesús e Ordaz (2006), a partir da qual a importância do trabalho se apresenta em duas fontes principais: o desenvolvimento pessoal ou profissional – ou seja, meio de adquirir experiência e aprendizagem – e a econômica – uma vez que muitos o vêem como forma de subsistência para pessoa e sua família. O desenvolvimento pessoal e profissional apresentou-se através da definição “produção do que é útil”, em primeiro lugar. Esta vincula-se à realização de uma obra que dá reconhecimento ao ser humano, uma herança histórica recebida e transmitida para outros indivíduos, definida no próprio dicionário da língua portuguesa (Albornoz, 1986). Já a definição de trabalho como “dinheiro” ocupou o segundo lugar, o que reitera a importância da dimensão econômica para os sujeitos. Portanto, o presente estudo aproximou-se dos resultados obtidos em estudo de Jesús e Ordaz (2006), o qual registrou que os jovens buscavam um trabalho capaz de suprir suas necessidades pessoais e financeiras.

Outro aspecto a considerar em relação as maiores médias das definições de trabalho como “produção do que é útil” e “dinheiro” é o registro do papel central da atividade ocupacional na vida dos participantes. O trabalho é uma via importante para a manutenção e cuidado de outras áreas da vida ao propiciar o ingresso de dinheiro e benefícios (Jesús & Ordaz, 2006). Esta percepção remete à discussão da centralidade do trabalho para os jovens, já que o mesmo possui papel de subsidiar os outros âmbitos da vida. Nesse sentido, descarta-se a ideia do fim do trabalho, uma vez que o mesmo é significativo para a maioria das pessoas, considerando o tempo que estas devotam para o mesmo em suas vidas, bem como o fato de estar relacionado com outras áreas da vida, como a família, religião, vida comunitária, etc. (Morin, 2004).

A média da amostra total em relação às definições de trabalho (Tabela 20) localizou, em terceiro lugar, o entendimento de trabalho como honra. Esta compreensão atravessa diferentes tempos históricos, uma vez que a mesma já estava presente na civilização grega, para a qual o trabalho era classificado como digno e tinha uma função para além da satisfação das necessidades básicas (Nardi, 2006). As concepções protestantistas abrangiam, também, a dimensão honrosa de trabalho, entendendo-o como virtude e meio de atingir Deus (Gonçalves, 2008).

O entendimento de trabalho como emprego apresentou média intermediária na amostra total (Tabela 20), o que pode estar indicando a abertura dos jovens para novas formas de trabalho, tanto por necessidade quanto por motivação própria. O sentido de emprego expressa o carácter contratual na sociedade salarial, que estabelece um conjunto de regras que se propõem a assegurar os direitos dos trabalhadores (Codo, 2006; Nardi, 2006). Entretanto, a configuração laboral frágil presente nos dias atuais nem sempre propicia este formato de relação trabalhista, o que contextualizaria a localização intermediária desta definição.

Os jovens trabalhadores, em relação aos não trabalhadores, apresentaram percentagem superior no entendimento de trabalho como esforço, mercadoria, identidade e saúde (Tabela 20). É possível que as médias superiores nestes aspectos estejam relacionadas à vivência laboral dos mesmos. A definição de esforço pode associar-se às características de um trabalho exigente, que os priva de liberdade e possui rotina rígida. Além disso, há aproximação da própria origem da palavra, vinculada a um instrumento de tortura (Albornoz, 1986; Jacques, 2002; Nardi, 2006), bem como às concepções religiosas judaico-cristãs, as quais atribuíam ao trabalho conotação de castigo e dificuldade inerente ao ser humano (Borsoi, 2002; Gonçalves, 2008; Jacques, 2002; Nardi, 2006). Já a média superior dos jovens trabalhadores em relação à definição de trabalho como mercadoria explicita o quanto esta atividade está intrinsecamente ligada à atividade remunerada (Zanini, Fürstenau, Pacini, & Merlo, 2004), a qual lhes dá subsídios para, por exemplo, comprar suas próprias coisas e auxiliar na renda familiar.

Os jovens trabalhadores também apresentaram média superior em relação à definição de trabalho como identidade. Esta concepção expressa o quanto a atividade executada pelo indivíduo relaciona-se com o que ele é (Jacques, 2003), de forma a contribuir para a constituição do mundo psicológico do indivíduo (Albornoz, 1986; Codo, 1997). Nesse sentido, a atividade laboral mostra-se como mediadora da subjetividade (mundo interno) e objetividade (mundo externo), e nessa relação tanto a pessoa quanto a natureza se modificam (Coutinho, 1993; Tittoni, 1994). Na perspectiva ecológica, considera-se que as características da pessoa são construídas a partir do contexto, entre eles o trabalho. Ao mesmo tempo, os

atributos individuais agem sobre esse ambiente e o modificam. Nesse sentido, cada qualidade humana possui relação com um ambiente particular e encontra seus significados em contextos específicos, de forma que as características psicológicas da pessoa e o ambiente em que elas se manifestam não podem ser definidos um sem o outro (Bronfenbrenner, 2005).

Em relação à variável Opinião sobre Influência de características para conseguir trabalho, a média do grupo de trabalhadores foi superior em relação à influência de ser mestiço, negro, estar estudando, gozar de boa saúde, ter cumprido o serviço militar obrigatório e ter uma religião (Tabela 21). O grupo de jovens não trabalhadores apresentou média superior apenas em relação à influência de ser branco. A percepção dos jovens trabalhadores em relação à dificuldade de mestiços e negros⁷ conseguirem trabalho está de acordo com os apontamentos de pesquisas na área (Abramovay et al, 2001; CEPAL, 2000; Waiselfisz, 2007). A questão do estudo também se aproxima de pesquisas que registraram a educação como fator de importante influência na colocação profissional do indivíduo (Câmara et al., 2004; Abramovay et al., 2001). Gozar de boa saúde pode, justamente, estar associada à necessidade de transmissão de bons hábitos de saúde, como indicador de presença assídua no cotidiano de trabalho e elevada capacidade produtiva. Por fim, o cumprimento do serviço militar obrigatório e ter uma religião podem estar ligados aos aspectos morais do indivíduo, indicadores de suposta conduta adequada e ética. Apesar das diferenças de gênero já mencionadas neste trabalho (homens possuem inserção laboral e rendimentos superiores), esta diferença não foi apontada como uma das características influentes para conseguir trabalho.

No que se refere à Percepção sobre o trabalho atual, a média do grupo de jovens não trabalhadores foi superior em relação ao trabalho por necessidade e sem prazer, com horários inconvenientes, além das qualificações, com gestão autoritária e inflexível, mal remunerado e vergonhoso (Tabela 22). Tais percepções denunciam aspectos degradantes de uma inserção laboral insegura, identificada pelo jovem ainda não inserido profissionalmente. É possível que a média superior dos jovens não trabalhadores nestes aspectos esteja revelando, justamente, as condutas exploratórias de algumas relações de trabalho (Oliveira & Robazzi, 2001). Um microsistema laboral com estas características gera insegurança no que tange à estabilidade profissional, o que pode gerar conseqüências para os jovens, como implicações na construção da sua identidade e submissão a condições inseguras de trabalho, constituindo fonte de vulnerabilidade.

⁷ Nível de significância limítrofe

A média do grupo de jovens não trabalhadores, em relação ao que espera do trabalho atual, foi superior no que se refere às oportunidades de aprender coisas novas, possibilidade de crescimento profissional, boas relações com os colegas, mesma jornada diária, horários convenientes, possibilidade de pensar, tomar decisões, sugerir e criar, garantia de satisfação pessoal, garantia de estabilidade, ter tarefas que possa realizar com segurança, boa remuneração, ter orgulho do que faz e trabalho salubre e seguro (Tabela 23). É possível identificar uma provável idealização do trabalho por parte do jovem não trabalhador, que possui expectativas positivas em relação ao que esperam do trabalho. Os jovens trabalhadores, por sua vez, diante da vivência profissional real, deparam-se com uma visão menos otimista da atividade. Percebe-se, portanto, que o jovem não trabalhador e o jovem trabalhador possuem visões diferentes da realidade do mercado de trabalho.

A vivência de trabalho no período juvenil marca a concomitância da formação da identidade dos jovens como indivíduos e como trabalhadores. Há de se considerar as implicações de experiências não protegidas e não adaptadas às capacidades da pessoa em desenvolvimento, no momento em que é necessária maturidade física, mental e moral para sua execução (Amazarray, Thomé, Poletto, & Koller, 2007; Sarriera et al., 2001). Nesse sentido, a fragilidade dos jovens trabalhadores pôde ser observada pela associação da realização de atividade laboral e uso de drogas. Jovens trabalhadores possuem um percentual maior de uso de todas as drogas pesquisadas em relação aqueles que não trabalham, com exceção de remédios, chás e outras drogas (Tabela 24). É possível identificar, apesar da diferença estatisticamente não significativa, que um número superior de jovens trabalhadores compra a droga ilícita pessoalmente, enquanto que os jovens não trabalhadores tendem a pedir/ganhar a substância, o que pode estar relacionado, justamente, com a autonomia proporcionada pela remuneração, o que facilita aquisição das drogas (Tabela 25). Seria o fenômeno da adultização a se manifestar novamente, trazendo, nesta situação, uma condição preocupante para o jovem que trabalha. Ademais, o uso da droga pode estar relacionado com a dificuldade de administrar as diversas responsabilidades, funcionando como uma alternativa para amenizar o sofrimento. Já os jovens não trabalhadores, em sua maioria, conseguem drogas ilícitas através de outra pessoa, que compra a droga. Nesse caso, há possibilidade da rede de contatos funcionar como elemento protetivo, que assinala a o uso de drogas para os responsáveis.

A vulnerabilidade do jovem trabalhador evidencia-se, novamente, quando o trabalho na juventude também mostra-se relacionado a um maior risco de suicídio, uma vez que jovens trabalhadores apresentam maior frequência de tentativas de suicídio (Tabela 26). De acordo

com Waiselfisz, (2007) as causas externas violentas são as grandes responsáveis pelos óbitos dos jovens no Brasil, sendo estas: acidentes de transporte, homicídios e suicídios. De forma isolada, são responsáveis por mais de 61,3% das mortes da juventude brasileira. Apesar de menos expressiva que as mortes por homicídio ou por acidentes de transporte, registrou-se, por exemplo que, em 2005, 1.662 jovens optaram pelo suicídio (Waiselfisz, 2007). Alguns estudos indicam que a mortalidade por suicídio tem se mantido estável na população total entre 1980 e 1995, todavia, há um aumento na população entre 15 a 24 anos (Yunes & Zubarew, 1999). Embora se considere o suicídio como um fenômeno multifacetado, o trabalho na juventude não fez parte da lista de fatores de risco para o suicídio em nenhum dos quatro grupos focais de adolescentes pesquisados por Benincasa e Rezende (2006), por exemplo.

Na direção contrária, Werlang, Borges e Fensterseifer (2005) identificaram que adolescentes que trabalham têm menores chances de apresentar ideação suicida. Participaram desta pesquisa 526 adolescentes da população geral, entre 15 e 19 anos, de escolas públicas e privadas de Porto Alegre/BR. O estudo apresentou o dado alarmante de que mais de um terço da amostra apresentava ideação suicida, considerando que estes adolescentes são da população geral. O presente estudo, ao sugerir o trabalho como um fator de risco na juventude, traz mais uma variável a ser considerada na complexidade do fenômeno do suicídio, que deve ser analisada com parcimônia.

No que se refere à violência doméstica (Tabela 27), os jovens trabalhadores vivenciam média de frequência maior de agressão com objetos. Em relação à violência na comunidade (Tabela 27), os jovens trabalhadores sofrem mais de gritos ou bronca exagerada, ameaças de serem agredidos, ameaças de sofrer soco, tapa, empurrão, ameaças com objeto, agressão com objeto e ameaça com arma em relação aos jovens não trabalhadores. Estas vivências podem estar associadas a busca de autonomia por parte do jovem, a ser concretizada, por exemplo, através da execução de alguma atividade remunerada. Todavia, em muitos casos, a falta de supervisão de um adulto pode levar o(a) jovem a situações de trabalho desprotegidas, como a exploração sexual e o tráfico de drogas. A violência é uma realidade presente na vida dos jovens, tanto no âmbito familiar quanto no comunitário. A violência doméstica, o uso de substâncias entorpecentes, o alcoolismo, o abuso e a exploração sexual são alguns exemplos das dificuldades vivenciadas (Casal & Farias, 2005).

As variáveis sobre violência expressam, assim como as anteriores, as influências diretas e indiretas do exossistema sobre o indivíduo. Experimentação/uso de drogas na vida e ideação ou tentativas de suicídio são condutas relacionadas às características do indivíduo

bem como ao contexto onde está inserido. Lacunas no seu ambiente imediato de convivência (escola, família e comunidade), expressos através das variáveis violência doméstica e violência na comunidade, revelam falhas em termos de orientação e acolhimento dos jovens em desenvolvimento. Nesse sentido, a importância dos recursos ambientais comunitários para os jovens de classe popular, que facilitem o acesso a atividades saudáveis no tempo livre, foi apontada por Sarriera, Paradiso, Mousquer, Marques, Hermel e Coelho (2007). Os autores acreditam que esse item deveria ser priorizado nas diretrizes das políticas públicas. Tal processo pode evitar que o jovem livre, por falta de conhecimentos e orientações, exponha-se a situações de risco (Sarriera et al., 2007).

3.9 Considerações Finais

O Estudo II propôs-se a investigar a relação juventude brasileira e trabalho. O público juvenil tem sido apontado como vulnerável em diversos aspectos (educacionais, comunitários, violência e saúde), todavia, o trabalho constitui uma esfera particularmente importante, uma vez que está implicado na construção da identidade dos jovens.

A fim de compreender a relação juventude e trabalho, foram utilizadas diferentes perspectivas teóricas da Psicologia, de forma que este fenômeno multifacetado fosse captado: a Abordagem Bioecológica do Desenvolvimento Humano e a Psicologia do Trabalho. A primeira permitiu que o jovem fosse investigado em seu contexto macro e microsocial, através dos diferentes níveis de análise proposto por esta teoria. A segunda propiciou a demarcação da esfera laboral como importante para a construção da identidade do indivíduo, influenciando suas percepções da experiência e os significados que produz diante da mesma. A dinâmica fatores de proteção, fatores de risco e vulnerabilidade social também guiou a compreensão do fenômeno estudado, indicando aspectos do contexto dos jovens que os fragilizam e/ou os amparam.

As variáveis presentes no Estudo II (Biosociodemográficas e Econômicas, Saúde/Qualidade de Vida, Educação, Trabalho e Violência) buscaram aproximar-se da complexidade do fenômeno estudado, tendo como dimensão central a comparação do grupo de jovens trabalhadores e não trabalhadores. Foi possível identificar que os jovens ainda são vítimas de discriminações relacionadas ao gênero, cor e classe social ao se inserirem no mercado de trabalho. Múltiplas formas de discriminação permanecem em nossas sociedades, o que se agrava quando uma mesma pessoa reúne várias condições vulneráveis (jovem,

mulher, indígena, rural, pobre, com pouca educação, entre outras) - um cenário sumamente preocupante (CEPAL, 2000).

As dificuldades econômicas das famílias geram a necessidade da inserção laboral juvenil, muitas vezes em condições precárias - camufladas pelo discurso moralizante do trabalho. O nível de escolaridade do pai e da mãe mostrou-se associado à inserção precoce no mercado de trabalho. Isto pode estar evidenciando uma lacuna em termos de informações quanto às conseqüências negativas do trabalho na saúde física e mental dos indivíduos, bem como, a perpetuação da realidade vivenciada por estes mesmos pais e mães em sua adolescência e juventude.

Os efeitos negativos do trabalho sobre a Saúde/Qualidade de Vida evidenciaram-se através da necessidade superior de utilização dos serviços de saúde por parte dos jovens trabalhadores em relação aos não trabalhadores. Além disso, duas informações particularmente alarmantes estiveram presentes nas análises: o uso superior do jovem trabalhador de todas as drogas pesquisadas (lícitas e ilícitas) e a maior freqüência de tentativas de suicídio. Estes dados precisam ser analisados com parcimônia, todavia, são indicadores da vulnerabilidade do jovem trabalhador.

Os jovens trabalhadores sofrem mais violência doméstica e na comunidade. Estas vivências podem, justamente, estar caminhando juntas. Ocorre que o jovem, ao sofrer violência dentro de sua própria casa, pode buscar alternativas fora do âmbito doméstico para proteger-se, como, por exemplo, a execução de uma atividade laboral que lhe permita ter mais independência e autonomia. Todavia, o envolvimento em ocupações na comunidade, sem a supervisão e orientação adequadas, pode levar o(a) jovem a expor-se a diversos riscos, como o envolvimento com a exploração sexual e o tráfico de drogas.

As dificuldades de administração das tarefas escolares e laborais também apareceram. Os jovens trabalhadores possuem maior número de repetências e menor freqüência escolar, além de possuírem nível de escolaridade inferior ao dos jovens não trabalhadores.

De forma geral, os jovens trabalhadores apresentaram postura mais amadurecida em diferentes análises. Possuem maior freqüência de auxílio nas despesas domésticas, coabitação com companheiros e filhos, conhecimento do número de vezes que necessitaram utilizar serviços de saúde e maior nível de escolaridade. Por outro lado, foram identificados os fatores de risco presentes nesta característica, explicitada através do fenômeno da adultização, no qual o jovem acumula responsabilidades que estão além de suas capacidades, gerando sofrimento. No caso do uso de drogas, por exemplo, justamente a independência proporcionada pelo dinheiro próprio pode contribuir para o consumo das substâncias. Os

efeitos negativos do trabalho sobre a saúde dos jovens trabalhadores têm sido um ponto convergente em alguns estudos (Asmus et al., 2005; Fischer et al., 2003a, 2003b, 2005), somado a dificuldades de administrar a competição que se estabelece entre o trabalho e outras tarefas (Campos & Francischini, 2003; Oliveira & Robazzi, 2001).

O Estudo II da presente dissertação ainda reforçou a existência de um mercado de trabalho pouco favorável para o público juvenil. Os jovens, em sua maioria, carecem de um trabalho com carteira assinada, benefícios trabalhistas e perspectivas de ascensão profissional. As empresas empenham-se em economizar encargos trabalhistas e transformam seus empregados em prestadores de serviços ou autônomos subcontratados (Lima, 2005). Este panorama eleva a fragilidade das experiências ocupacionais deste público, uma vez que, diante da necessidade de sobreviver, contribuir para a renda familiar e buscar sua independência, tornam-se vulneráveis a condições de trabalho degradantes e alienadoras.

O ser humano relaciona-se com seu contexto de forma dialética, que o transforma e transforma o mundo ao seu redor. Esta vivência promove o surgimento de significados para a própria experiência laboral do jovem. No Estudo II, na amostra total, destacaram-se os significados de trabalho como “produção de algo útil” e “dinheiro”. Estas dimensões podem estar refletindo a busca por um trabalho que construa algo produtivo para o indivíduo e sociedade, sem perder de vista que o mesmo necessita proporcionar condições de sobrevivência para o jovem e sua família, através da remuneração. Observou-se que o significado de trabalho como emprego ficou em posição intermediária, o que pode estar indicando uma abertura do(a) jovem para novas formas de trabalho – seja por falta de oportunidades de trabalhar com carteira assinada ou por opção.

As diferenças regionais presentes em cada cidade integrante desta pesquisa, ainda que não tenham sido foco de discussão, foram reconhecidas como existentes. Ocorre que a juventude brasileira não pode ser abordada como uma realidade homogênea em todas as camadas sociais do país. Há diversidades e desigualdades nos aspectos naturais, sociais e culturais de cada local (Casal & Farias, 2005). Ao mesmo tempo, existe um macrossistema comum que atravessa as diferentes localidades, que é o contexto brasileiro.

O trabalho é a atividade a partir da qual a pessoa estabelece sua marca no mundo, desenvolve relações, utiliza seu talento, aprende e desenvolve sua identidade e senso de pertencimento (Morin, 2004). Os jovens que executam alguma atividade laboral necessitam fazê-lo com orientação e acompanhamento, em espaço físico adequado, onde as relações trabalhistas os protejam e promovam seu crescimento profissional e pessoal. Os dados do Estudo II revelaram uma realidade distante desta proposta. Constatou-se que o trabalho

juvenil pode ser considerado um fator de risco, principalmente quando as condições laborais não se dão de forma adequada e protegida. Este estudo reforça a necessidade do cumprimento do Estatuto da Criança e do Adolescente (Brasil, 1990) no que diz respeito à proteção da juventude brasileira no trabalho. O futuro destes jovens depende de melhores condições de desenvolvimento hoje.

Capítulo IV

Conclusões

O Estudo I e o Estudo II da presente dissertação apresentam como interface comum a dimensão do trabalho na vida dos adolescentes e jovens brasileiros. O primeiro apresentou um estudo de caso sobre uma adolescente vítima de exploração sexual, de forma a investigar o nível de análise microssistema - proposto pela Abordagem Bioecológica do Desenvolvimento Humano. A atividade foi descrita pela jovem como seu meio de sobrevivência e produção, de maneira que os efeitos negativos da atividade foram excluídos de sua percepção. Uma característica marcante de sua história de vida foi a violência doméstica e na comunidade as quais foi exposta, tendo sempre como foco o oferecimento de seu corpo para serviços sexuais. Estas vivências estiveram presentes num período frágil na formação de sua identidade (pré-adolescência e adolescência) e instauraram novas formas de ver a si mesma e o mundo ao seu redor. Ao oferecer seu corpo, foi reconhecida como indivíduo produtivo, o que pode explicar sua visão rígida da submissão à exploração sexual como um trabalho.

O Estudo II abrangeu de forma aproximada o nível de análise macrossistema, incluso no conceito de contexto. O desenvolvimento de análises com o grupo de trabalhadores e não trabalhadores permitiu que a atividade laboral no período juvenil fosse identificada como fonte de vulnerabilidade. Constatou-se que os jovens trabalhadores em relação aos não trabalhadores vivenciam condições de trabalho precárias, possuem saúde mais fragilizada, são vítimas de discriminação e violência e apresentam dificuldade de administrar tarefas escolares e laborais. Ao mesmo tempo, identificou-se que o trabalho pode funcionar como fator protetivo, desde que realizado de forma protegida.

Em ambos os estudos, o modelo bioecológico favoreceu uma compreensão alargada sobre o desenvolvimento dos indivíduos, o primeiro partindo de uma dimensão qualitativa e, o segundo, de uma dimensão quantitativa. O desenvolvimento foi conceituado como ocorrendo e sendo influenciado por uma rede de contextos complexos, dinâmicos e em interação. A noção de contexto é complexa, tendo em vista que abarca aspectos físicos, sociais e culturais em diferentes níveis de análise, permitindo um olhar para além do ambiente imediato – daí a complementaridade do Estudo I e do Estudo II, ainda que independentes.

Ambos os estudos partiram do pressuposto de que os jovens trazem em sua história pessoal e social a valorização do trabalho – independente de proporcionar realização pessoal ou não (Sarriera et al., 1996). Nesse sentido, há necessidade do desenvolvimento de

programas de inserção laboral que ofereçam oportunidades de auxílio na escolha profissional e instrumentalização quanto aos recursos a serem utilizados na busca de um trabalho. Já existem programas voltados para esta temática e público, como o Programa de Inserção elaborado por Sarriera, Câmara e Berlim (2000).

A Organização Internacional do Trabalho (OIT) possui um papel especial na promoção de políticas de emprego para jovens em âmbito internacional. De acordo com esta organização, a promoção do trabalho decente para os jovens constitui um elemento decisivo para erradicação da pobreza e para atingir o desenvolvimento sustentável (OIT, 2005). No Brasil, a OIT tem apoiado o Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) e outros parceiros na implementação de programas de promoção do emprego de jovens.

Em Relatório da OIT (2009a) sobre as tendências mundiais de emprego para 2009, destacou-se a necessidade da adoção de medidas para apoiar os grupos vulneráveis do mercado de trabalho, como os jovens e as mulheres. Observou-se, ainda, que existe um enorme potencial de trabalho não aproveitado em todo o mundo, além de que o crescimento e o desenvolvimento econômico poderiam ser muito maiores se fosse dada oportunidade às pessoas de ter um trabalho decente através de investimentos produtivos e políticas ativas dirigidas ao mercado de trabalho (OIT, 2009b).

Nesse sentido, a presente dissertação buscou contribuir, através da elaboração de dois estudos, com a compreensão dos fenômenos discutidos e relacionados à juventude, como o trabalho e a exposição à violência e à exploração. As informações aqui elaboradas serão devidamente devolvidas para as instituições vinculadas a elaboração do trabalho, bem como outros espaços que tenham interesse na temática.

Referências

- Abramovay, M., Leite, A.M.A., Andrade, E.R., Esteves, L.C.G., Nunes, M.F.R., Bomfim, M.I.R.M., & Neto, M.F. (2001) *Escolas de paz*. Rio de Janeiro: UNESCO.
- Abramovay, M., Castro, M. J., Pinheiro, L. C., Lima, F. S., Matinelli, C. C. (2002) *Juventude, violência e vulnerabilidade social na América Latina: desafios para políticas públicas*. Brasília: UNESCO, BID.
- Albornoz, S. (1986). *O que é trabalho?* 6.ed. São Paulo: Brasiliense.
- Álvarez, J.L. & Garrido, A. Reflexos da situação laboral na saúde mental dos jovens. (2002). In Mendes, A.M.M., Borges, L.O., & Ferreira, M.C. *Trabalho em transição, saúde em risco* (pp. 207-224). Brasília: Editora Universidade de Brasília.
- Amazarray, M.R., Dutra-Thomé, L., Poletto, M., & Koller, S. (2007). Perspectivas acerca do trabalho infanto-juvenil: ideologias, subjetividade e saúde do trabalhador. *Laboreal*, 3(2), pp.22-28.
- Asmus, C. I. R. F, Raymundo, C. M. R., Barker, S. L., Pepe, C. C. C. A., & Ruzany, M. H. (2005). Atenção integral à saúde de adolescentes em situação de trabalho: lições aprendidas. *Ciência e Saúde Coletiva*, 10(4), 953-960.
- Barros, R. P. de & Santos, E. C. (1996). Conseqüências de longo prazo do trabalho precoce. In A. Fausto & R. Cervini (Eds.), *O trabalho e a rua: Crianças e adolescentes no Brasil urbano dos anos 80* (2. ed.; pp.56-61). São Paulo: Cortez.
- Bastos, A.V.B. (2003). Psicologia Organizacional e do Trabalho: Que resposta estamos dando aos desafios contemporâneos da sociedade brasileira? In O.H. Yamamoto, V.V. Gouveia, (Eds), *Construindo a psicologia brasileira: desafios da ciência e prática psicológica*. São Paulo: Casa do Psicólogo.
- Batista, A.S. & Codo, W. (2002) O trabalho e o tempo. In M.G. Jacques & W. Codo (Eds.), *Saúde mental e trabalho: leituras* (pp. 401-420). Petrópolis, RJ: Vozes.
- Benincasa, M. & Rezende, M. M. (2006). Tristeza e suicídio entre adolescentes: fatores de risco e de proteção. *Boletim de Psicologia*, 106(124), 93-110.
- Borges, L.O.B. & Argolo, J.C.T. (2002). Estratégias Organizacionais na Promoção da Saúde mental do Individuo podem ser eficazes. In M.G.Jacques & W. Codo (Eds.). *Saúde Mental e Trabalho: leituras* (pp. 271-295). Petrópolis, RJ: Vozes.
- Borsoi, I.C.F. (2002). Os sentidos do Trabalho na Construção Civil: O “Esforço Alegre” sem a alegria do Esforço. In M.G. Jacques & W. Codo (Eds.). *Saúde Mental e Trabalho: leituras* (pp. 309-324). Petrópolis, RJ: Vozes.

- Brasil (1990). *Estatuto da Criança e do Adolescente – Lei Federal 8069/1990*. Brasília: Diário Oficial da União.
- Brasil (2005). *Decreto 5598/2005*. Brasília: Diário Oficial da União.
- Brasil (2007). Medida Provisória Nº 362, de 29 de março de 2007. Brasília: Diário Oficial da União.
- Bronfenbrenner, U. (1996). *A ecologia do desenvolvimento humano: experimentos naturais e planejados*. Porto Alegre: Artes Médicas. (Original published in 1979)
- Bronfenbrenner, U. (2005). The bioecological theory of human development. In U. Bronfenbrenner (Ed.), *Making human beings human: Bioecological perspectives on human development* (pp. 3-15). Thousand Oaks, CA: Sage. (Original published in 2001)
- Bronfenbrenner, U. & Evans, G. W. (2000). Developmental science in the 21st century: Emerging questions, theoretical models, research designs and empirical findings. *Social Development*, 9(1), 115-125.
- Bronfenbrenner, U. & Morris, P. (1998). The ecology of developmental processes. In R. M. Lerner, & W. Damon (Eds.), *Handbook of child psychology* (Vol. 1, pp. 993-1027). New York: John Wiley & Sons.
- Câmara, S. G., Sarriera, J. C. & Pizzinato, A. (2004). Que portas se abrem no mercado de trabalho para os jovens em tempos de mudança? In J. C. Sarriera, K. B. Rocha & A. Pizzinato (Eds.), *Desafios do mundo do trabalho* (pp. 73-114). Porto Alegre: EDIPUCRS.
- Campos, H. R., & Francischini, R. (2003). Trabalho infantil produtivo e desenvolvimento humano. *Psicologia em Estudo*, 8(1), 119-129.
- Casal, C.L.F., Farias, L.S. (2005). Família, adolescência e juventude: desafios e aprendizados da rede solidária de defesa social. *Juntando saberes e construindo práticas*. In Rique, C., Lima. N. Recife: Bagaço.
- Galeazzi, I. (2002). Desemprego. In: Cattani, A.D. (Org.), *Dicionário crítico sobre trabalho e tecnologia* (pp.67-72). Porto Alegre: Ed.UFRGS.
- CEPAL; FNUAP. (2000). Juventud, población y desarrollo en América Latina y el Caribe: problemas, oportunidades y desafíos. Santiago de Chile.
- Cerqueira-Santos, E. (2008). Comportamento Sexual e Religiosidade: Um Estudo com Jovens Brasileiros. Tese de Doutorado no Programa de Pós-graduação em Psicologia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.
- Codo, W. (1992). *O que é alienação?* 8. ed. São Paulo: Brasiliense.

- Codo, W. (1996). Precisamos de Trabalho, não de força de trabalho. In W. Codo (Org.), *Por uma psicologia do trabalho: ensaios recolhidos* (pp. 61-74). São Paulo: Casa do Psicólogo.
- Codo, W. (1997). Um diagnóstico do trabalho (em busca do prazer). In A. Tamayo, J. E. Borges-Andrade & W. Codo (Eds.), *Trabalho, organizações e cultura* (pp.21-40). São Paulo: Cooperativa de Autores Associados.
- Codo, W. (2002). Um Diagnóstico Integrado do Trabalho com Ênfase em Saúde Mental. In M.G. Jacques, & W. Codo (Eds.), *Saúde Mental e Trabalho: leituras* (pp. 173-190). Petrópolis, RJ: Vozes.
- Codo, W. (2006). Um diagnóstico do trabalho – em busca do prazer. In W. Codo (Org.), *Por uma psicologia do trabalho: ensaios recolhidos* (pp. 75-96). São Paulo: Casa do Psicólogo.
- Codo, W. & Lago, K. (2006). Sobre o verbo, o trabalho e a loucura: abordando a saúde mental através do trabalho. In W. Codo (Org.), *Por uma psicologia do trabalho: ensaios recolhidos* (pp. 255-264). São Paulo: Casa do Psicólogo.
- Conselho Federal de Psicologia. (2000). *Resolução para pesquisa com seres humanos*. Resolução n. 016/2000, Brasília, DF.
- Conselho Nacional de Saúde. (1996). Resolução n.196/1996, 16 de outubro de 1996. Brasília, DF.
- Coutinho, M.C., Gomes, J.S. (2006). Sentidos do Trabalho: reflexões a partir de uma oficina vivencial desenvolvida com jovens. *Pesquisas e Práticas Psicossociais*, 1(1), 1-13.
- Coutinho, M.C. (1993). Subjetividade e trabalho. In Soares-Lucchiari, D.H.P. *Pensando e vivendo a orientação profissional* (pp. 117-122). São Paulo: Summus, 5 ed.
- Crespo, A.R.M, Vaz, M.A., Spode, C.B., Elbern, J.L.G., Karkow, A.R.M. & Vieira, P.R.B. (2004). Trabalho, prazer, sofrimento e adoecimento em portadores de lesões por esforços repetitivos. In A.R.M. Crespo (Org.), *Saúde do trabalhador no Rio Grande do Sul: realidade, pesquisa e intervenção* (pp. 127-144). Porto Alegre: Editora da UFRGS.
- Dejours, C. (1991). Entrevista concedida à Comissão de Saúde do Conselho Regional de Psicologia. *Cadernos CRP – 6ª Região*. São Paulo: CRP.
- Diener, E., Emmons, R. A., Larsen, R. J., & Griffin, S. (1985). The satisfaction with life scale. *Journal of Personality Assessment*, 49, 71-75.
- Erikson, E. H. (1987). *Infância e sociedade*. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar.
- Filgueiras, J.C. & Hippert, M.I.(2002). Estresse: Possibilidades e Limites. In M.G. Jacques & W. Codo (Eds.). *Saúde mental e trabalho: leituras* (pp. 112-129). Petrópolis, RJ: Vozes.

- Fischer, F. M., Oliveira, D. C., Teixeira, L. R., Teixeira, M. C. T. V., & Amaral, M. A. (2003a). Efeitos do trabalho sobre a saúde de adolescentes. *Ciência e Saúde Coletiva*, 8(4), 973-984.
- Fischer, F. M., Martins, I. S., Oliveira, D. C., Teixeira, L. R., Latorre, M. R. D., & Cooper, S. P. (2003b). Occupational accidents among middle and high school students of the state of São Paulo, Brazil. *Revista de Saúde Pública*, 37(3), 351-356.
- Fischer, F. M., Oliveira, D. C., Nagai, R., Teixeira, L. R., Junior, M. L., Latorre, M. R. D. O., & Cooper, S. P. (2005). Job control, job demands, social support at work and health among adolescent workers. *Revista de Saúde Pública*, 39(2), 245-53.
- Forastieri, V. (1997) *Children at work: health and safety risks*. International Labour Office, Geneva.
- Gonçalves, C. M. (2008). *Pais aflitos, filhos com o futuro incerto? Um estudo sobre a influência das famílias na orientação dos filhos*. Lisboa, FCG/FCT.
- Ghisleni, A.P. (2004). LER/DORT: processos de subjetivação nas relações com o trabalho. In A.R.M. Crespo (Org.), A.R.M. *Saúde do trabalhador no Rio Grande do Sul: realidade, pesquisa e intervenção* (pp. 145-169). Porto Alegre: Editora da UFRGS.
- Guimarães, R. M., Romanelli, G. (2002). A inserção de adolescentes no mercado de trabalho através de uma ong. *Psicologia em Estudo*, 7(2), 117-126.
- Heilborn, M. L. (2000). *Dimensões culturais do trabalho infantil feminino*. Revista Eletrônica. Retrieved in August, 17, 2005, from <http://www.ilo.org/public/english/standards/ipecc/publ/policy/papers/brasil/oitheilborn.pdf>.
- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. (2000a). *População jovem no Brasil: a dimensão demográfica*. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em 30/06/2006.
- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2000b). *População residente total, por sexo e grupo de idade 2000*. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/brasil_em_sintese> Acesso em 14/07/2006.
- Instituto Cidadania (2003). *Perfil da juventude brasileira*. Criterium Assessoria em Pesquisa, Instituto Cidadania, Instituto de Hospitalidade e SEBRAE. Disponível em <<http://www.projetojuventude.org.br>> Acesso em 03/07/2006.
- Jacques, M.G. (2002). “Doença dos nervos”: uma expressão da relação entre saúde/doença mental. In M.G. Jacques & W. Codo, *Saúde Mental e Trabalho: leituras* (pp. 98-111). Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.

- Jacques, M.G.C. (2003). Abordagens teórico-metodológicas em saúde/doença mental e trabalho. *Psicologia e Sociedade*, 15(1), 97-116.
- Jesús, M. & Ordaz, M.G. (2006). El Significado del Trabajo: Estudio Comparativo entre Jóvenes Empleados y Desempleados. *Segunda Época*, 25 (2), 64-77.
- Koller, S. H., Cerqueira-Santos, E., Morais, N. A., & Ribeiro, J. (2005). *Juventude Brasileira. Relatório Técnico*. Washington DC: World Bank.
- Lehman, Y.P.(1998). *Globalização: os desafios da orientação profissional*. In IV Congresso Interno do IPUSP, 1998, São Paulo. IV Congresso Interno do IPUSP. São Paulo : IPUSP, 1, 182-182.
- Lima, S.M., Minayo-Gomes, C. (2003). Modos de subjetivação na condição de aprendiz: embates atuais”. *História, Ciências e Saúde – Manguinhos*, 10(3), 931-53.
- Lima, L.F. (2005). *(Des)emprego tecnológico na indústria metalúrgica: Estudo de caso sobre a W3 Indústria Metalúrgica Ltda*: Ponta Grossa.
- Marques, M. E., Neves, M. de A. & Neto, A. C. (2002). *Trabalho infantil: a infância roubada*. Belo Horizonte: Segrac.
- Martinez, A. M. (2001). Trabajo Infantil y Subjetividad: una perspectiva necesaria. *Estudios de Psicología*, 6(2), 235-244.
- Martins, H.H.T.S. (2000). A juventude no contexto da reestruturação produtiva. *Juventude em Debate*. Editora Cortez, São Paulo, p. 17-40,
- Masten, A. S. (2001). Ordinary magic: resilience processes in development. *American Psychologist*, 56(3), 227-238.
- Mattos, R.A. (1992). *De recursos a seres humanos: O desenvolvimento humano na empresa*. Brasília: Livres.
- Meda, D. (1995). *Le travail: une valeur en voie de disparition*. Paris: Alto Aubier.
- Mendes, A.M. & Morrone, A.M. (2002). Vivências de Prazer-Sufrimento e Saúde Psíquica no Trabalho: Trajetória Conceitual e Empírica. In A.M.M. Mendes, L.O. Borges & M.C. Ferreira (Eds.), *Trabalho em transição, saúde em risco* (pp. 25-42). Brasília: Editora Universidade de Brasília.
- Ministério da Saúde (1996). *Resolução para pesquisa com seres humanos*. Resolução n. 196/1996, Brasília.
- Morin, E.M. (2004). The meaning of work in modern times. Conference. 10th Wo Janeiro, Brazil, *Congress on Human Resources Management*, Rio de Janeiro, Brazil, August, 20th.

- Nakano, M., Almeida, E. (2007). Reflexões acerca da busca de uma nova qualidade da educação: relações entre juventude, educação e trabalho. *Educ. Sociedade*, 28(100), 1085-1104.
- Nardi, H. C., & Yates, D. B. (2005). Transformações contemporâneas do trabalho e processos de subjetivação: Os jovens face à nova economia e à economia solidária. *Estudos de Psicologia*, 10(1), 95-103.
- Nardi, E.C. (2006). *Ética, trabalho e subjetividade: trajetórias de vida no contexto das transformações do capitalismo contemporâneo*. Porto Alegre: Editora do UFRGS.
- Nascimento, E.C. (2003). Pós-modernidade: Uma reflexão sobre os espaços do sujeito, a errância e suas relações com o social. *Psico*, 34(1), 109-121.
- Netto Fleury, M. M. (2007). Baile de calle: Jóvenes entre proyectos de recreación y trabajo. *Ultima década*, 15(27), p.27-48.
- Oliveira, B. R. G., & Robazzi, M. L. C. C. (2001). O trabalho na vida dos adolescentes: alguns fatores determinantes para o trabalho precoce. *Revista Latino-americana de Enfermagem*, 9(3), 83-89.
- Oliveira, D. C., Sá, C. P., Fischer, F. M., Martins, I. S., & Teixeira, L. R. (2001). Futuro e liberdade: o trabalho e a instituição escolar nas representações sociais de adolescentes. *Estudos de Psicologia*, 6(2), 245-258.
- Oliveira, D. C., Fischer, F. M., Teixeira, M. C. T. V., & Amaral, M. A. (2003). A escola e o trabalho entre adolescentes do ensino médio da cidade de São Paulo: uma análise de representações sociais. *Psicologia: Teoria e Prática*, 5(1), 27-39.
- Oliveira, D. C., Fischer, F. M., Amaral, M. A., Teixeira, M. C. T. V., & Sá, C. P. (2005). A Positividade e a Negatividade do Trabalho nas Representações Sociais de Adolescentes. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 18(1), 125-133.
- Oliveira, P.A.B. (2002). Trabalho Coletivo: A Construção de Espaços de Cooperação e de Trocas Cognitivas entre os Trabalhadores. In M.G. Jacques & W. Codo, *Saúde Mental e Trabalho: leituras* (pp. 82-97). Petrópolis, RJ: Vozes.
- Organização Mundial de Saúde. (1987). Carta de Otawa para la promoción y educación para la salud. *Revista de Sanidad y Higiene Pública*, 61, 129-139.
- Organización Internacional del Trabajo (2002). *El trabajo decente es fundamental para el progreso social*. Ginebra: OIT. Retrieved in April, 08, 2008, from <http://www-ilo-mirror.cornell.edu/public/spanish/decent.htm>.

- Organización Internacional del Trabajo (2004). *Trabajo infantil: un manual para estudiantes*. Oficina Internacional del Trabajo: Ginebra.
- Organización Internacional del Trabajo (2005). A OIT e o emprego de jovens. Genebra: OIT. Retrieved in February, 2009, from http://www.oitbrasil.org.br/prgativ/prg_esp/emp_form_jov.php.
- Organização Internacional do Trabalho. (2009a). *Panorama laboral 2008: America Latina y El Caribe*: Lima.
- Organização Internacional do Trabalho. (2009b). *Global employment trends*: Geneva.
- Pesce, R.P., Assis, S.G., Santos, N., Oliveira, R.V.C. (2004). Risco e proteção: Em Busca de Um Equilíbrio Promotor de Resiliência. *Teoria e Pesquisa*, Brasília, 20(2), 135-143.
- Porto, J. & Tamayo, A. (2006). Influência dos Valores Laborais dos Pais sobre os Valores Laborais dos Filhos. *Psicologia: Reflexão & Crítica*, 19(1), 151-158.
- Pratti, L.E., Paula Couto, M.C., Moura, A., Poletto, M. & Koller, S.H. (2008). Revisando a inserção ecológica: uma proposta de sistematização. *Reflexão e Crítica*, 21, 160-169
- Prieb, S.A.M. (2000). A tese do fim da centralidade do trabalho: mitos e realidades. *Economia e Desenvolvimento*, nº 12, 48-76.
- Romanelli, G. (1997). Famílias de classes populares: socialização e identidade masculina. *Cadernos de Pesquisa Nep*, Campinas-SP, 1(2), 25-34.
- Santana, M. & Dimenstein, M. (2005). Trabalho doméstico de adolescentes e reprodução das desiguais relações de gênero. *Psico-USF*, 10(1), 93-102.
- Sapienza, G. & Pedromônico, M.R.M. (2005). Risco, proteção e resiliência no desenvolvimento da criança e do adolescente. *Psicologia em Estudo*, Maringá, 10(2), 209-216.
- Sarriera, J. C., Silva, M. A., Kabbas, C. P., & Lopes, V. B. (2001). Formação da identidade ocupacional em adolescentes. *Estudos de Psicologia*, 6(1), 27-32.
- Sarriera, J.C., Moreira, M.C., Rocha, K.B., Bonato, T.N., Duso, R. & Prikladnicki, S. (2003). Paradigmas em psicologia: compreensões acerca da saúde e dos estudos epidemiológicos. *Psicologia e Sociedade*, 15(2), 88-100.
- Sarti, C. A. (1996). *A família como espelho*. São Paulo: Autores Associados.
- Sato, L. (2002). Saúde e controle no trabalho: feições de um antigo problema. In M.G. Jacques & W. Codo, *Saúde mental e trabalho: leituras* (pp. 31-49). Petrópolis, RJ: Vozes.
- Schenker, M. & Minayo, M.C.S. (2005). Fatores de risco e de proteção para o uso de drogas na adolescência. *Ciência e Saúde Coletiva*, 10(3), 707-717.

- Siqueira, M.M.M. (2002). Estratégias Cognitivas à Perda do Emprego. In A.M.M. Mendes, L.O. Borges & M.C. Ferreira, *Trabalho em transição, saúde em risco* (pp. 133-158). Brasília: Editora Universidade de Brasília.
- Smolka, A.L.B. & Laplane, A.L.F. (2005). Processos de cultura e internalização. In M.C. Pinto (Org.), *Coleção Memória da Pedagogia: Lev Semenovich Vygotsky* (pp.76-83). R.J.: Ediouro.
- Somavia, J. (2001). *Reducir el déficit del trabajo decente: un desafío global*. Genebra: OIT. Retrieved in April. 08, 2008, from <http://www-ilo-mirror.cornell.edu/public/spanish/bureau/dgo/messages/summary.htm>.
- Tittoni, J. (1994). Subjetividade e trabalho. Porto Alegre: Ortiz.
- Tolfo, S.R.; Piccinini, V. (2007). Sentidos e significados do trabalho: explorando conceitos, variáveis e estudos empíricos brasileiros. *Psicologia & Sociedade*, 19, Edição Especial 1: 38-46
- Traverso-Yépez, Martha. (2002). Trabalho e Saúde: Subjetividades em um contexto de precariedade. In A.M.M. Mendes, L.O. Borges & M.C. Ferreira, *Trabalho em transição, saúde em risco* (pp. 111-131). Brasília: Editora Universidade de Brasília.
- Waiselfisz, J.J. (2007). *Relatório de desenvolvimento juvenil*. Brasília. Ritla, Instituto Sangari, MCT.
- Watarai, F. & Romanelli, G.(2005). Trabalho e identidade de adolescentes do sexo masculino de camadas populares. In *Proceedings of the 1th Simpósio Internacional do Adolescente*, São Paulo (SP).
- Werlang, B.S.G., Borges, V.R., & Fensterseifer, L.(2005).Fatores de risco ou proteção para a presença de ideação suicida na adolescência. *Revista Interamericana de Psicología/Interamerican Journal of Psychology*, 39(2), 259-266
- Yahoo Finanças (2008). *Conversor de Moedas*. Retrieved from <http://br.finance.yahoo.com/currency/convert?from=USD&to=BRL&amt=1&t=1y> in 28/07/2008.
- Yunes, J. & Zubarew, T. (1999). Mortalidad por causas violentas en adolescentes y jóvenes: un desafío para la región de las Américas. *Revista Brasileira de Epidemiologia*, 2(3), 102-171.
- Zanini, P., Fürstenau, C.R., Pacini, L., & Merlo, A.R.C. (2004). As transformações no serviço público e a saúde dos trabalhadores da seguridade social de Porto Alegre. In A.R.M,

Crespo (Org.), *Saúde do trabalhador no Rio Grande do Sul: realidade, pesquisa e intervenção* (pp. 361-378). Porto Alegre: Editora da UFRGS.

Anexo A

QUESTIONÁRIO UTILIZADO NA PESQUISA COM OS JOVENS BRASILEIROS NAS CAPITAIS
CAMPO GRANDE, PORTO ALEGRE, RECIFE E SÃO PAULO

DATA: _____ NOME DO ENTREVISTADOR: _____ LOCAL DA ENTREVISTA: _____

NOME: _____ **TELEFONE:** _____

1. Sexo: a. () Masculino b. () Feminino 2. Idade: _____
3. Cidade/Estado onde nasceu: _____
4. Cor: a. () Branca b. () Negra c. () Parda d. () Amarela e. () Indígena
5. Estado Civil:
a. () Solteiro b. () Casado c. () Divorciado d. () Separado e. () Viúvo f. () Outros
6. Quem sustenta financeiramente a sua casa? (marque mais de uma resposta se for o caso)
a. () Eu
b. () Pai
c. () Mãe
d. () Irmão/Irmã
e. () Meu/Minha Companheiro(a)
f. () Padrasto/Madrasta
g. () Outros. Quem? _____
7. O seu pai está vivo?
a. () Sim b. () Não c. () Não sei
8. A sua mãe está viva?
a. () Sim b. () Não c. () Não sei
9. Onde seus pais nasceram? Marque com X:

	Pai	Mãe
a. Capital desse estado onde você mora		
b. Interior desse mesmo estado		
c. Capital de outro estado		
d. Interior de outro estado		
e. Outro país		
f. Não sei		

10. Qual é o grau de instrução de seu pai e da sua mãe? Marque com X:

	Pai	Mãe
a. Sabe ler, mas não foi à escola		
b. Analfabeto		

- c. Fundamental incompleto (1º grau)
- d. Fundamental completo (1º grau)
- e. Médio incompleto (2º grau)
- f. Médio completo (2º grau)
- g. Superior incompleto (universitário)
- h. Superior completo (universitário)
- i. Não sei

11. Quem mora na sua casa? (marque mais de uma resposta se for o caso)

- a. Pai
- b. Mãe
- c. Padrasto
- d. Madrasta
- e. Irmãos
- f. Avô
- g. Avó
- h. Tios
- i. Pais adotivos
- j. Filho(s)
- k. Companheiro(a)
- l. Outros: _____

12. Com relação à idade das pessoas que moram com você, quantas possuem:

	Uma pessoa	Duas pessoas	Três pessoas	Quatro ou mais pessoas
Até 5 anos				
Entre 6 e 14 anos				
Entre 15 e 24 anos				
Entre 25 e 40 anos				
Acima de 40 anos				

13. Você morava em alguma outra cidade imediatamente antes de morar onde mora hoje?

- a. Não, sempre morei aqui (Se marcar essa alternativa, pule para a questão 15)
- b. Morei no interior do mesmo estado
- c. Morei na capital de outro estado
- d. Morei no interior de outro estado
- e. Morei em outro país

14. Se você se mudou, por que foi? (marque mais de uma resposta se for o caso)

- a. Busca de uma melhor condição financeira (trabalho para você ou para seus pais)
- b. Para estudar
- c. Para receber melhor assistência médica
- d. Transferência de emprego(sua ou dos seus pais)
- e. Para casar
- f. Não sabe/Não se lembra
- g. Outro Qual? _____

15. Quantos quartos tem sua casa? _____

16. Quantos banheiros tem sua casa? _____

17. De que material a sua casa é construída?
- a. Alvenaria (tijolo)
 - b. Madeira
 - c. Papelão
 - d. Amianto, barro
 - e. Outro Qual? _____
18. Marque quais serviços que sua casa possui:
- a. Água encanada
 - b. Energia elétrica
 - c. Rede de esgoto
 - d. Telefone
 - e. Internet
 - f. Coleta de lixo
19. Qual a média da renda mensal familiar do seu domicílio?
- a. R\$ 0-100
 - b. R\$ 101-200
 - c. R\$ 201-300
 - d. R\$ 301-400
 - e. R\$ 401-500
 - f. R\$ 501-600
 - g. R\$ 601-800
 - h. R\$ 801-1.000
 - i. R\$ 1.001-1.200
 - j. Acima de R\$ 1.200

Se você tem algum tipo de deficiência, responda as questões abaixo. Se não, passe para a pergunta número 23:

20. Que tipo de deficiência você tem?
- a. Visual
 - b. Auditiva
 - c. Física
 - d. Outra Qual? _____
21. Há quanto tempo você convive com esta deficiência?
- a. Desde que nasci
 - b. Há mais de três anos
 - c. De um há três anos
 - d. De um ano pra cá
22. Sua deficiência foi causada por:
- a. Problemas na gestação
 - b. Acidente Qual? _____
 - c. Doença Qual? _____
 - d. Outro Qual? _____

23. Por favor, marque X para como você avalia:

Muito ruim	Ruim	Nem ruim nem boa	Boa	Muito boa
------------	------	------------------	-----	-----------

- | |
|---|
| a. A sua saúde
b. A sua qualidade de vida
c. A sua aparência física |
|---|

24. Por favor, marque o número correspondente a quantas vezes no último ano, você:

- | | | | | | | | |
|--|---|---|---|---|---|---------|------------|
| b. Foi ao médico | 0 | 1 | 2 | 3 | 4 | ou mais | Não lembra |
| c. Esteve hospitalizado | 0 | 1 | 2 | 3 | 4 | ou mais | Não lembra |
| d. Faltou ao trabalho ou escola por estar doente | 0 | 1 | 2 | 3 | 4 | ou mais | Não lembra |

25. Você tem alguma doença crônica (diabetes, AIDS, câncer, insuficiência renal, outra)?

- a. Sim Qual? _____
 b. Não

26. Você precisa tomar algum remédio todos os dias? (exceto pílula anticoncepcional)

- a. Sim Qual? _____
 b. Não

27. Você utiliza os serviços do posto de saúde da sua comunidade?

- a. Sim
 b. Não (Se você não utiliza, pule para a questão 29)
 c. Não há posto de saúde

28. Como você avalia os serviços do posto de saúde da sua comunidade? Marque com X a sua resposta:

- | | | | | | |
|--|------------|------|---------|-----|-----------|
| | Muito ruim | Ruim | Regular | Bom | Muito bom |
| a. Quanto à localização | | | | | |
| b. Quanto à facilidade de receber atendimento | | | | | |
| c. Quanto à qualidade (profissionais, infra-estrutura) | | | | | |

29. Qual a sua orientação sexual?

- a. Heterossexual
 b. Homossexual
 c. Bissexual
 d. Transexual

30. Você já teve sua primeira relação sexual?

- Sim Com que idade? _____
 Não (Se não, pule para a questão 43)

31. Se sim, com quem foi?

- a. Namorado(a)
 b. Amigo(a)
 c. Marido/Esposa
 d. Parente Qual? _____
 e. Outro Qual? _____

32. Você ou sua parceira utilizam algum método para evitar filhos?

- a. Nunca (Pule para a questão 34)
 b. Às vezes
 c. Sempre

33. Qual método você usa para evitar filhos? (marque mais de uma resposta se for o caso)

- a. Esterilização feminina
- b. Pílula anticoncepcional
- c. Espuma ou geléia vaginal
- d. Injeções anticoncepcionais
- e. Diafragma
- f. DIU
- g. Camisinha
- h. Tabela, ritmo, calendário
- i. Coito interrompido
- j. Esterilização masculina
- k. Outros métodos _____

34. Quantas vezes você esteve grávida - ou a sua parceira (namorada, esposa)?

- a. 1
- b. 2
- c. 3
- d. 4
- e. 5
- f. 6 ou mais
- g. Nenhuma (Pule para a questão 43)
- h. Não sei

35. Quantos filhos estão vivos hoje? _____

36. O que aconteceu com os outros filhos?

- | | |
|-------------------------------|-----------------------------|
| | Quantos? (escreva o número) |
| a. Sofreram aborto natural | |
| b. Sofreram aborto provocado | |
| c. Morreram no parto | |
| d. Morreram entre 0 e 1 ano | |
| e. Morreram com mais de 1 ano | |

37. Qual a sua idade quando teve seu primeiro filho nascido vivo? _____ anos

38. Você teve algum(a) filho(a) portador(a) de deficiência?

- a. Sim Quantos? _____ De que tipo? _____
- b. Não
- c. Não sei

39. Quantos filhos moram com você hoje? _____

40. Com quem seus filhos moram?

- a. Comigo
- b. Com o pai/mãe
- c. Avôs/Avós
- d. Outro parente
- e. Abrigos
- f. Família adotiva

g. Não sei

41. Se você ou sua parceira já esteve grávida, marque X na sua resposta:

	Discordo	Nem concordo nem discordo	Concordo
a. Esse foi um importante momento da minha vida			
b. A gravidez foi desejada			
c. Eu me senti envergonhado(a)			
d. A gravidez foi motivo de preocupação			
e. Escondi a gravidez			
f. Eu me senti orgulhoso(a)			
g. Perdi o emprego, por causa da gravidez			
h. Eu me casei			
i. Fui obrigado(a) a casar			
j. Comecei a trabalhar, por causa da gravidez			
k. Parei de estudar, por causa da gravidez			

42. Se você já foi mãe ou pai, marque X na sua resposta:

	Discordo	Nem concordo nem discordo	Concordo
a. Esse foi um importante momento da minha vida			
b. Comecei a trabalhar para criar meu(s) filho(s)			
c. Abandonei os estudos para trabalhar			
e. Gostaria de ter outro(s) filho(s)			
f. O nascimento da criança mudou a minha dinâmica de vida			
g. Abandonei os estudos para cuidar do bebê			
h. Minha família ajuda financeiramente a meu(s) filho(s)			
i. Minha família ajuda com a criação de meu(s) filho(s)			

43. Qual método você usa para evitar AIDS? (marque mais de uma resposta se for o caso)

- a. Não tenho relações sexuais
 b. Faço exames médicos freqüentes
 c. Uso camisinha
 d. Não compartilho seringas
 e. Não beijo na boca
 f. Não faço sexo oral
 g. Tomo cuidados de higiene
 h. Não faço nada para me prevenir
 i. Outro Qual? _____

44. Sobre a sua qualidade de vida, marque com um X o seu grau de satisfação com:

	Muito insatisfeito	Insatisfeito	Nem satisfeito nem insatisfeito	Satisfeito	Muito satisfeito
a. Você mesmo					
b. Suas relações pessoais (amigos, parentes, conhecidos, colegas)					
c. Sua vida sexual					
d. O apoio que recebe dos amigos					
e. As condições do local onde mora					

45. Você já estudou ou estuda em escola?

- a. Estudo _____ série
b. Nunca estudei (Se marcar esta opção, pule para a questão 55)
c. Estudei até a _____ série (Se marcar esta opção, pule para a questão 53)

46. Qual o turno em que você frequenta a escola?

- a. Manhã
b. Tarde
c. Noite
d. Integral

47. Quantas vezes por semana, em média, você vai à aula?

- a. 1
b. 2
c. 3
d. 4
e. 5

48. Você recebe bolsa/auxílio (bolsa escola, bolsa alimentação, etc.)? (marque mais de uma se for o caso)

- a. Não recebo bolsa
a. Bolsa escola
b. Bolsa alimentação
c. Bolsa de estudo
d. Agente Jovem
e. Crédito educativo
f. Outra _____

49. Como você avalia a qualidade da sua escola?

- a. Muito ruim
b. Ruim
c. Razoável
d. Boa
e. Muito boa

50. Você já foi reprovado?

- a. Não
b. Uma vez
c. Duas vezes
d. Três vezes
e. Quatro vezes
f. Cinco vezes
g. Seis vezes ou mais

51. Você já foi expulso de alguma escola?

- a. Sim Por quê? _____
b. Não

52. Por favor, marque com X a sua opinião sobre os seguintes fatos:

Na escola...	Discordo	Nem concordo nem discordo	Concordo
--------------	----------	------------------------------	----------

- a. Eu me sinto bem quando estou na escola
- b. Gosto de ir para a escola
- c. Gosto da maioria dos meus professores
- d. Gosto da maioria dos amigos que tenho na escola
- e. Meus estudos têm uma grande importância para mim hoje
- f. Meus estudos têm uma importância pra mim no futuro
- g. Meus pais ou familiares incentivam muito os meus estudos
- h. Quero continuar meus estudos nessa escola
- i. Posso contar com meus professores ou alguém da equipe escolar (orientador, coordenador)
- j. Confio na maioria dos meus professores
- k. Se precisar, sei que posso contar com a ajuda dos amigos
- l. Confio nos amigos da escola
- m. Tenho muito desejo de fazer uma faculdade
- n. Minha realização pessoal envolve fazer uma faculdade
- o. Considero-me um bom estudante
- p. Sei que tenho condições de entrar numa universidade
- q. Só quem vai à escola particular pode entrar na universidade
- r. Para alcançar o que sonho preciso estudar muito

(Se você está estudando e respondeu as perguntas acima, pule para a questão 55)

53. Se você não está estudando agora, por que parou? (marque mais de uma resposta se for o caso)

- a. Não gostava, ia mal na escola
- b. Mudei de moradia (cidade, bairro, etc.)
- c. Saí de casa
- d. Não tinha vaga
- e. Precisei trabalhar
- f. A escola era longe
- g. Não tinha dinheiro para comprar material, uniforme, etc.
- h. Fui expulso(a)
- i. Já concluí os estudos
- j. Por ser deficiente
- k. Não lembro
- l. Outro. Qual? _____

54. Há quanto tempo parou de estudar?

- a. Não me lembro
- b. Até 6 meses
- c. Mais de 6 meses até 1 ano
- d. Mais de 1 ano até 2 anos
- e. Mais de 2 anos até 5 anos
- f. Mais de 5 anos

55. Você trabalha ou trabalhou nos últimos 12 meses?

- a. Sim
- b. Não

56. Marque mais de um item se for o caso:

Atualmente, você...

- a. () Não trabalha e não está procurando trabalho
- b. () Não trabalha e está procurando trabalho
- c. () Trabalha com carteira assinada
- d. () Trabalha sem carteira assinada
- e. () Trabalha por conta própria
- f. () Faz “bicos”
- g. () Realiza trabalhos voluntários (sem pagamento/remuneração)
- h. () Ajuda nas atividades de sua própria casa (sem pagamento/remuneração)
- i. () Trabalha para outra pessoa, mas não ganha nada com isso

57. Que palavra tem o mesmo significado da palavra trabalho para você? _____

58. Que palavra tem um significado oposto ao significado da palavra trabalho? _____

59. Marque com um X, qual é a sua opinião sobre as seguintes questões relacionadas ao trabalho:

	Discordo Nem concordo Concordo
	nem discordo
a. Trabalho é qualquer atividade que exija força, energia ou esforço para ser feita	
b. Trabalho é qualquer atividade que produz algo útil à nossa vida ou à vida de outras pessoas	
c. O trabalho é algo difícil, duro e penoso, mas temos obrigação de fazer, porque Deus disse que devemos ganhar o pão com o suor do nosso rosto	
d. Trabalho é uma colocação numa empresa, com carteira assinada	
e. O trabalho é aquilo que mostra que uma pessoa é digna e honrada	
f. O trabalho de uma pessoa é um produto que se pode vender	
g. É o trabalho de uma pessoa que diz quem ela é para os outros	
h. É o trabalho que mostra que uma pessoa tem saúde física e mental	
i. Trabalhar é ter idéias	
j. Trabalho é aquilo que se faz para ganhar dinheiro	

Caso não esteja trabalhando, pule para a questão 66.

60. Que meio de transporte utiliza para ir ao trabalho? (marque mais de uma resposta se for o caso)

- a. () A pé
- b. () Carro ou motocicleta particular
- c. () Transporte coletivo (ônibus, trem, metrô etc.)
- d. () Uso de transporte da empresa onde trabalho
- e. () Bicicleta
- f. () Não preciso me deslocar para ir ao trabalho

g. () Uso outro meio de transporte Qual? _____

61. Qual a sua renda mensal média?

- a. () R\$ 0-100
- b. () R\$ 101-200
- c. () R\$ 201-300
- d. () R\$ 301-400
- e. () R\$ 401-500
- f. () R\$ 501-600
- g. () R\$ 601-800
- h. () R\$ 801-1.000
- i. () R\$ 1.001-1.200
- j. () Acima de R\$ 1.200

62. Você recebe algum tipo de auxílio do seu trabalho (vale refeição, cesta básica, vale transporte)?

- a. () Sim
- b. () Não

63. Nos últimos 30 dias sobrou algum dinheiro do que você ganhou com o seu trabalho?

- a. () Sim
- b. () Não

64. Como você recebe seu pagamento?

- a. () A cada dia trabalhado
- b. () Semanalmente
- c. () Quinzenalmente
- d. () Mensalmente
- e. () Não tem regularidade
- f. () Não recebo pagamento

65. Quantas horas por dia você dedica ao trabalho? _____ horas

66. Marque com X a sua opinião sobre a influência de cada uma das características abaixo para que, na sociedade atual, uma pessoa possa conseguir um trabalho:

	Atrapalha	Não interfere	Ajuda
a. Ser casado			
b. Ser solteiro			
c. Ser branco			
d. Ser indígena			
e. Ser mestiço			
f. Ser negro			
g. Ser oriental			
h. Saber ler e escrever			
i. Ter o ensino fundamental completo (1o grau)			
j. Ter o ensino médio completo (2o grau)			
k. Ter um curso de nível superior completo (universitário)			
l. Estar estudando			
m. Estar sem estudar			
n. Morar perto do local de trabalho			

- o. Ter experiência de trabalho anterior
- p. Ter a indicação de um amigo
- q. Ser indicado por uma instituição (igreja, ONG)
- r. Ter filhos
- s. Ter alguma deficiência (física, visual, auditiva, mental)
- t. Ser homem
- u. Ser mulher
- v. Ter feito algum curso profissionalizante
- w. Saber lidar com computadores e informática
- x. Saber outro idioma além do português
- y. Ser heterossexual
- z. Ser homossexual
- aa. Ser jovem
- bb. Ser idoso
- cc. Gozar de boa saúde
- dd. Ter dentes bem cuidados
- ee. Estar grávida
- ff. Ter cumprido o serviço militar obrigatório
- gg. Ter todos os documentos
- hh. Ter conta bancária
- ii. Ter uma religião
- jj. Usar roupas novas e bem cuidadas
- kk. Mostrar que precisa de trabalho
- ll. Mostrar que tem competência

67. Com relação ao seu trabalho atual, marque com X a sua opinião para as seguintes frases:

No trabalho...	Discordo	Nem concordo nem discordo	Concordo
a. Eu estou sempre aprendendo coisas novas			
b. Se eu continuar nesse trabalho, sei que vou passar o resto da vida fazendo a mesma coisa			
c. Eu tenho boas relações com os meus colegas			
d. Eu sinto que trabalho demais			
e. Minhas tarefas são desafiadoras e variadas			
f. Eu trabalho nesse lugar porque preciso, mas não tenho interesse e nem gosto do que faço			
g. Meus horários são inconvenientes			
h. Eu sei que não vou ser posto na rua de uma hora pra outra			
i. Tenho que fazer muita coisa para as quais eu não estou preparado			
j. As pessoas dão valor ao meu trabalho			
k. Eu tenho que fazer as coisas como meus chefes mandam, não posso sugerir inovações			
l. Eu estou satisfeito com o que ganho			
m. Eu sinto vergonha do meu trabalho			
n. Eu tenho segurança e conforto			

68. Marque com um X, a sua opinião sobre o que você espera de seu trabalho:

Eu gostaria que meu trabalho me oferecesse...	Discordo	Nem concordo	Concordo

nem discordo
<p>a. Oportunidades de aprender coisas novas</p> <p>b. Possibilidade de crescimento profissional</p> <p>c. Boas relações com os colegas</p> <p>d. Mesma quantidade de horas de trabalho por dia</p> <p>e. Horários mais convenientes</p> <p>f. Possibilidade de pensar, tomar decisões, sugerir e criar</p> <p>g. Garantia de satisfação pessoal</p> <p>h. Garantia de não perder o trabalho de uma hora pra outra</p> <p>i. Ter tarefas para as quais sinto segurança para realizar</p> <p>j. Saber que as outras pessoas acham meu trabalho bom</p> <p>k. Dar sugestões e perceber que são aceitas</p> <p>l. Possibilidades de ganhar bem</p> <p>m. Possibilidades de ter orgulho do que faço</p> <p>n. Um local limpo, seguro e confortável para trabalhar</p>

69. Marque sim ou não para cada item em cada uma das colunas:

Caso já tenha experimentado algumas das drogas citadas, responda a essas duas colunas:			
Tipo de droga	Já experimentou	De um ano pra cá, usou?	De um mês pra cá, usou?
Vinho ou cerveja	() Sim () Não	() Sim () Não	() Sim () Não
Outra bebida alcoólica	() Sim () Não	() Sim () Não	() Sim () Não
Cigarro comum	() Sim () Não	() Sim () Não	() Sim () Não
Maconha	() Sim () Não	() Sim () Não	() Sim () Não
Haxixe	() Sim () Não	() Sim () Não	() Sim () Não
Cola	() Sim () Não	() Sim () Não	() Sim () Não
Loló	() Sim () Não	() Sim () Não	() Sim () Não
Lança	() Sim () Não	() Sim () Não	() Sim () Não
Cocaína	() Sim () Não	() Sim () Não	() Sim () Não
Crack	() Sim () Não	() Sim () Não	() Sim () Não
Remédios	() Sim () Não	() Sim () Não	() Sim () Não
Chás	() Sim () Não	() Sim () Não	() Sim () Não
Outra _____	() Sim () Não	() Sim () Não	() Sim () Não

70. De um mês pra cá, quantos dias você fez uso das drogas abaixo? Marque com X:

Tipo de droga	Todos ou quase todos os dias (20 dias ou mais)	Alguns dias (4 a 19 dias)	Poucos dias (1 a 3 dias)	Não usou
a. Bebida alcoólica				
b. Cigarro comum				
c. Drogas ilícitas (maconha, cocaína, crack, etc.)				

71. Se você usa ou já usou drogas (incluindo cigarro e álcool), qual é o motivo? (marque mais de uma resposta se for o caso) (Se não usa nenhum tipo de droga, pule para a questão 76)

- a. () Não sei
- b. () Acho legal, gostoso, divertido
- c. () Para me sentir mais solto (desinibido)
- d. () Para me sentir mais forte e corajoso

- e. () Porque é fácil conseguir
- f. () Porque os meus amigos usam
- g. () Para esquecer a tristeza e os problemas
- h. () Outro. Qual? _____

72. Qual dessas drogas você já tentou parar de usar? (marque mais de uma resposta se for o caso)

- a. () Bebida alcoólica
- b. () Cigarro comum
- c. () Drogas ilícitas (maconha, cocaína, crack, etc.)
- d. () Nunca tentei parar de usar (pule para a questão 75)

73. Alguém ajudou você nessa tentativa? (marque mais de uma resposta se for o caso)

- a. () Tentei sozinho
- b. () Tentei com um amigo/grupo de amigos
- c. () Alguém da igreja
- d. () Alguém de instituição (educador, assistente social)
- e. () Alguém do hospital ou posto de saúde
- f. () Alguém da família
- g. () Outros _____

74. Se você parou de usar drogas ilícitas, qual o motivo? (marque mais de uma resposta se for o caso)

- a. () Não sei
- b. () A família é contra
- c. () Amigos, namorado(a) são contra
- d. () Por causa da religião
- e. () Por medo da polícia
- f. () Por causa da saúde
- g. () Medo de viciar
- h. () Usou e passou mal
- i. () Outro Qual? _____

75. Como você consegue (conseguiu) as drogas (ilícitas) que você usa (usou)? (marque mais de uma resposta se for o caso)

- a. () Pedi/ganhei de alguém
- b. () Comprei pessoalmente
- c. () Pedi para outra pessoa comprar
- d. () Outros Qual? _____

76. Se você nunca usou drogas ilícitas, por que você nunca usou? (marque mais de uma resposta se for o caso)

- a. () Não sei
- b. () A família é contra
- c. () Amigos, namorado(a) são contra
- d. () Por causa da religião
- e. () Por medo da polícia
- f. () Por causa da saúde
- g. () Medo de viciar
- h. () Outro Qual? _____

77. Você já tentou se matar?

a. () Nunca tentei. (Se você nunca tentou, passe para a questão 80).

b. () Já tentei Quantas vezes? _____

78. Se você já tentou se matar, como foi? (marque mais de uma resposta se for o caso)

a. () Com faca, tesoura, canivete

b. () Com revólver

c. () Enforcado

d. () Com substâncias químicas (remédios, venenos)

e. () Provocando acidente com veículo

f. () Queda provocada

g. () Com fogo

h. () Outro Qual? _____

79. Por que você tentou se matar? (marque mais de uma resposta se for o caso)

a. () Falta de sentido para viver

b. () Desilusão amorosa

c. () Dificuldades financeiras

d. () Por causa do vício em drogas

e. () Por problemas na família

f. () Outro Qual? _____

80. Marque com que frequência, utilizando a escala de 1 a 5 a seguir, ocorrem estes fatos:

Nunca	Muito raramente	Raramente	Freqüentemente	Muito freqüentemente
1	2	3	4	5

Alguém com quem eu moro ou morei já... (durante toda a sua vida)	Freqüência	Quem? (mãe, pai, irmão, amigo, padrasto, madrasta, tios, etc.)
a. Gritou comigo e me deu bronca exagerada		
b. Fez ameaças de me bater		
c. Me deu de fato um soco, tapa, empurrão		
d. Me ameaçou com um objeto (pedaço de madeira, ponta de cigarro, etc.)		
e. Me agrediu com objetos (pedaço de madeira, ponta de cigarro, etc.)		
f. Me ameaçou com arma (faca, revólver)		
g. Me agrediu com arma (faca, revólver)		
h. Tentou mexer no meu corpo, me beijar à força		
i. Mexeu de fato no meu corpo, me beijou à força		
j. Teve relação sexual forçada comigo		
k. Me ameaçou de castigo		
l. Me deu de fato um castigo		

81. Marque com que frequência, utilizando a escala de 1 a 5 a seguir, ocorrem estes fatos:

Nunca	Muito raramente	Raramente	Freqüentemente	Muito freqüentemente
1	2	3	4	5

<p>Na minha comunidade ou em outros locais por onde eu ando (escola, igreja, centros comunitários, locais de festa, etc.), alguém... (durante toda a sua vida)</p> <p>a. Gritou comigo e me deu bronca exagerada</p> <p>b. Fez ameaças de me bater</p> <p>c. Me deu de fato um soco, tapa, empurrão</p> <p>d. Me ameaçou com objeto (pedaço de madeira, ponta de cigarro, etc.)</p> <p>e. Me agrediu com objeto (pedaço de madeira, ponta de cigarro etc.)</p> <p>f. Me ameaçou com arma (faca, revólver)</p> <p>g. Me agrediu com arma (faca, revólver)</p> <p>h. Tentou mexer no meu corpo, me beijar à força</p> <p>i. Mexeu de fato no meu corpo, me beijou à força</p> <p>j. Teve relação sexual forçada comigo</p> <p>k. Me ameaçou de castigo</p> <p>l. Me deu de fato um castigo</p>	<p>Frequência</p>	<p>Quem? (por exemplo: professor, amigo, desconhecido, etc.)</p>
--	-------------------	--

82. Marque com X a sua opinião sobre os fatos seguintes:

<p>Em minha casa...</p> <p>a Gosto de ficar sozinho(a)</p> <p>b Sinto-me seguro com a minha família</p> <p>c Fico à vontade</p> <p>d Tenho medo de receber ameaças</p> <p>e Tenho privacidade</p> <p>f O ambiente é pesado</p> <p>g Há muitas brigas e discussões</p> <p>h Fico com medo de ser cobrado</p> <p>i É melhor do que ficar na rua</p> <p>j Presencio situações de alcoolismo</p> <p>k Há pessoas que são ãde luaã</p> <p>l As pessoas me acolhem com carinho</p> <p>m As pessoas são indiferentes à minha presença</p> <p>n Há divisão das tarefas domésticas</p> <p>o Encontro o apoio do qual necessito</p> <p>p Há respeito mútuo entre as pessoas</p> <p>q As pessoas dão atenção ao que falo</p> <p>r Alguém quer mandar mais do que os outros</p> <p>s As pessoas se ajudam mutuamente</p>	<p>Discordo Nem concordo nem discordo Concordo</p>
--	--

83. Em geral, como você descreveria a segurança da sua comunidade?

- a. () Muito insegura
- b. () Insegura
- c. () Mais ou menos segura
- d. () Segura
- e. () Muito segura
- f. () Não sei

84. Qual dessas situações você encontra/vivencia no local onde você mora? (marque mais de uma resposta se for o caso)

- a. Tráfico de drogas
- b. Batidas policiais
- c. Assaltos, roubos
- d. Tiroteios
- e. Nenhuma das anteriores

85. Você já sofreu alguma violência por parte da polícia?

- a. Não
- b. Sim. De que tipo? _____
Quando foi? _____

86. Em sua opinião, quais são as razões principais para os adolescentes cometerem atos de violência? (marque mais de uma resposta se for o caso)

- a. Problemas na família
- b. Busca de identidade e respeito
- c. Busca de proteção
- d. Busca de pertencimento ao grupo
- e. Busca de melhor condição financeira
- f. Outro Qual? _____

87. Qual o seu maior medo? (marque mais de uma resposta se for o caso)

- a. Perder algum familiar ou alguém que ama muito
- b. Morrer
- c. Sofrer algum acidente
- d. Sofrer violência
- e. Não ter emprego
- f. Ficar sozinho
- g. Outro. Qual? _____

88. Marque com um X a coluna referente à sua resposta para cada item:

	Nunca	Às vezes	Sempre
a. Sofro preconceito por morar onde moro (bairro, vila)			
b. Acho que tenho desvantagens por conta do meu sexo (homem/mulher)			
c. Sou discriminado por minha orientação sexual (heterossexual, homossexual, bissexual, transexual)			
d. Sofro preconceito racial (por conta da minha cor)			
e. Sinto que estou em desvantagem por estudar em escola pública			
f. Sofro discriminação por conta da profissão dos meus pais			
g. Já passei por preconceito por causa da minha classe socioeconômica			
h. Sofri preconceito por causa da minha religião			
i. Já estive em desvantagem por conta da minha aparência física			
j. Sofro discriminação por ser deficiente			

89. Marque com um X a coluna referente à sua resposta para cada item:

	Sim	Não
a. Nasci com uma deficiência		
b. Vivencio violência dentro da minha casa		

- c. O nível econômico da minha família baixou de uma hora para outra
- d. Alguém em minha casa está desempregado
- e. Meus pais se separaram
- f. Já estive internado em instituição (abrigos, FEBEM, orfanato, etc.)
- g. Já fugi de casa
- h. Já fui menino(a) de rua
- i. Já dormi na rua
- j. Já fui preso
- k. Alguém da minha família está ou esteve preso
- l. Sofri algum acidente que me trouxe alguma deficiência
- m. Alguém muito importante pra mim faleceu
- n. Passei fome
- o. Já me envolvi com tráfico de drogas
- p. Já morei com pessoas diferentes das que moro hoje
- q. Vivencio violência na minha comunidade
- r. Já tive problemas com a justiça

90. Você acredita em Deus (poder, espírito, inteligência ou força superior)?

- a. Sim
- b. Não
- c. Não sei

91. Com relação à sua religião/doutrina/crença, você se considera...

- a. Não acredito em Deus (ateu)
- b. Sem religião (mas acredito em Deus)
- c. Católico
- d. Protestante
- e. Evangélico
- f. Espírita
- g. Umbandista
- h. Candomblé
- i. Outro _____

92. Marque com um X a sua opinião em cada item:

	Nem um pouco	Pouco	Nem muito nem pouco	Muito	Bastante
a. A religião/espiritualidade tem sido importante para a minha vida					
b. Costumo freqüentar encontros religiosos					
c. Costumo ler escrituras sagradas ou fazer orações no meu dia-a-dia					
d. Costumo agradecer a Deus pelo que acontece comigo					
e. Peço ajuda a Deus para resolver meus problemas					
f. Costumo ler escrituras sagradas ou fazer orações quando estou em momentos difíceis					
g. Busco ajuda da minha instituição religiosa (igreja, templo, etc.) quando estou em dificuldades					

93. Se você já buscou ajuda em alguma organização religiosa, de que tipo foi? (marque mais de uma resposta se for o caso)

- a. Espiritual
- b. Emocional
- c. Material
- d. Não busquei

94. O que você gosta de fazer em suas horas de lazer? (marque mais de uma resposta se for o caso)

- a. Trabalhar
- b. Estudar
- c. Praticar esportes
- d. Brincar
- e. Passear
- f. Assistir TV
- g. Ouvir ou tocar música
- h. Desenhar/pintar/artesanato
- i. Namorar
- j. Descansar
- k. Navegar na Internet
- l. Festas
- m. Nada
- n. Outros _____

95. Você tem amigos(as)?

- a. Sim
- b. Não

96. De onde são seus amigos(as)? (marque mais de uma resposta se for o caso)

- a. Não tenho amigos
- b. Escola
- c. Bairro
- d. Rua
- e. Internet
- f. Outros Quais? _____

97. Você tem um melhor amigo (a)?

- a. Sim Do mesmo sexo que eu
- De sexo diferente do meu
- b. Não

98. Que tipo de apoio amigos(as) devem dar uns aos outros? (marque mais de um se for o caso)

- a. Emocional
- b. Material
- c. Espiritual
- d. Nas atividades (de casa, da escola)
- e. Social (participar em festas, momentos de lazer, pertencer a grupos)
- f. Outro Qual? _____

99. Que tipo de apoio você recebe dos seus amigos(as)? (marque mais de uma resposta se for o caso)

- a. Não tenho amigos
- b. Emocional
- c. Material
- d. Espiritual
- e. Para fazer minhas tarefas (de casa, da escola)
- f. Social
- g. Não posso contar com eles

100. Que tipo de apoio você dá para os seus amigos(as)? (marque mais de uma resposta se for o caso)

- a. Não tenho amigos
- b. Emocional
- c. Material
- d. Espiritual
- e. Para fazer as suas tarefas (de casa, da escola)
- f. Social
- g. Não podem contar comigo

101. Qual é o nível de confiança que você tem nas seguintes instituições?

	Nenhum	Baixo	Médio	Alto
a. Justiça				
b. Polícia				
c. Prefeitura				
d. Governo estadual				
e. Governo federal				
f. Organização comunitária				
g. Vizinhança				
h. Conselho tutelar				
i. Amigos				
j. Escola				
k. Família				
l. Posto de saúde				

102. Qual o nível de ajuda você espera receber dos grupos a seguir?

	Nenhum	Baixo	Médio	Alto
Família				
Vizinhos				
Amigos				
Liderança religiosa/grupo				
Liderança comunitária				
Polícia				
Prefeitura				
Colegas de trabalho				

103. Marque com um X a importância que as seguintes afirmações têm pra você:

	Mínima	Pouca	Nem muita nem pouca	Muita	Máxima

- a. Preservar e respeitar a vida humana
- b. Garantir o direito de ter bens materiais sem que ninguém mexa neles
- c. Falar a verdade
- d. Ter boas relações com familiares e amigos
- e. Amar e ter relacionamentos
- f. Obedecer às autoridades
- g. Garantir que as pessoas vivam mais e melhor
- h. Cumprir as leis e regras da sociedade
- i. Manter a palavra e cumprir promessas e contratos
- j. Lutar para que todos tenham seus direitos respeitados
- k. Amar e servir a Deus (poder, espírito, inteligência ou força superior)
- l. Agir conforme manda a consciência
- m. Punir quem age de forma errada

104. Marque com um X a coluna correspondente à sua opinião sobre as seguintes afirmações:

	Nunca	Às vezes	Sempre
a. Eu me sinto pertencente à minha comunidade			
b. As pessoas no meu bairro são honestas e posso confiar nelas			
c. Eu me sinto seguro na minha comunidade			
d. Minha comunidade tem melhorado nos últimos cinco anos			
e. Eu posso contar com meus vizinhos quando preciso deles			
f. Eu posso contar com meus parentes quando preciso deles			
g. Eu posso contar com alguma organização comunitária quando preciso			
h. Eu posso contar com alguma organização do governo quando preciso			
i. Trabalho como voluntário em alguma organização religiosa ou ONG			
j. Eu posso contar com pessoas amigas			
k. As pessoas amigas podem contar comigo			

105. Marque com um X na coluna correspondente à sua opinião sobre as seguintes afirmações:

	Discordo	Nem concordo nem discordo	Concordo
a. Sinto que sou uma pessoa de valor como as outras pessoas			
b. Estou procurando um sentido para a minha vida			
c. As situações difíceis da vida não me derrubam			
d. Eu acho que sou uma pessoa bem humorada			
e. Eu preciso receber mais atenção			
f. Eu me sinto triste			
g. Minha vida tem um significado muito claro			
h. Eu gostaria de ter mais respeito por mim mesmo(a)			
i. Eu me sinto excluído de oportunidades por ser deficiente			
j. Eu gosto de brigar			
k. Eutoho lembranças negativas da minha infância			
l. Eu sou feliz			
m. Sinto-me tão deprimido(a), que nada poderia me alegrar			
n. Eu espero ajuda de Deus para melhorar de vida			

- o. Eu gosto de ajudar as pessoas
- p. Eu me sinto calmo, tranquilo
- q. Eu tenho facilidade para fazer amigos
- r. Eu me sinto em desvantagem por ser deficiente físico
- s. Eu espero que as pessoas me ajudem a melhorar de vida
- t. Eu não gosto de lembrar do meu passado
- u. Parei de estudar/trabalhar por causa da minha deficiência
- v. Eu sou divertido
- w. Eu penso que serei feliz no futuro
- x. Eu sinto vergonha de ser do jeito que sou
- y. Eu tenho muitas coisas na vida para agradecer
- z. Eu me considero uma pessoa criativa
- aa. Tive ajuda de instituições para superar desvantagens e limitações da deficiência
- bb. Eu me preocupo com o meu futuro
- cc. Às vezes, eu penso que não presto para nada
- dd. Eu entendo o significado da minha vida
- ee. Eu sou irritado
- ff. Sou capaz de fazer tudo tão bem como as outras pessoas
- gg. Eu faço as mudanças acontecerem na minha vida
- hh. Levando tudo em conta, eu me sinto um fracasso
- ii. Eu sou feliz, mesmo sabendo que tenho problemas
- jj. Eu sei o que eu preciso fazer para atingir os meus objetivos
- kk. Às vezes, eu me sinto inútil
- ll. Sinto-me incapaz para atividades cotidianas, por ser deficiente

- mm. Eu acho que tenho muitas boas qualidades
- nn. Eu tenho motivos para me orgulhar na vida
- oo. Eu sofro preconceitos por ser deficiente
- pp. De modo geral, eu estou satisfeito(a) comigo mesmo(a)
- qq. Eu estou satisfeito(a) com a minha vida
- rr. Eu me sinto incapaz para trabalhar, porque sou deficiente
- ss. Eu gosto da minha vida
- tt. Eu sou infeliz, embora não tenha muitas razões para isto
- uu. Eu tenho uma atitude positiva com relação a mim mesmo(a)
- vv. Eu tomo a iniciativa para fazer mudanças na minha vida
- ww. Tenho destaque na minha comunidade, porque sou deficiente

106. O que você gostaria que acontecesse de bom na sua vida? _____

Anexo B

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

PESQUISA: FATORES DE RISCO E DE PROTEÇÃO DE JOVENS BRASILEIROS

COORDENADORAS: SÍLVIA H. KOLLER E LUCIANA DUTRA THOMÉ

1. Natureza da pesquisa: Você é convidado a participar desta pesquisa, que tem como finalidade investigar aspectos gerais sobre a vida de jovens brasileiros.
 2. Participantes da pesquisa: Aproximadamente 3000 jovens brasileiros.
 3. Envolvimento na pesquisa: Ao participar deste estudo você deve permitir que um membro do grupo de pesquisa deste projeto entreviste você. As entrevistas podem ser em sua escola, centro comunitário ou instituição, em sala previamente determinada. É previsto um único contato com cada participante, que deve durar mais ou menos uma (1) hora. Como se trata de um tema que pode trazer algumas lembranças e sentimentos talvez desconfortáveis, será oferecido ao final da entrevista um espaço para você falar livremente o que quiser. Você tem a liberdade de se recusar a participar e pode, ainda, se recusar a continuar participando em qualquer fase da pesquisa, sem qualquer prejuízo para você. No entanto, solicitamos sua colaboração em completar o roteiro de perguntas que lhe ser solicitado, garantindo assim o melhor resultado para a pesquisa. Sempre que quiser você poder pedir mais informações sobre a pesquisa. Poderá entrar em contato com as coordenadoras da pesquisa Dra. Sílvia H. Koller através do telefone (51) 3308-5150 e Luciana Dutra Thomé pelo telefone (51) 9833-9833.
 4. Sobre as entrevistas: As entrevistas serão marcadas com antecedência. Será pedido que você forneça algumas informações básicas e que responda a um roteiro de perguntas de múltipla escolha ou escolha simples sobre vários aspectos de sua vida.
 5. Riscos e desconforto: A participação nesta pesquisa não traz complicações legais, talvez, apenas, a lembrança de alguns eventos diante da temática que ser abordada. Os procedimentos utilizados nesta pesquisa obedecem aos Critérios da ética na Pesquisa com Seres Humanos conforme a Resolução n. 196/96 do Conselho Nacional de Saúde. Nenhum dos procedimentos utilizados oferece riscos à sua dignidade. A pesquisa tem a aprovação do Comitê de Ética da UFRGS, que pode ser contatado através do telefone (51) 3308-3679.
 6. Confidencialidade: Todas as informações coletadas neste estudo são estritamente confidenciais. As gravações e os relatos de pesquisa serão identificados com um código, e não com o seu nome. Apenas os membros do grupo de pesquisa terão conhecimento dos dados. Este material será guardado pelo período de 5 anos no CEP-RUA/Instituto de Psicologia/UFRGS.
 7. Benefícios: Ao participar desta pesquisa você não deverá ter nenhum benefício direto. Entretanto, esperamos que este estudo traga informações importantes sobre as questões relativas às vivências de jovens brasileiros em seu cotidiano de vida. No futuro, essas informações poderão ser usadas em benefício de outros jovens.
 8. Pagamento: Você não terá nenhum tipo de despesa por participar desta pesquisa, bem como nada será pago por sua participação.
- Após estes esclarecimentos, solicitamos o seu consentimento de forma livre para participar desta pesquisa. Portanto, preencha os itens que seguem:

CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Tendo em vista os itens acima apresentados, eu, de forma livre e esclarecida, manifesto meu interesse em participar da pesquisa.

Nome do participante da pesquisa

Local e Data

Assinatura da participante da pesquisa

Sílvia H. Koller

Coordenadora do Projeto